

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS**

**AS RELAÇÕES ENTRE QUALIDADE DE VIDA
E AGRICULTURA FAMILIAR ORGÂNICA:
da articulação de conceitos a um estudo exploratório**

ELAINE DE AZEVEDO

Florianópolis, Abril de 2004.

AZEVEDO, Elaine de

As relações entre qualidade de vida e Agricultura Familiar Orgânica: da articulação de conceitos a um estudo exploratório/ Elaine de Azevedo – Florianópolis, 2004.123f.
Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias,
Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Schmidt

1. Qualidade de vida.
2. Agricultura Familiar.
3. Agricultura Orgânica.
4. Desenvolvimento rural sustentável.

**ELAINE DE AZEVEDO
NUTRICIONISTA**

**AS RELAÇÕES ENTRE QUALIDADE DE VIDA E AGRICULTURA
FAMILIAR ORGÂNICA:
da articulação de conceitos a um estudo exploratório**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agroecossistemas.

Orientador: Prof. Wilson Schmidt, Dr.

Co-Orientadora : Prof.^a Karen Follador Karam, Dr.^a

FLORIANÓPOLIS

2004

**AS RELAÇÕES ENTRE QUALIDADE DE VIDA
E AGRICULTURA FAMILIAR ORGÂNICA:**
da articulação de conceitos a um estudo exploratório

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Mestre em Agroecossistemas no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof. Dr Wilson Schmidt
Orientador (CCA/UFSC)

Prof.^a Dr.^a Karen Follador Karam
Co-orientadora (CCA/UFSC)

BANCA EXAMINADORA:

Prof..Dr. Ademir Antonio Cazella
CCA/UFSC - Presidente

Prof.Dr. Sergio Leite Guimarães Pinheiro
CCA/UFSC - Membro

Prof.^a Ms. Neila Maria Viçosa Machado
CCS/UFSC - Membro

Prof.^a Dr.^a Maria José Reis
CFH /UFSC - Membro

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
Coordenador do PPGAG - CCA/UFSC

Florianópolis, 19 de abril de 2004

AGRADECIMENTOS

Primeiramente aos meus orientadores, Wilson Schmidt e Karen Follador Karam, por acreditar na proposta, pela liberdade durante todo o processo, pelo apoio e pela troca de conhecimentos e sentimentos. Eu tive a oportunidade de vivenciar com eles um verdadeiro trabalho de equipe onde prevaleceu a sintonia, o respeito e o profissionalismo.

Aos agricultores e agricultoras pesquisados que ofereceram seu tempo e compartilharam suas aspirações e expectativas de vida. Junto a outros agricultores familiares que hoje cruzam meu caminho profissional eles têm me mostrado a Agricultura Familiar Orgânica como uma forma mais digna e vivificante de produzir e viver. E são eles, junto a outros trabalhadores brasileiros, que sempre ajudaram a me manter nos espaços de estudo das universidades federais.

Ao Wilson Schmidt, presidente da AGRECO e ao Dr. Fabio, médico do posto de saúde de Santa Rosa de Lima pela atenção e esclarecimentos de tantas dúvidas.

Ao professor Ademir Cazella que, à frente da disciplina de Agricultura Familiar, descortinou um campo estimulante de trabalho e pesquisa.

Ao Luiz Cutolo e à Suely Grosseman pelo estímulo à pesquisa qualitativa.

Aos meus colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas por proporcionar espaços de discussão e críticas que ampliaram meus conhecimentos nas áreas de agricultura e desenvolvimento rural.

À Márcia Pirmez e à Ana Lúcia Muller por seus olhares atentos, pela disponibilidade e amizade. Ao apoio financeiro do Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) e à UNISUL, minha instituição de origem.

Ao meu marido Yiftah, minhas filhas Rayana e Shay, privados do meu tempo e atenção dedicados às horas de estudo, pesquisa e preparação da dissertação. À Rose, que ajudou que nosso ritmo fosse mantido e que a nossa casa continuasse um lugar bom de morar.

Aos meus pais e meus irmãos, Cláudio e Mari, produtores rurais que ainda acreditam no rural como um espaço que vale a pena viver. De muitas formas as dificuldades e as recompensas de suas vidas estimularam essa discussão.

A todos, meu agradecimento.

Elaine de Azevedo

Quando o vento da história é favorável, os elementos vivos das culturas que se perderam recuperam toda a sua força... A cultura rural não está morta, mas foi vencida. Por esta razão, continuará viva como as brasas por baixo das cinzas da passagem do tempo. E a sua persistência continuará a reacender o pressentimento de nomes, espaços, ritos, tradições, costumes, festas, como o líquen que se agarra aos velhos ramos da cultura em vigor.

Avelino Hernandez, escritor espanhol.

RESUMO

Os conceitos de qualidade de vida, agricultura orgânica e agricultura familiar têm sido recorrentemente estudados sem que exista, entre eles, uma articulação conceitual sistematizada. Este trabalho objetiva fazer o entrelaçamento entre qualidade de vida e Agricultura Familiar Orgânica, partindo da premissa de que os aspectos subjetivos e objetivos presentes nas discussões sobre qualidade de vida também aparecem nos estudos sobre a Agricultura Familiar Orgânica. A noção de qualidade de vida, ainda em construção, é extremamente complexa e rica em dimensões subjetivas, compreendidas dentro de uma percepção ampla e multicultural. Analisando o meio rural a partir da agricultura, percebe-se que o padrão produtivo determina mudanças significativas na saúde social e ambiental e na qualidade de vida dos agricultores. Este trabalho ressalta as diferentes repercussões sócio-ambientais, culturais e sobre a saúde humana do Padrão Técnico Moderno de produção de alimentos e da Agricultura Orgânica. Essa última, ao se apresentar como um sistema produtivo que objetiva a auto-sustentação da propriedade agrícola, a oferta de alimentos saudáveis e a preservação da saúde ambiental e humana, questiona as repercussões negativas do Padrão Técnico Moderno e se aproxima da noção de qualidade de vida. O trabalho enfatiza a racionalidade da Agricultura Familiar como propícia para o desenvolvimento da Agricultura Orgânica por priorizar a maximização dos benefícios sociais para o agricultor e o respeito à sua integridade cultural. Para ilustrar a articulação entre qualidade de vida e Agricultura Familiar Orgânica, buscou-se conhecer as repercussões da adoção de um sistema de produção orgânico sobre a qualidade de vida de agricultores familiares. A investigação, baseada em um procedimento de estudo exploratório, apoiou a articulação construída teoricamente, mostrou sua pertinência e permitiu delimitar, com maior segurança, a questão central do trabalho. O instrumento metodológico de pesquisa sobre qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde, o WHOQOL, direcionou o estudo de campo com os agricultores familiares orgânicos da AGRECO em Santa Rosa de Lima. O estudo de caso ajudou a elucidar a complexidade das relações que permeiam o contexto de pesquisa sobre qualidade de vida no meio rural ao mesmo tempo em que evidenciou a prática da Agricultura Familiar Orgânica como uma estratégia eficaz na promoção de qualidade de vida e de valores sociais nesse meio.

Palavras-chave: qualidade de vida; Agricultura Familiar; Agricultura Orgânica; desenvolvimento rural sustentável.

Previous studies of the concepts "Quality of Life", "Organic Agriculture" and "Family Farming" seem not had the benefit of any linking theoretical foundation. This research aims to evaluate and draw conclusions concerning the relationships between Family Organic Farming and the resulting quality of life experienced by the farmers. A basic premise is that many of the same objective and subjective factors occur in studies and discussions of both these concepts. The "quality of life" concept is still developing and is rich in subjective dimensions, which need to be understood within a wide range of complex and multicultural situation. Analysis of the rural world from the perspective of agriculture reveals that current methods and patterns of farming determine significant changes in the social and environmental health of the rural population. This research compares the quality of rural life which results from modern forms of Technical Agriculture with that produced by Family Organic Farming where the aim is self-sustainability, the production of healthy food and the preservation of the environment. In addition, research showed that the organic farmer receives a range of social benefits not least being the reinforcement of his/her cultural integrity. These positive results call into question the negative repercussions of modern patterns of "Technical Agricultural" production. This study together with its theoretical conclusions has been based on an initial exploratory study and an investigation into the quality of life being experienced by an existing group of organic farmers belonging to AGRECO in Santa Rosa de Lima, south of Brazil. The methodology used was WHOQL developed by The World Health Organisation. The study brought up the multiple relations for researches on quality of life in the rural world and also situates the Family Organic Farming as a strategy of promoting quality of life and social values in the rural word.

Key words: quality of life, Family Organic Farming; Organic Farming; sustainable rural development.

LISTA DE QUADROS

Quadro1	Domínios e facetas propostos à investigação de qualidade de vida pelo instrumento metodológico WHOQOL-100	60
Quadro2	Perfil dos entrevistados segundo o sexo, faixa etária, estado civil e escolaridade.	80
Quadro3	Caracterização da unidade familiar segundo os membros residentes, o número de filhos e a idades dos filhos.	81
Quadro4	Caracterização do perfil sócio-econômico da unidade familiar segundo a renda mensal, as condições da moradia, o acesso a bens e serviços.	82
Quadro5	Caracterização da unidade de produção, segundo o tempo na produção orgânica, a renda proveniente da agricultura orgânica e de outras fontes.	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAAC – Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia.
AO-Agricultura Orgânica
AFO-Agricultura Familiar Orgânica
AGRECO - Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral
AIH - Autorização de Internação Hospitalar
CCA – Centro de Ciências Agrárias
CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CEPEUR - Centro de Alternativas de Desenvolvimento para a América Latina
CNDRS - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
DESENVOLVER - Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção
EPAGRI-Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
ICEPA/SC – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
ISER – Instituto de Estudos da Religião
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
ONG - Organizações Não-Governamentais
OMS – Organização Mundial da Saúde
PTM – Padrão Técnico Moderno
PPGAG - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTS- CNPq - Programa de Tecnologias Adaptadas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
SBMA - Sociedade Brasileira de Medicina Antroposófica,
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa

SENAC – Serviço Nacional do Comércio

SIH – Sistema de Informação Hospitalar

SUS - Sistema Único de Saúde

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

WHO- World Health Organization

WHOQOL – World Health Organization Quality of Life

SUMÁRIO

	LISTA DE QUADROS	9
	LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	10
	INTRODUÇÃO: a gênese do tema e apresentação do estudo	13
CAPÍTULO 1	QUALIDADE DE VIDA E AGRICULTURA FAMILIAR ORGÂNICA NO MEIO RURAL	20
1.1	Em direção a um conceito ampliado de saúde	22
1.2	A noção de qualidade de vida	25
1.3	Produção de Alimentos: o sistema agroalimentar	33
1.4	Dimensões da qualidade de vida sob a ótica da Agricultura Orgânica	41
1.5	O agricultor familiar como o ator social da relação qualidade de vida e Agricultura Orgânica	46
1.6	A qualidade de vida e o meio rural na perspectiva da Agricultura Familiar Orgânica	51
CAPITULO 2	ARTICULAÇÃO ENTRE QUALIDADE DE VIDA E AGRICULTURA FAMILIAR ORGÂNICA A PARTIR DE UMA PESQUISA EXPLORATÓRIA	58
2.1	Metodologia da pesquisa exploratória	59
2.2	A região pesquisada	64
2.3	O processo de transição agrícola na região	67
2.4	A AGRECO como forma de organização dos agricultores	71
2.5	A caracterização do grupo pesquisado	80
2.6	Relação entre qualidade de vida e Agricultores Familiares Orgânicos de Santa Rosa de Lima	88
2.6.1	Qualidade de vida e agricultores familiares orgânicos: aspectos de saúde humana	89
2.6.2	Qualidade de vida e agricultores familiares orgânicos: aspectos sociais, ambientais e culturais	96
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
	ANEXOS	124

INTRODUÇÃO

A discussão sobre produção orgânica de alimentos e promoção de saúde humana interessa à autora deste trabalho desde 1988 quando, após sua formação em Nutrição pela Universidade Federal do Paraná, fez uma especialização em Medicina Antroposófica na Sociedade Brasileira de Medicina Antroposófica (SBMA) em São Paulo. Nessa pós-graduação, grande ênfase foi dada à qualidade dos alimentos biodinâmicos¹ e sua relação com a promoção de saúde. Após essa formação, surgiu a oportunidade de estagiar em clínicas de Medicina Antroposófica na Áustria, Alemanha e Suíça. Nesses países foi possível conhecer várias propriedades rurais biodinâmicas e o movimento europeu de produção orgânica.

Em 1991, de volta ao Brasil, a autora iniciou sua atuação profissional em área clínica, educação nutricional e docência, num contato próximo com pacientes, consumidores orgânicos e estudantes da área da saúde. Sua área de especial interesse é a da qualidade alimentar dos produtos orgânicos e sua relação com a saúde humana.

A opção pelo programa de mestrado em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina, iniciado em 2002, foi uma maneira de conhecer melhor a produção de alimentos de qualidade e as relações sociais que estão por trás dessa produção. Também se buscou aproximar o enfoque central da Nutrição, “como se alimentar”, com o enfoque da Agronomia, “como produzir”. Liebig (1803-1873) em sua obra publicada em 1840, “A Química Orgânica e sua aplicação na Agricultura e Fisiologia”, apresentou os princípios diretores para o desenvolvimento da Nutrição e da Agronomia. Entretanto, a abordagem reducionista do ensino moderno contribuiu para que essas duas áreas se especializassem em ciências distintas. Assim, o sistema agroalimentar tem sido estudado dentro de áreas científicas específicas em que a perspectiva da distribuição e do consumo de alimentos é considerada um elemento externo ao processo produtivo. Nesse enfoque, a Agronomia cuida essencialmente da produção alimentar da

¹ Alimentos produzidos pela agricultura biodinâmica: Corrente de agricultura com bases na filosofia espiritual da Antroposofia desenvolvida pelo filósofo austríaco Rudolf Steiner. De acordo com esta corrente, a saúde do solo, das plantas e dos animais dependem da sua conexão com as forças de origem cósmica da natureza. Preconiza práticas que permitam a interação entre animais e vegetais, o respeito ao calendário astrológico biodinâmico, a utilização de preparados biodinâmicos para reativar as forças vitais da natureza além de outras medidas de proteção e conservação do meio ambiente (EHLERS, 1996).

“porteira para trás”. É uma abordagem distante do ponto de vista de Steiner (2000, p.28), para quem “em qualquer direção, em qualquer canto, todos os interesses e campos da vida humana participam intimamente da agricultura”. Por sua vez, a Nutrição se preocupa principalmente com a saúde humana e a qualidade alimentar. O conceito de qualidade vigente repousa fundamentalmente no valor nutritivo dos alimentos dentro do enfoque calórico-quantitativo de nutrientes, sem considerar o padrão produtivo e a origem dos alimentos. Contudo, o padrão produtivo estudado dentro da Agronomia se relaciona com a Nutrição, uma vez que está intimamente ligado à repercussões sócio-ambientais e mudanças na qualidade do alimento, do ar e da água que, por sua vez, influenciam a saúde humana.

Todas essas questões interessam à autora desse trabalho, que também busca conhecer quem produz os alimentos, atentando para seu estilo de vida e saúde. Questionar *quem produz os alimentos* leva inevitavelmente ao agricultor, que está na base do processo produtivo.

A proposta inicial foi estudar a qualidade de vida do agricultor familiar orgânico, responsável por grande parte da produção de alimentos de origem orgânica, com base em um processo produtivo diferenciado. Esse agricultor é motivado a manter seu ambiente saudável, e assim desenvolve técnicas de manejo que enfocam o bem-estar animal e a saúde do reino vegetal. A partir da necessidade de discutir essas práticas e também formas de comercialização que melhorem sua renda, o agricultor familiar orgânico é sensibilizado a se agrupar em associações. No princípio, o que motivou esse estudo foi conhecer o quanto essas mudanças afetam a qualidade de vida do agricultor familiar orgânico e o que ele entende por qualidade de vida.

A pesquisa sobre qualidade de vida aparece recorrentemente vinculada a indicadores objetivos que se referem à situação econômica e ao acesso a serviços de saúde, transporte e educação, especialmente no meio urbano. Alguns autores, como Bullinger et al (1993), consideram que existe uma abordagem universal de qualidade de vida comum a todos os seres humanos (BULLINGER et al, 1993 apud FLECK, 1998). Porém, outra abordagem de discussão sobre qualidade de vida, que interessa particularmente a este trabalho, amplia a noção e propõe que ela seja avaliada dentro de cada cultura específica, além de considerar sua subjetividade para povos e indivíduos determinados. A natureza subjetiva da qualidade de vida se relaciona a “como as pessoas sentem ou o que pensam das suas vidas, ou como percebem o valor dos componentes materiais reconhecidos como base social da qualidade de vida” (MINAYO; HARTZ; BUSS,

2000, pp 11-12). Entretanto, essa natureza subjetiva não se encontra suficientemente explorada na literatura, de tal modo que possibilite embasar uma pesquisa sobre a qualidade de vida de agricultores familiares orgânicos no meio rural.

Buscou-se, então, embasamento teórico nos estudos sobre Agricultura Orgânica e agricultura familiar, partindo da premissa de que os aspectos subjetivos e objetivos que aparecem nas discussões sobre qualidade de vida também estão presentes nos estudos sobre a Agricultura Familiar Orgânica, que consideram a qualidade de vida como um elemento importante para se discutir desenvolvimento sustentável no meio rural. A partir desses estudos, o trabalho foi tomando outros rumos. O foco inicial em qualidade de vida do agricultor familiar orgânico foi deslocado para o estudo da relação entre os conceitos de qualidade de vida, Agricultura Orgânica e Agricultura Familiar.

Considerando que a autora teve uma formação na área da saúde, a base teórica para estudar qualidade de vida foi um conceito ampliado de saúde. Esse conceito é também a base da proposta metodológica de um estudo de qualidade de vida desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde – OMS (WHOQOL GROUP, 1994). A metodologia, já experimentada anteriormente pela OMS para pesquisar qualidade de vida de populações urbanas, foi, neste trabalho, adequada ao espaço rural. A partir do estudo da OMS, relacionar os conceitos ampliados de saúde e qualidade de vida à Agricultura Familiar Orgânica tornou-se um dos eixos centrais do trabalho.

Os temas saúde e qualidade de vida aparecem recorrentemente relacionados. O desafio foi relacionar esses conceitos à Agricultura Orgânica e, mais especificamente à Agricultura Familiar Orgânica (AFO). Nos estudos da AFO discutem-se questões que permeiam o tema da qualidade de vida nas mais variadas dimensões: sociais, ambientais, culturais e de saúde humana. Entretanto esses estudos ainda não estabelecem uma relação explícita entre Agricultura Familiar Orgânica e qualidade de vida. Sumariamente, objetivou-se neste trabalho relacionar conceitos afins que aparecem de forma desarticulada na literatura.

Optou-se por estudar a agricultura familiar porque ela responde, em grande parte, à questão já mencionada: *quem produz os alimentos?* Além disso, ela tem se mostrado expressiva para o conjunto de estratégias voltadas ao desenvolvimento rural e a qualidade de vida no campo. Pensar sobre qualidade de vida e Agricultura Familiar Orgânica implica no estreitamento das relações no mundo rural e na percepção da importância de se construir, nesse meio, uma

realidade que não se restrinja à atividades produtivas. Trata-se de um universo peculiar, designado, por alguns autores, como ruralidade².

A partir de um trabalho de investigação a campo, buscou-se conhecer as repercussões da adoção de um sistema de produção orgânico sobre a qualidade de vida de agricultores familiares. A investigação, baseada em um procedimento de estudo exploratório, apoiou a articulação construída teoricamente – a relação entre qualidade de vida e Agricultura Familiar Orgânica – e mostrou sua pertinência. O estudo exploratório se caracteriza como uma ilustração da reflexão teórica que delimita, com maior segurança, a questão central do trabalho. O fato de a investigação estar embasada essencialmente no agricultor familiar permitiu que se trabalhasse com conceitos subjetivos configurados como parâmetros de qualidade de vida, uma vez que no âmbito da agricultura familiar, as razões utilitárias e simbólicas se entrelaçam e o projeto de vida do agricultor familiar não se limita à dimensão da racionalidade econômica e da produtividade na agricultura. A avaliação da dinâmica das relações familiares e sociais dos agricultores analisadas sob a ótica da qualidade de vida ampliou a relação proposta nesse trabalho. O estudo exploratório não permitiu generalizações, mas ajudou a repensar os conceitos e a relação proposta, a conhecer novas variáveis do contexto rural de qualidade de vida e a estabelecer pistas para pesquisas futuras.

A investigação foi feita entre os agricultores familiares orgânicos da Associação de Agricultores Ecológicos da Encosta da Serra Geral (AGRECO)³ com especial interesse para o que se configura para eles, no meio rural, qualidade de vida. A escolha da AGRECO não foi aleatória, uma vez que tal associação expressa em seu estatuto o desejo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus associados, agricultores familiares, e de incorporar ao sistema de produção orgânico o resgate de um “modo de vida orgânico”.

O presente trabalho foi estruturado em dois capítulos:

² O termo *rural* refere-se a um meio geográfico particular; já a *ruralidade* é percebida como uma forma de cultura vinculada a esse meio (DURAN, 1988 apud KARAM, 2001).

³ Como será detalhado no capítulo 2, item 2.4, a Associação de Agricultores Ecológicos da Encosta da Serra Geral tem sua sede no município de Santa Rosa de Lima, no sudeste do Estado de Santa Catarina onde cento e cinquenta famílias de agricultores orgânicos desenvolvem um processo de desenvolvimento solidário pela agregação de valor via beneficiamento/transformação em unidades agroindustriais associativas de pequeno porte.

No primeiro capítulo constrói-se a relação entre qualidade de vida e Agricultura Familiar Orgânica. Para compreender tal articulação é importante, inicialmente, precisar a noção de qualidade de vida. Para isso, parte-se dos conceitos históricos de saúde e a mudança de enfoque nesses conceitos ocorridas a partir do século XVIII. Essa mudança levou à necessidade de se repensar a saúde de forma interdisciplinar e global e aproximou seu conceito ao de qualidade de vida. A noção de qualidade de vida é explorada também a partir de outros aspectos que ampliam a sua dimensão. Aspectos sócio-ambientais e culturais são analisados por se considerar que eles estão também presentes nas discussões sobre a Agricultura Familiar Orgânica. A abordagem da relação entre qualidade de vida e agricultura começa com a análise das mudanças que ocorreram no sistema agroalimentar com base no Padrão Técnico Moderno (PTM)⁴ de produção chegando até os dias atuais, com o resgate da Agricultura Orgânica. Apresentam-se as mudanças que ocorreram nos planos ambiental, social e cultural e suas repercussões sobre a qualidade de vida no meio rural, percebidas igualmente no meio urbano.

Ainda no primeiro capítulo, o trabalho volta-se para a Agricultura Orgânica (AO) relacionando-a com a promoção da qualidade de vida, cuja noção foi explorada anteriormente. Na dimensão ambiental apresenta-se a preocupação da AO em manter a diversidade biológica e o meio ambiente saudável, ação que repercute positivamente na saúde de quem vive nesse ambiente. Posteriormente explora-se uma abordagem sobre a qualidade dos alimentos que contribui com a discussão na medida em que a Agricultura Orgânica provê alimentos com valor nutricional equilibrado e isentos de contaminantes químicos cujo consumo se relaciona com a promoção da saúde humana.

No contexto sócio-cultural da Agricultura Orgânica insere-se a agricultura familiar. Ao apresentar os aspectos sócio-culturais que permeiam as discussões da Agricultura Orgânica e qualidade de vida introduz-se a agricultura familiar como *locus* ideal da AO e como estratégia de construção de novas ruralidades (DO CARMO, 1998; KARAM, 2001). A AFO preocupa-se com o resgate cultural na medida em que valoriza o saber agrícola tradicional do agricultor familiar (MULLER, 2001). À luz da AFO aparece uma oportunidade para se discutir inclusão social e desenvolvimento rural sustentável, aspectos que também permeiam as discussões de qualidade de

⁴ Esse termo refere-se ao que Ehlers (1996) aponta como a segunda revolução agrícola. A primeira, no século XVIII e início do século XIX, focou o aumento da escala de produção; a segunda iniciou em meados do século XIX e baseou-se nos avanços tecnológicos e nas descobertas científicas -

vida. Assim como Gomez (1997), considera-se neste trabalho que a agricultura familiar acumula historicamente as condições de realizar a passagem para um modelo mais sustentável de agricultura, que repercute diretamente sobre a qualidade de vida no meio rural e também urbano.

Ao articular conceitualmente a noção de qualidade de vida com a AFO, o estudo ressalta relações que foram gradualmente construídas. A primeira relação aponta o conceito ampliado de saúde direcionado para a noção de qualidade de vida. Percebeu-se, também, que essa noção se constrói com base em indicadores sócio-econômicos mensuráveis e a partir de dimensões ambientais, sociais e culturais objetivas e subjetivas. Posteriormente relaciona-se o padrão produtivo adotado e sua influência sobre a qualidade de vida no meio rural e apresenta-se a Agricultura Familiar Orgânica como instrumento de promoção de qualidade de vida em contraposição ao Padrão Técnico Moderno de produção de alimentos. Por fim, sob a ótica da AFO, o meio rural se configura hoje em um espaço propício para a promoção da qualidade de vida no que diz respeito à preservação do meio ambiente, à valorização da cultura local e à promoção de relações sociais mais saudáveis.

Para ampliar essa discussão apresenta-se no segundo capítulo a pesquisa exploratória que ilustra a articulação entre qualidade de vida e Agricultura Familiar Orgânica. O objetivo central da pesquisa de campo foi o de perceber as mudanças que ocorreram na qualidade de vida dos agricultores familiares orgânicos e, dessa forma, ilustrar a relação construída no primeiro capítulo.

Para tal fim, apresenta-se a metodologia e o instrumento desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde (OMS)⁵ para avaliar qualidade de vida que embasou o estudo ilustrativo desenvolvido com os agricultores da AGRECO. A seguir discutem-se os critérios de escolha dos agricultores, os procedimentos e o instrumento da pesquisa.

Considerando-se o enfoque sócio-ambiental e cultural como determinante da qualidade de vida de uma população, fez-se necessário apresentar a região pesquisada, o processo de transição agrícola ali ocorrido, a associação à qual os agricultores pesquisados estão vinculados, além de

fertilizantes químicos, melhoramento genético e mecanização - que consolidaram o Padrão Técnico Moderno de agricultura.

⁵ O WHOQOL-100 é um instrumento de referência mundial da OMS para avaliação de qualidade de vida, desenvolvido dentro um projeto colaborativo multicêntrico, testado em vários países do mundo inclusive no BRASIL. Neste trabalho não se utilizou o instrumento metodológico como referência única, mas ele serviu para traçar as linhas diretrizes da pesquisa exploratória de campo (WHOQOL GROUP, 1994).

uma caracterização desses agricultores para conhecer dados objetivos de qualidade de vida (condições de moradia, renda, dados das unidades de produção, etc). Estudos sobre a colonização alemã no sul do Brasil ajudaram a elucidar a influência da cultura e da racionalidade dos colonos alemães sobre o modo de viver e a qualidade de vida dos agricultores familiares pesquisados (SEYFERTH, 1974; ROCHE, 1969). Os temas desenvolvidos no primeiro capítulo foram relacionados com a realidade local dos agricultores estudados. Os aspectos sócio-ambientais, culturais e de saúde humana relacionados à Agricultura Familiar Orgânica foram a base para a análise da qualidade de vida desses agricultores.

Além da obtenção de dados objetivos que caracterizaram os agricultores pesquisados, o trabalho de campo permitiu observar que os agricultores percebiam “domínios de qualidade de vida” que incluíam facetas imediatamente relacionadas ao tema. São exemplos as condições de saúde, a dependência de medicamentos, a qualidade do sono, o acesso a serviços de saúde, educação e transporte, os recursos financeiros e as formas de lazer. Outras facetas, de caráter subjetivo, observadas pela pesquisadora não foram, de imediato, relacionadas pelos agricultores como aspectos de qualidade de vida. Porém, nesse estudo, elas foram percebidas como importantes para a discussão de qualidade de vida do agricultor familiar orgânico no meio rural. Algumas facetas podem ser citados, como o contexto de segurança afetiva com base em relações sociais e familiares sólidas e estáveis, a vinculação a um trabalho mais prazeroso e reconhecido socialmente e, por fim, a capacidade de expressar aspirações, melhorando a condição de auto-estima.

A ilustração, a partir do caso dos agricultores familiares orgânicos ligados à AGRECO, ajudou a elucidar a complexidade das relações que permeiam o contexto de pesquisa sobre qualidade de vida no meio rural ao mesmo tempo em que evidenciou a prática da Agricultura Familiar Orgânica como uma estratégia eficaz na promoção de qualidade de vida e de valores sociais nesse meio.

CAPÍTULO 1

QUALIDADE DE VIDA E AGRICULTURA FAMILIAR ORGÂNICA NO MEIO RURAL

O objetivo deste capítulo é articular as noções de qualidade de vida e Agricultura Familiar Orgânica, buscando as interfaces conceituais que permitam estabelecer o diálogo entre estes dois construtos sociais.

O tema da qualidade de vida será introduzido a partir das discussões sobre saúde. A saúde é um componente importante quando se aborda qualidade de vida e a vinculação entre esses dois temas parece, por si, óbvia. O estudo da saúde - aqui percebida não apenas como a simples ausência de doença - será contextualizado historicamente a partir do século XVII para que possa ser dimensionado dentro da ótica da qualidade de vida. É importante afirmar que as discussões mais recentes sobre saúde ampliam sensivelmente seu conceito e o direcionam para a noção de qualidade de vida.

A OMS, instituição que impulsiona as discussões mais férteis na área da saúde, pesquisa qualidade de vida com parâmetros e categorias baseadas em um conceito ampliado de saúde. Essas categorias e a metodologia utilizadas pela OMS para pesquisa de qualidade de vida serão apresentadas no capítulo seguinte.

No item 1.2, as diferentes abordagens sobre qualidade de vida serão expostas. No âmbito geral, para se avaliar qualidade de vida consideram-se fatores objetivos e mensuráveis de uma população, como o acesso a serviços de saúde e educação, longevidade, expectativa de vida e renda. Os fatores de caráter subjetivo, nas dimensões sociais, ambientais e culturais, mais difíceis de serem identificados, não são relacionados, de imediato, à qualidade de vida. Podem-se citar, como exemplo, aspectos como auto-estima, segurança afetiva, dignidade social e ambiente alterado. Também o fato de existir uma abordagem universal de qualidade de vida, comum a todos os seres humanos, é questionado e considera-se que qualidade de vida é uma noção determinada a partir de uma cultura específica. São justamente essas considerações e as dimensões de caráter subjetivo determinantes de qualidade de vida que interessam

particularmente a este estudo, uma vez que elas também aparecem nos estudos sobre a Agricultura Familiar Orgânica, que apontam a qualidade de vida como um elemento importante para se examinar o desenvolvimento sustentável no meio rural. Considera-se aqui que essas dimensões servem de “ponte” para discutir a relação entre qualidade de vida e Agricultura Familiar Orgânica.

O objetivo não é buscar um conceito único e definitivo para qualidade de vida, mas explorar aspectos objetivos e subjetivos num ambiente específico: o meio rural. Para explorar o meio rural, optou-se por estudar a agricultura como a principal atividade desse meio⁶. Como essa atividade produtiva, que tem se modificado intensamente desde o século XVIII, pode ser capaz de promover a qualidade de vida no campo? Para responder a essa questão, julgou-se pertinente apresentar as mudanças que ocorreram no sistema agroalimentar a partir da adoção do Padrão Técnico Moderno de produção de alimentos, que se contrapõe à proposta da Agricultura Orgânica (AO). A adoção do Padrão Técnico Moderno de produção de alimentos está associada à profundas mudanças sociais, no meio ambiente e na qualidade de vida no meio rural. A Agricultura Orgânica, por outro lado, se apresenta como um sistema que na sua origem busca questionar as repercussões do referido padrão produtivo sobre a qualidade de vida, mostrando-se atenta às relações que articulam os conceitos ampliados de saúde e a qualidade de vida. Isso não significa que na realidade não se encontre em vários países, inclusive o Brasil, o desenvolvimento da AO afinada com os preceitos do PTM, ou seja, praticada em grandes áreas com monocultura (cana de açúcar, soja, café, por exemplo), com a utilização do trabalho rural assalariado, porém precarizado nas suas relações formais, com conseqüências para os recursos naturais, solo, água, etc.

Para Karam (2001), a AO é percebida não somente como um sistema produtivo que rompe com o Padrão Técnico Moderno, mas, também, como ferramenta de um projeto social voltado para o desenvolvimento da agricultura familiar. Dentro dessa percepção, ela assume como premissa a promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos agricultores, respeitando o ambiente físico e social onde vivem. A partir dessa perspectiva será trabalhada a relação entre a Agricultura Orgânica e as várias dimensões que permeiam as discussões sobre qualidade de vida.

⁶ Não se pretende com essa afirmação reduzir o espaço rural a um espaço eminentemente agrícola. Considera-se a importância do crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural e a noção de “família pluriativa ou não-agrícola”, mas ressalta-se a agricultura como atividade central nesse meio (DA SILVA, 2001, p.43).

Serão abordadas as dimensões da saúde humana e a sócio-ambiental, além do contexto cultural que envolve a produção de alimentos orgânicos no meio rural.

A agricultura familiar, e mais especificamente aquela parcela que se dedica à produção orgânica, assume o eixo central, no que tange a dimensão social. É a partir dela que se busca estabelecer o vínculo para a reflexão sobre qualidade de vida no meio rural. A AFO é, neste estudo, percebida como uma estratégia que estimula relações sócio-culturais mais saudáveis, além de buscar o estabelecimento de vínculos entre a promoção de um desenvolvimento rural sustentável e o resgate da qualidade de vida no meio rural.

A partir da inserção do tema da agricultura familiar será discutida a Agricultura Familiar Orgânica (AFO) como estratégia de revitalização do meio rural. O meio rural será entendido não só como espaço de atividades produtivas, mas também como um lugar de promoção de qualidade de vida e de valores sociais.

1.1. Em direção a um conceito ampliado de saúde.

A concepção moderna⁷ de saúde-doença está baseada historicamente na visão higienista, na visão social e na visão biológica (CUTOLO, 2000). A **visão higienista** surgiu a partir do desenvolvimento do Iluminismo, especialmente na França, no século XVII e início do século XVIII. Profundas mudanças sociais e políticas ocorreram neste período, como o desequilíbrio da estrutura do feudalismo e da monarquia. A inteligência social iluminista buscava o fortalecimento da saúde e da educação e fomentava a informação do público. Nessa época, grande ênfase foi dada às cidades e aos sistemas de saneamento, à qualidade do ar e da água e ao acúmulo de dejetos e cadáveres, como condições multifatoriais que envolviam o fato de adoecer. Segundo Foucault (1993 apud Cutolo, 2000), essa não era uma medicina dos homens, mas uma medicina das coisas: das condições de vida e do meio de existência. A sustentação da visão higienista estava no conceito da salubridade. A salubridade, de acordo com Foucault, não é saúde, mas a base material capaz de assegurar a melhor saúde possível aos indivíduos. Essa visão médica fundamentou o desenvolvimento posterior da medicina biológica, quando o fator causal biológico do meio foi considerado o causador da doença e do desequilíbrio.

⁷ O estudo das formas tradicionais, ou pré-modernas de medicina, como a Medicina Tradicional Chinesa e a Medicina Aiuurvédica, foi suprimido por uma questão de recorte dos objetivos do estudo. Porém, não se pode ignorar a importância dessa visão médica e sua influência na construção dos atuais conceitos ampliados de saúde.

A **visão social** da doença surgiu no final do século XVIII e fortaleceu-se ao longo do século XIX com o advento da Revolução Industrial e com a transformação do trabalho humano em mercadoria. O crescimento populacional das cidades, sob condições sociais precárias, levou ao aumento da mortalidade e à deterioração das condições de saúde, principalmente entre a população operária pobre. As condições sociais desta população indicavam, de acordo com Rosen (1994), uma outra dimensão da doença; a doença não como natureza pura, mas influenciada pela atividade social e pelo ambiente cultural que tal atividade criava. Surgiu então, em 1848, a Medicina Social. Ela estabeleceu como princípio básico a atribuição da responsabilidade da saúde da população ao Estado e relacionou as condições econômicas e sociais como fatores significantes do estado de saúde humana. Como consequência, julgou-se que medidas políticas, sociais e econômicas deveriam ser levadas em consideração quando se aborda promoção de saúde e combate de doenças. Segundo Alleyne (2000), a visão social da medicina trouxe à tona a relação entre os estados de saúde e de pobreza e a necessidade de avaliá-los conjuntamente.

A **visão biológica**, surgida no final do século XIX, representou a fundação da chamada Medicina Científica. Ela teve como principais protagonistas Ehrlich, Koch e Pasteur que atribuíram aos microorganismos e ao meio a causa das doenças. A teoria do germe oficializou a então crescente visão biológica da doença e os microscópios foram as primeiras armas do complexo industrial-médico desenvolvido para o diagnóstico e reconhecimento de doenças. A microbiologia de Pasteur (1822-1895) incentivou o desenvolvimento das drogas que agiam nos agentes considerados patogênicos e apoiou a visão intervencionista sobre o meio ambiente. Segundo Barata (1995), essa visão foi muito útil ao capitalismo porque escondia as diferenças de classes e as conseqüentes contradições entre saúde e doença, além de permitir uma atuação limitada em relação aos problemas de saúde. Em suma, a bacteriologia liberou a medicina dos complexos determinantes econômicos, sociais e políticos.

A hierarquia das doenças, que pretende relacioná-las a um agente causador, a disfunção de algum órgão ou ainda a características genéticas, não explica o amplo sentido do desequilíbrio. Da mesma forma, a abordagem isolada da Medicina Social e a visão higienista do Iluminismo não são suficientes para entender a prevenção de doenças. É preciso reconhecer a incapacidade destas visões isoladas em promover saúde. A necessidade de integrá-las pode levar ao

reconhecimento de que a verdadeira promoção de saúde só é possível se todos os âmbitos forem considerados, criando-se uma relação de interdependência complexa e integradora.

Existem ainda outras formas de perceber a doença e que ampliam o conceito de saúde como, por exemplo, considerar a doença como uma oportunidade. Segundo Cangullheim (1995), a doença não é somente desarmonia; ela é, sobretudo o esforço que a natureza exerce sobre o homem para que ele possa obter um novo equilíbrio. Nesse contexto, as diferentes patologias, ao causar uma instabilidade no organismo humano, podem ser vistas como o reflexo de um desequilíbrio social, ambiental ou emocional. A partir dessa ótica, quando se intervém unicamente para acabar com a doença, desconsidera-se a oportunidade de tomar consciência do desequilíbrio e de modificar a si ou o meio, interferindo diretamente na verdadeira causa da instabilidade.

Avaliando-se ainda o aspecto de ambiente alterado e saúde, questiona-se a possibilidade de um meio externo desequilibrado abrigar indivíduos saudáveis. O ar e as águas poluídas, as terras estéreis e a natureza em desequilíbrio não suportarão formas de vida saudáveis sobre a terra. A prática da saúde implica em uma percepção do meio e das condições positivas ou negativas deste ambiente. Ampliam-se as preocupações acerca do mundo ao nosso redor no sentido de construir uma postura ética que regule os problemas que as novas condições ambientais exigem (SFEZ, 1996). Os conceitos de ecologia colaboram para expandir a noção de **saúde ambiental**, voltada para essas preocupações. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a saúde ambiental é “a parte da saúde pública que se ocupa das formas de vida, das substâncias e das condições em torno do homem que podem exercer alguma influência sobre a sua saúde e bem-estar” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1999).

Somente percebendo a amplitude das implicações que envolvem o fato de adoecer, podemos entender as evidências do crescimento epidêmico das doenças crônicas não-transmissíveis, como o diabetes, o câncer e as doenças cardiovasculares, grandes responsáveis pelo aumento da taxa de mortalidade de adultos nas sociedades moderna e contemporânea. A etiologia dessas doenças é reconhecidamente multifatorial e inclui, além dos aspectos sócio-ambientais mencionados, outros fatores como sedentarismo, fumo, sono irregular, depressão, ansiedade, arritmia, padrões genéticos, além de erros alimentares quantitativos e qualitativos.

Considerar a visão multifatorial da causa das doenças leva inevitavelmente à busca de uma forma mais complexa de discutir doença e saúde. É nesse contexto que se configura a noção de qualidade de vida.

1.2. A noção de qualidade de vida

Nas mais diversas áreas da ciência disserta-se sobre qualidade de vida. O único consenso é que a noção é ampla e que está em construção. Definir com precisão o que é qualidade de vida e sua contribuição para o bem-estar de um indivíduo ou de um grupo é arriscado e sempre polêmico. Para exemplificar a imprecisão do termo, pode-se observar as mudanças que a idéia de qualidade de vida vem assumindo ao longo do tempo. A qualidade de vida dos povos das sociedades antigas estava em não ser ameaçado pelos deuses, pelos inimigos e pelas intempéries naturais: “a vida era a rotina, a qualidade dela era não quebrar a rotina” (BUARQUE, 1993, p.1). Nos séculos XVIII e XIX, a qualidade de vida passou a ser equivalente a viver nas cidades e controlar a natureza. A partir do século XX a qualidade de vida se constitui em uma busca utópica do ser humano, um “ideal da contemporaneidade” transformado em consumo (BARBOSA, 1996, p.125). Essa condição tem por base o conceito de qualidade de vida ligado à vida urbana, ao industrialismo moderno e aos bens de consumo. Este conceito se torna irrealizável, na medida em que não é possível disponibilizar tais bens a todos. Barbosa (1996, p.142) cita que “o processo civilizatório foi incapaz de construir a utopia” e trouxe um sentimento de fracasso perceptível nos indivíduos em sua busca pela qualidade de vida. Esse sentimento surge à medida que se reconhece a impotência da capacidade de consumo e da estabilidade econômica em proporcionar qualidade de vida.

A expressão “qualidade de vida” foi empregada pela primeira vez em 1964, pelo presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, quando declarou que “os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas” (JOHNSON, 1964 apud FLECK et al, 1999, p. 20). A partir dessa visão, torna-se mais complexa a noção de qualidade de vida inicialmente partilhada por cientistas sociais, filósofos e políticos. A noção sai do âmbito econômico e se expande para outras áreas de conhecimento. A partir de atributos mais subjetivos, como a saúde e o bem-estar, os esforços que buscavam medir ou quantificar qualidade de vida aproximaram as ciências humanas e biológicas da discussão.

Atualmente, a noção de qualidade de vida, eminentemente humana, transita em um campo semântico polissêmico por estar, de um lado, relacionada ao modo, condições e estilos de vida e, de outro, à idéias de desenvolvimento sustentável, de ecologia humana, de desenvolvimento, de direitos humanos e sociais. Tem sido aproximada “ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural dos elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar” (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, pp.8-10).

A Medicina Social, no século XVIII, já apontava a relação entre saúde e qualidade de vida, embora de forma bastante inespecífica. Essa idéia atravessou toda a história da medicina social ocidental e tem no conceito de promoção da saúde a sua estratégia central. Em todas as sondagens feitas sobre qualidade de vida no campo da saúde, valores não materiais compõem sua concepção. Porém também existem parâmetros materiais na construção dessa noção. Para avaliar os parâmetros materiais de qualidade de vida utilizam-se, mais comumente, indicadores como o acesso a serviços de saúde e educação, bem como outros parâmetros mensuráveis de longevidade. O mais conhecido e difundido indicador é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁸, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDH foi criado com o objetivo de deslocar o debate sobre o desenvolvimento de aspectos puramente econômicos (nível de renda, produto interno bruto e nível de emprego) para aspectos de natureza social e cultural. Parte do princípio que saúde, renda e educação são elementos fundamentais para análise de qualidade de vida de uma população. Surgiram, ainda, outros indicadores, como o Índice de Condições de Vida (ICV)⁹, que também trabalha com aspectos objetivos, passíveis de medição. Os indicadores objetivos de qualidade de vida e saúde no ICV se referem à situações de renda, condições de emprego, consumo alimentar, acesso a transporte, água potável, saneamento básico e energia elétrica, entre outros. Esses índices são questionados por apresentarem problemas de

⁸ “O IDH é um indicador sintético de qualidade de vida que, de forma simplificada, soma e divide por três os níveis de renda, saúde e educação de uma determinada população. A renda é avaliada pelo PIB real *per capita*; a saúde, pela esperança de vida ao nascer e a educação, pela taxa de alfabetização de adultos e taxas de matrículas nos níveis primário, secundário e terciário combinados. Renda, educação e saúde seriam atributos com igual importância como expressão das capacidades humanas” (MINAYO; HARTZ; BUS, 2000, p.10)

⁹ O ICV foi desenvolvido pela Fundação João Pinheiro de Belo Horizonte e pode ser aplicado à micro-realidades. Ele é composto de 20 indicadores em cinco dimensões, a saber: renda, educação, infância, habitação e longevidade. (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000).

consistência metodológica quando aplicados a limites geográficos mais restritos, por tomarem padrões ocidentais modernos como modelos de referência a serem atingidos por todas as nações e, finalmente, por não conseguirem incorporar a essência do conceito de desenvolvimento que tentam medir (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000).

Na relação direta entre saúde e qualidade de vida, a longevidade também é vista como um indicador objetivo. A ciência dispõe de tecnologia médica que objetiva aumentar a sobrevivência dos pacientes. Entretanto, essas tecnologias são hoje questionadas na sua capacidade de garantia de vida e de manter o paciente apto a atuar em outros domínios que se relacionem a uma vida com qualidade. Na verdade, “as sociedades estão sendo chamadas a examinar se elas podem suportar o custo de manter a vida a qualquer custo” (ALLEYNE, 2000 p.2 tradução da autora); e se é possível não somente dar “anos a vida, mas vida aos anos” (FLECK et al, 1999, p. 20). Essa discussão sobre saúde e tecnologia médica, que iniciou e ganha força nos países que apresentam índices julgados satisfatórios de longevidade e expectativa de vida, leva ao questionamento do acesso aos serviços de saúde como um dos fatores determinantes de uma boa qualidade de vida.

Não se questiona que saúde e boa vida são inseparáveis. A questão saúde, presente nas mais recentes conceituações de qualidade de vida, é relacionada não somente aos indicadores objetivos como também a aspectos de natureza subjetiva, como a qualidade de vida desejada e esperada por um indivíduo ou um grupo. Possibilidades diversas de trabalho, de relações afetivas, de condições de moradia, transporte, alimentação, informação e de dinâmicas resultantes de contextos naturais e sociais determinam uma qualidade de vida satisfatória para que o indivíduo promova saúde. Esse enfoque estreita a relação entre saúde ampliada e qualidade de vida (PATRÍCIO, 1999).

Mesmo considerando a saúde como um ingrediente importante para avaliar qualidade de vida, ela é somente um aspecto da vida. O prazer de uma vida de qualidade não é absolutamente dependente de boa saúde, no sentido da integridade corporal. A atitude positiva de um paciente em relação à sua enfermidade pode fazer com que ele, apesar de doente, tenha uma boa qualidade de vida e provável perspectiva de cura. A qualidade de vida é uma noção que depende de construções sociais e culturais, assim como do momento de vida do indivíduo e do grupo. As pessoas conseguem perceber diferentes possibilidades para si mesmas quando avaliam diferentes fatores que têm um impacto na sua qualidade de vida. Considerar a qualidade de vida como uma discrepância entre expectativas e experiências ao longo do tempo - quanto menor a distância

entre as expectativas individuais e a realidade, melhor o grau de satisfação - pode mostrar uma forma importante de avaliar novos parâmetros de qualidade de vida (CARR; BARRY; ROBINSON, 2001).

Em resumo, domínios objetivos e subjetivos são considerados na relação saúde e qualidade de vida. O que se enfatiza é que esses domínios devem ser contemplados dentro da realidade local a ser estudada. Minayo, Hartz e Buss (2000) submetem a noção de qualidade de vida a três fóruns de referência. O primeiro é histórico e compreende que uma sociedade específica tem um parâmetro de qualidade de vida diferente da mesma sociedade em outro momento histórico. O segundo é referente às estratificações sociais - a idéia de qualidade de vida está relacionada ao bem-estar das camadas superiores e à passagem de um nível ao outro. E o terceiro é cultural. A percepção das condições de saúde, da qualidade de vida e de seu significado varia de cultura para cultura, dentro de uma realidade temporal individual. As necessidades e os valores revelam as tradições de cada povo.

Considerando o elemento cultural como fórum de referência, ele torna-se essencial para a compreensão da complexidade do conceito de qualidade de vida. A Organização Mundial da Saúde desenvolveu instrumentos para medir qualidade de vida dentro de uma perspectiva internacional de domínios variados¹⁰, partindo da premissa de que qualidade de vida é uma construção cultural multidimensional. A Organização define qualidade de vida como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL GROUP, 1994).

A essencialidade do elemento cultural não é, entretanto, um consenso nos estudos de qualidade de vida. Muitos instrumentos para medir qualidade de vida proliferam especialmente nos Estados Unidos. Busca-se aplicá-los em outras nações, de forma abrangente, porque se considera que existe um

(...) “universal cultural” de qualidade de vida, isto é, que, independente de nação, cultura ou época, é importante que as pessoas se sintam bem psicologicamente, possuam boas condições físicas e sintam-se socialmente

¹⁰ Domínios físico, domínio psicológico, nível de independência, relações sociais, meio ambiente e espiritualidade (religião e crenças pessoais). O instrumento de avaliação da OMS, conhecido como WHOQOL – 100, será abordado, a seguir, na metodologia (WHOQOL GROUP, 1994).

integradas e funcionalmente competentes (BULLINGER et al, 1993 apud FLECK, 1998, p.20).

A percepção multicultural de autores como Fox-Rushby e Parker (1995) põem em dúvida a aplicação transcultural de qualquer instrumento de avaliação. Esses autores questionam se a noção de qualidade de vida não está irremediavelmente ligada ao conceito de cultura e consideram as relações multidimensionais que se estabelecem em torno da qualidade de vida a partir de diferenças étnicas, sociais, geográficas e etárias. Para eles, cada fase da vida tem suas particularidades e expectativas de desenvolvimento biológico e social.

Mesmo que haja um consenso quanto às condições mínimas para se viver bem, as aspirações, individual e socialmente diferenciadas, devem ser avaliadas na discussão que envolve qualidade de vida e cultura. A cultura, por ser constituída de elementos vivos, herdados pela tradição e reconstruída cotidianamente, orienta as expectativas de vida.

A imagem de uma natureza humana “purista”, independente de tempo, lugar, circunstâncias, profissões ou modas é uma ilusão. O que o ser humano é está tão envolvido com quem ele é, onde ele está e em que acredita, que o torna inseparável deles. A Antropologia moderna tem a firme convicção de que não existem e nunca existiram seres humanos não modificados pelos costumes de lugares particulares (GEERTZ, 1978). Essa perspectiva originou as discussões sobre cultura, fazendo uma distinção entre cultura e natureza. Apesar de o senso comum considerar alguns aspectos de qualidade de vida como anseios comuns a qualquer ser humano, dificilmente o conjunto das expectativas de qualidade de vida do homem urbano – operário ou industrial, por exemplo – pode se adequar ao homem do campo – agricultor ou "colono".

Vehlelst (1994), discutindo as funções sociais da cultura, a vê como um criador de sentido:

Sobretudo, a cultura é um dinamismo criador de sentido. Dar um sentido ao que se faz é capital. É preciso que o desenvolvimento tenha um sentido. Em qualquer processo de mudança social, de mutação econômica, de desenvolvimento em geral, é preciso saber manter a orientação se não quisermos ser arrastados pelos acontecimentos e pelas pressões para lugares para onde não queremos ir. Em várias línguas européias, a palavra 'sentido' (inglês: 'sense') significa ao mesmo tempo significação profunda e direção. É exatamente disto que se trata: por um lado, adequação aos valores graças aos quais o que se faz tem 'sentido', quer dizer pleno de 'bom senso' e, por outro lado, orientação para o futuro e avanço numa dada direção. A faculdade de atribuir um sentido ao que fazemos é próprio das pessoas. Esta faculdade subentende de certa forma a auto-estima, a seleção e

a resistência (...), mas ultrapassa-as amplamente. Confunde-se com a vida e a felicidade de viver. A cultura é, antes de mais nada, uma dinâmica geradora de sentido. Nesta perspectiva, a sua dimensão simbólica (valores, espiritualidade, etc.) desempenha um papel crucial (VERHELST, 1994, p.2).

Conhecer e apontar aspectos de qualidade de vida de um determinado grupo passa, obrigatoriamente, por revelar e apreender a dinâmica cultural do meio onde vive essa população e que a define como única. Ignorar o contexto cultural no qual esse meio está envolvido gera a formação de conceitos igualitários de qualidade de vida e uma uniformização das necessidades humanas. Essa atitude tende a fortalecer ações externas e políticas públicas generalizadas, com um enfoque equivocado de prioridades e de ações nos diferentes âmbitos, como saúde, lazer e educação.

A vida é construída pela interação entre diferentes dimensões e padrões. Por meio dessas inter-relações cada indivíduo constrói seus próprios padrões e mantém outros, significativos à sua particularidade biológica e cultural. Assim, qualidade de vida, como produto e processo, diz respeito aos atributos e às propriedades que qualificam essa vida, e ao sentido que ela tem para cada ser humano, dentro de sua cultura específica (PATRICIO, 1999).

O relativismo cultural, no entanto, não impede de perceber que um modelo hegemônico de qualidade de vida está muito próximo de adquirir um significado planetário. Esse modelo, preconizado pelo mundo ocidental, é polarizado por alguns valores e pelo acesso a certas tecnologias, comodidades e riquezas (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000).

Está igualmente claro que esse modelo de consumo é responsável por um desenvolvimento baseado em uma intensa deterioração ambiental, o que traz as discussões sobre qualidade de vida para o âmbito da ecologia. Questiona-se a viabilidade de manter um padrão de qualidade de vida embasado no consumismo e na exploração com alto grau predatório da natureza e de outros seres humanos. Como anteriormente mencionado, um ambiente sadio é determinante da condição de saúde e de qualidade de vida dos seres que nele vivem. A existência de uma relação entre qualidade de vida e questão ambiental é demarcada a partir dos anos setenta com a realização, em 1972, da Primeira Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento em Estocolmo. Naquela oportunidade, as questões relativas à degradação ambiental em escala mundial foram aproximadas da temática da qualidade de vida das populações.

A relação entre qualidade de vida e ambiente alterado põe em evidência aspectos que desdenham a possibilidade de uma boa vida para as gerações futuras e que comprometem diretamente a saúde dos seres humanos, como a poluição do ar, a qualidade e o abastecimento de água, o saneamento básico, a produção e o destino final de resíduos sólidos, o uso indiscriminado de agrotóxicos e os insumos químicos na produção agroindustrial. Essas conseqüências sobre a saúde humana são reconhecidas por estudos que apontam um aumento na incidência de doenças respiratórias, cardiovasculares, infecto-contagiosas, parasitárias e crônico-degenerativas em populações que habitam áreas com comprovada contaminação biológica e química do ar, das águas e dos alimentos (BARBOSA, 1996).

Ao debruçar-se sobre o ambiente busca-se igualmente explorar seus conceitos. O conceito de ecologia social¹¹ direciona para uma reintrodução do ser humano na natureza e para uma ampliação do termo ambiente. Autores como Galtung (1979) e Montes & Leff (1986) entendem ambiente não só como um feixe de aspectos que compreendem a natureza, a diversidade de espécies animais e vegetais, mas também, o ser humano, suas relações sociais e culturais e sua capacidade tecnológica. Nessa dimensão, fica ainda mais claro que o estado do ambiente, ou seja, a qualidade ambiental de uma sociedade é um fator que pode incidir sobre a qualidade de vida de quem vive nela (GALTUNG, 1979; MONTES & LEFF, 1986 apud BARBOSA, 1996).

Segundo Giddens (1991), os novos perfis de riscos ambientais que enfrentamos não derivam mais primariamente do mundo da natureza, mas são o resultado de conhecimentos socialmente organizados, mediados pelo impacto da industrialização sobre o meio ambiente material. Ao perceber o impacto da atuação humana sobre a natureza, o homem deixa de se considerar seu dono. A ruptura da visão antropocêntrica vem trazendo mudanças no conceito de ambiente. A ecologia, anteriormente voltada para os estudos do ambiente externo – o planeta como a nossa casa – torna-se cada vez mais um estudo das relações entre os cidadãos. É levada, assim, ao encontro dos problemas sociais, muito mais do que àquele das soluções dos problemas da natureza. Sfez (1996, p. 96) chega a perguntar: “afinal, a natureza tem problemas?”.

Percebendo que o ambiente no qual vivem os indivíduos é cultural e socialmente definido, Souza (1984) analisa a qualidade de vida num contexto social complexo e multifacetado e que, independente da realidade a que esteja orientada,

¹¹ Ver GUATARARI (1990), com o interessante título: "As Três Ecologias: a ecologia ambiental, social e mental".

(...) abrange tanto a distribuição dos bens da cidadania – os bens e direitos que uma sociedade, em dado momento, julga serem essenciais – quanto a de uma série de bens coletivos de natureza menos tangíveis e, nem por isso, menos reais em suas repercussões sobre o bem-estar social (SOUZA, 1984, p.15).

Barbosa (1996, p.150) afirma que é possível entender qualidade de vida como “o somatório das condições objetivas e subjetivas do ser, expressas no cotidiano dos indivíduos em decorrência das macro e micro transformações sócio-ambientais que a sociedade atravessa”. Em seus estudos com base em variados autores¹² que dissertam sobre qualidade de vida e condições sócio-ambientais, ela sumariza o conceito de qualidade de vida em de três eixos, adicionando o fator ético-político na discussão:

Um primeiro eixo diz respeito à satisfação e acesso a bens básicos como educação, transporte, emprego, alimentação, saneamento ambientalmente adequado, serviço de saúde, etc., e à qualidade do acesso a esses bens, como sistemas de educação e saúde eficientes e que atinjam seus objetivos; sistema de transportes coletivos satisfatórios; alimentação e salários condizentes com as necessidades do indivíduo e de sua família. O segundo eixo diz respeito ao acesso aos bens fundamentais para complementação da vida dos indivíduos como cultura; lazer; relações afetivas e sexuais plenas; relações familiares fundamentais; relação com a natureza; relações plenas com o trabalho. E, por último, o terceiro eixo, denominado de bens ético-políticos por compreender o acesso às informações que dizem respeito à vida do cidadão, colocadas de forma clara e objetiva, a participação política e o envolvimento nas causas coletivas, participação na gestão local da vida cidadina e a cidadania (BARBOSA, 1996, p.150).

Esse tipo de percepção pode apoiar estudos aprofundados sobre qualidade de vida para diferentes populações. Considerar todos esses componentes, dentro de realidades temporais e individuais, é um grande desafio para estudos com base em pesquisa qualitativa. No caso desta dissertação, que se debruça sobre a qualidade de vida num espaço específico, torna-se pertinente inserir o contexto sócio-ambiental e cultural do meio rural. O meio rural será abordado a partir do estudo do sistema agroalimentar e da agricultura, como atividade produtiva central nesse meio.

A inserção de um histórico do sistema agroalimentar se faz necessária considerando-se que existe uma relação íntima entre o padrão produtivo e a qualidade de vida no meio rural. As

¹² Entre eles: CROCKER (1993); COVRE (1986); BUARQUE (1993) apud BARBOSA(1996).

repercussões do padrão produtivo no plano sócio-ambiental e sobre a qualidade do alimento e da água estão intimamente ligadas à saúde do ser humano e a sua qualidade de vida.

1.3. Produção de Alimentos: o sistema agroalimentar

Os povos das sociedades antigas que originaram as civilizações ocidentais conheciam empiricamente as plantas medicamentosas, venenosas e alimentares. O alimento local escolhido era apto para responder às suas demandas nutricionais. Além disso, foram desenvolvidos métodos naturais de processamento e conservação de excedentes, de baixo impacto sob o valor nutricional desses alimentos como a secagem, o congelamento e a fermentação. Por mais diferentes que fossem as dietas desses povos todas tinham como base comum a manutenção da biodiversidade, da forma natural dos alimentos e eram definidas a partir da sazonalidade e da cultura local.

Em torno dos primeiros cultivos agrícolas, as tribos, anteriormente nômades, se estabeleceram. A base alimentar era agropecuária, a partir dos recursos locais da natureza. Com o suporte das primeiras religiões, os alimentos ganharam um *status* ritualístico. As primeiras teorias sobre qualidade alimentar surgiram em tratados filosóficos históricos e livros sagrados, quase sempre vinculadas aos preceitos da religião de origem. A transição dos sistemas agroalimentares pré-modernos para as sociedades industriais modernas envolveu grandes mudanças nos valores culturais e nos sistemas de conhecimento que ocorreram entre o colapso do Império Romano, a Idade Média e o início da Era Moderna. Ocorreu uma separação gradativa do homem e da natureza, expressa no distanciamento da agricultura da vida diária das pessoas que passaram a morar em cidades cada vez maiores e distantes do meio rural. A dieta dos diferentes povos ainda era determinada pela diversidade agrícola local e pela cultura de origem (DAHLBERG, 2001).

Grandes mudanças nas práticas agrícolas e na sociedade rural culminaram com o que se chamou de Revolução Agrícola¹³, processo ocorrido principalmente na Inglaterra e França, entre o século XVIII e início do século XIX. Segundo Dahlberg (2001), durante esse período

¹³ Ehlers (1996) fala de duas Revoluções Agrícolas; a primeira durante o século XVIII e início do século XIX que focou no aumento de produtividade. A segunda Revolução Agrícola em meados do século XIX aliou a alta produtividade aos avanços tecnológicos e descobertas científicas: fertilizantes químicos, melhoramento genético e mecanização.

intensificou-se a produção de alimentos como suporte para a crescente população urbana que apoiou a Revolução Industrial.

A ciência desenvolvida a partir do século XIX também influenciou o sistema agroalimentar e os conceitos de qualidade alimentar. Pesquisas nos campos da física e da química se intensificaram a partir de 1840, com cientistas e fisiologistas como Lavoisier, Claude Bernard, Liebig e Magendie. Em 1840, Liebig publicou “A Química Orgânica e sua aplicação na Agricultura e Fisiologia”, obra que passou a ser base para estudos da Nutrição e da Agronomia. O metabolismo dos nutrientes e seu valor energético e nutritivo foram relacionados ao processo de respiração e de produção de energia. A caloria foi escolhida como unidade termodinâmica e passou-se à análise quantitativa dos nutrientes, utilizando-se a balança e a bomba calorífica. O conhecimento da função dos nutrientes direcionou as primeiras pesquisas de desenvolvimento de adubos químicos. As dietas definidas pelo perfil geográfico e cultural, bem como as teorias sobre qualidade alimentar abrigadas em livros sagrados, foram sendo gradativamente substituídas por orientações nutricionais baseadas em estudos calórico-quantitativos.

A segunda Revolução Agrícola se configurou a partir da adubação química das plantas com fertilizantes solúveis e da tratorização da tração. Vai se constituindo uma transição gradual para uma forma industrial de fazer agricultura que será completada com as sementes "melhoradas" (ou variedades altamente produtivas) e os agrotóxicos, configurando-se o Padrão Técnico Moderno de produção agrícola (EHLERS, 1996). Ao mesmo tempo, vai se estruturando, à jusante da agricultura, uma indústria alimentar a qual, além dos processos tradicionais de conservação de alimentos, começa a utilizar aditivos sintéticos. No início do desenvolvimento da tecnologia de alimentos, o produto original agrícola, transformado ou preservado, foi essencialmente mantido. A indústria de alimentos passa a incorporar recursos da indústria química que permitem que o produto agrícola original seja crescentemente decomposto. Alguns desses recursos, como a hidrogenação química dos óleos, permitem diminuir a dependência em relação a produtos agrícolas específicos. Estabeleceu-se, inclusive, uma separação entre a indústria de primeiro processamento e a de produtos finais. A tendência dominante aponta um sistema industrial global de alimentação, num regime que favorece os países industrializados e reforça tendências de padronização e uniformização (WILKINSON, 1989; DAHLBERG, 2001). Essa tendência tem sido reforçada pelas transformações que estão ocorrendo atualmente no sistema mundial de alimentação. Isso inclui a engenharia genética e o patenteamento de seres

vivos, a criação animal confinada em grande escala, a promoção de uma “segunda revolução verde”, a agricultura de precisão, a nanotecnologia¹⁴ além dos sofisticados sistemas eletrônicos que gerenciam o perfil e o hábito dos consumidores. Segundo Dahlberg (2001), todos esses desenvolvimentos combinados fortalecem a concentração das corporações e a globalização da produção, distribuição e *marketing* alimentar e reforçam tendências de padronização e uniformização nas dietas dos diferentes povos.

Mais recentemente, os alimentos funcionais, os nutracêuticos e os suplementos minerais e vitamínicos passaram a fazer parte da dieta sob um novo enfoque: o das preocupações com a saúde humana relacionada à baixa qualidade da dieta com base no Padrão Técnico Moderno de produção. Além das perdas de diversidade natural e cultural, o impacto dessa dieta repercute no estado de saúde da população e na sua qualidade de vida. Percebe-se o desequilíbrio quantitativo na dieta contemporânea: o excesso de calorias, de alimentos protéicos, de sal, de açúcar e de gordura e a falta de alimentos fontes de fibras, minerais e vitaminas. O aumento da obesidade, das doenças crônico-degenerativas e carenciais, além da necessidade crescente de cápsulas e complementos alimentares, são claros sinais da incapacidade desta dieta em promover a saúde.

Os alimentos mais comumente consumidos na dieta contemporânea podem ser questionados quanto à sua toxicidade, devido à presença de contaminantes químicos utilizados na sua produção. Esses contaminantes são testados em animais, sem informações suficientes e seguras do seu poder cumulativo, do efeito combinado e da sua mutabilidade, sem que se possa estabelecer inter-relações precisas e imediatas entre as conseqüências do consumo a longo prazo e as várias disfunções orgânicas já pesquisadas. Somente os agrotóxicos são responsáveis por 700 mil dermatoses, 37 mil casos de câncer e 25 mil casos de seqüelas neurológicas a cada ano

¹⁴ Técnica de manipulação da matéria viva e inerte em nível de escala nanométrica. Entre as aplicações imediatas na agricultura destacam-se:

1. Equipamentos para seleção simultânea de genes a partir de pouquíssimas quantidades de material. São chips, já desenvolvidos, com milhares de pontos nanométricos, cada qual contendo uma quantidade de genes diferentes, capazes de identificar quais se ativam ou se inibem no processo de crescimento ou durante alguma enfermidade.

2. O pretendido aproveitamento da tecnologia atômica, na próxima década, para eliminar a “geografia” (sensibilidade, temperatura e altitude) e o trabalho como fatores incidentes na produção de cultivos; “o tempo”, como fator na preparação de alimentos e a “a agricultura”, como fonte produtora de comida não biológica.

3. No processamento (indústria) de alimentos o desenvolvimento de aplicações de tecnologias nano escalares entra com a “comida nutracêutica”, utilizando proteínas para administrar medicamentos a determinadas partes do corpo e os tipos de alimentos que mudem de cor, alertando ao consumidor quando a comida está fora do prazo (ZAMBERLAM, 2003, p.9).

(WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1990); a eles relacionam-se repercussões teratogênicas, anomalias neurológicas, gástricas e ósseas, tumores, esterilidade e intoxicações agudas (COLBORN; DUMANOSKI; MYERS, 1987; GRANDO, 1988; LEADERER, 1991; WALKER, 1998; SCHILTER, 1998). Ho e colaboradores (1988) afirmam que os antibióticos utilizados na produção animal são responsáveis pela resistência dos seres humanos aos antibióticos diminuindo sua eficácia farmacológica em casos de infecções. Os resíduos de drogas veterinárias, como os piretróides utilizados na produção do gado, são responsáveis por sintomas como insônia, irritabilidade, dor de cabeça, fotofobia e tremores musculares, especialmente observados em crianças que se alimentam do leite (VASSILIEF, 2000). Alguns aditivos químicos sintéticos e os produtos radiolíticos das irradiações são apontados como agentes determinantes na etiologia de alergias, irritabilidade e alguns tipos de câncer (TRITSCH, 2000; LEADERER, 1991; KESAVAN; SWAMINATHAN, 1971).

No quadro de industrialização do sistema agroalimentar utilizam-se cada vez mais aditivos funcionais e fabricam-se produtos de recombinações que levam em conta quase que somente as reduções de custo, o aumento da durabilidade do produto e a satisfação do paladar. O processamento industrial, se por um lado, garante a higienização e aumenta a durabilidade dos alimentos, por outro provoca mudanças significativas na sua estrutura química e na biodisponibilidade dos nutrientes. Os processos de refinamento de cereais, sal e açúcar, enlatamento de vegetais, hidrogenação de óleos vegetais, esterilização, homogeneização e desidratação de leites e irradiação de legumes e carnes são relacionados a modificações no valor nutricional desses alimentos, influenciam na biodisponibilidade de nutrientes, na degradação protéica, na oxidação, rancificação e modificação dos ácidos graxos e gorduras. A formação de substâncias tóxicas nos alimentos durante alguns processos de industrialização é conhecida. São exemplos a liberação de ácido glutâmico livre, uréia e amônia no processo de desidratação e esterilização de leites e substâncias de ação carcinogênica, na irradiação de alimentos (KILCAST, 1994; PANETTO, 1995; PENNA, 1999; CHIARA, 2002).

Diante desse quadro de modificações na qualidade do alimento delinea-se uma relação mais próxima entre consumo de alimentos produzidos pelo Padrão Técnico Moderno, saúde e qualidade de vida. Uma dietética baseada enfaticamente em critérios quantitativos como a atual, não responde às reais necessidades nutricionais do ser humano. A própria conotação de qualidade vem sendo reavaliada para que não seja baseada somente em valores nutricionais quantitativos e

em ausência de contaminantes biológicos, mas que considere também aspectos de biodisponibilidade de nutrientes, de integridade, de manutenção das características organolépticas originais, de vitalidade e de ausência de resíduos de contaminantes químicos sintéticos (AZEVEDO, 2003).

Por sua vez, o consumidor acata as modificações do sistema alimentar adaptando-as a seu modo de viver. Mas ele também intervém no direcionamento desse sistema. Na verdade, a evolução do sistema alimentar atende aos novos padrões de demanda urbana. O consumidor busca nas facilidades industriais (alimentos congelados, apertizados e pré-preparados, nos *fast food*, *snacks* e *take-aways*) uma forma de legitimar seu modo de vida dentro da cultura contemporânea. É importante lembrar que “o perfil básico da demanda alimentar é determinado em virtude das tendências econômicas mais gerais como a urbanização, distribuição de renda, e a reabsorção da mulher na economia formal” (WILKINSON, 1989, p.24).

Outras repercussões sobre a qualidade de vida estão relacionadas ao Padrão Técnico Moderno de produção de alimentos e dizem respeito ao desequilíbrio sócio-ambiental e à erosão cultural no meio rural.

Com o apoio das visões científicas modernas - darwiniana de seleção natural e pasteuriana de intervenção do meio ambiente - o Padrão Técnico Moderno de produção agrícola ignorou a heterogeneidade local, as conseqüências do desaparecimento dos agentes considerados patogênicos e a importância de sua interação com o ambiente como um todo; os "anti" (bióticos, vírus) e os "cida" (pesticidas, nematicidas, herbicidas) prevaleceram na luta entre o “forte e o fraco”, com graves conseqüências para o equilíbrio do ambiente e para a biodiversidade.

Segundo Miller¹⁵, o maior equívoco das práticas agrícolas deste sistema foi ignorar os métodos tradicionais de manejo ecológico de fertilidade e controle de pragas, como a adubação verde, rotação e compostagem. Os sistemas complexos e localmente adaptados tornaram-se ineficientes para acompanhar a adaptabilidade dos pacotes modernos. A alta produtividade do Padrão Tecnológico Moderno não mostrou influência positiva significativa que não seja atribuída

¹⁵ MILLER, P.H. A Revolução Verde: aula da disciplina Origens e Sustentabilidade da Agricultura do mestrado em Agroecossistemas/CCA/UFSC, 6-10 de set. de 2002. Notas de Aula.Mimeografado.

à mera agregação e posse do conhecimento pré-moderno, sem abarcar todas as suas sábias inter-relações e hoje sofre uma queda drástica da produtividade inicialmente propagada, com repercussões ambientais e sociais agregadas.

Ao mesmo tempo, a agricultura de base química contribuiu para o agravamento das desigualdades no campo. Ao focar a alta produtividade, que passou a ser associada com economia de escala, provocou a expulsão do agricultor familiar do meio rural.

Biswanger, economista do Banco Mundial, refletindo sobre a desigualdade e a pobreza nos países latino-americanos em desenvolvimento, enfatizou o fracasso das estratégias de desenvolvimento rural expresso pela pobreza rural e urbana. Essas estratégias aplicadas no Brasil, com base no estímulo à modernização da grande propriedade tradicional, provocaram a redução prematura da demanda relativa de mão-de-obra agrícola e inflacionaram o preço da terra acirrando conflitos fundiários e expulsando produtores rurais da fronteira agrícola. O aumento da produtividade de alimentos dentro do Padrão Técnico Moderno levou a um crescimento com bases na miséria e na pobreza (BISWANGER, 1994 apud GUANZIROLI et al, 2001).

As condições sociais desumanas das grandes cidades constituem-se em “enclaves rurais no mundo urbano” e o mundo rural também sobrevive como “resto da modernização forçada e forçadamente acelerada” que introduziu na vida dos agricultores um ritmo de transformação social gerador de irremediáveis problemas sociais (MARTINS, 2001, p.33). Há hoje, em todo o mundo, uma superprodução de alimentos, mas também, mais fome e miséria.

Sumariamente, o Padrão Tecnológico Moderno da agricultura, ao priorizar elevados ganhos de produtividade, gerou crises que podem ser consideradas em três dimensões. Primeiro na **dimensão econômica**, com o aumento da eficiência tecnológica e comercial, produzindo os efeitos da superprodução, com conseqüências sobre o dinamismo da atividade produtiva. Na **dimensão social**, uma vez que a modernização reduziu a necessidade da força de trabalho e, por último, na **dimensão ambiental**, pelo uso excessivo e indiscriminado dos insumos químicos de origem industrial, com o risco de um sério desgaste de recursos naturais (LAMARCHE, 1993).

Outras dimensões podem ainda ser observadas, como os já apontados riscos para a **saúde pública**. Dados da área de saúde pública mostram que a população do continente americano vive uma epidemia crescente de doenças não-transmissíveis como o câncer, o diabetes e as doenças cardiovasculares. Também as doenças transmissíveis consideradas extintas ainda matam como a malária, a tuberculose, as infecções respiratórias e as diarreias (ALLEYNE, 2000). Essas

enfermidades concentram-se especialmente entre a população socialmente vulnerável e excluída, a qual o Padrão Técnico Moderno de agricultura contribuiu significativamente para formar. A produção de alimentação preconizada por esse padrão tem sido, muitas vezes, associada a uma maior disponibilidade de alimentos para povos, que teriam, por isso, uma expectativa de vida maior. Entretanto, como Wolf (2000, p.16) considera-se que “o prolongamento da vida não é sinônimo de saúde melhor”. Outros riscos sobre a saúde humana, já mencionados, atingem todas as classes sociais. São riscos relacionados à contaminação do ar, das águas e do solo, além da modificação da qualidade dos alimentos consumidos.

E por fim, **a dimensão cultural**. O Padrão Técnico Moderno permitiu uma mudança no sistema alimentar inserido no contexto urbano-industrial próprio da modernidade. A tendência à uniformização dos modos de vida rural e urbano e a ênfase na produção e na produtividade levou a uma modificação da forma de vida do agricultor familiar e contribuiu para minar a importância da manutenção da sua racionalidade e de sua identidade cultural. O conhecimento agrícola tradicional e os hábitos de vida que se relacionam à manutenção da cultura de cada região foram desvalorizados. O Padrão Técnico Moderno não levou em consideração os saberes agrícolas tradicionais e a racionalidade ecológica dos agricultores. Essa racionalidade sempre foi ajustada à complexidade de cada meio rural e remete à identidade cultural construída pelos agricultores a partir do seu ambiente.

Ao analisar essas dimensões vislumbram-se as mudanças no modo de viver dos agricultores que alteraram negativamente sua qualidade de vida. Muitas dessas mudanças são também extensivas aos moradores do meio urbano. Pensar a agricultura dentro do Padrão Técnico Moderno, como propulsora de modificações na qualidade de vida torna-se importante, pois ela é a principal atividade produtiva do meio rural, relacionada à várias esferas da vida humana.

Diante do quadro explorado surge a produção orgânica de alimentos como uma opção produtiva que busca amenizar as repercussões do Padrão Técnico Moderno. A AO tem como objetivos a auto-sustentação da propriedade agrícola no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais para o agricultor, a minimização da dependência de energias não renováveis na produção, a oferta de produtos saudáveis e de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de contaminantes que ponham em risco a saúde do consumidor, do agricultor e do meio ambiente, o respeito à integridade cultural dos agricultores e a preservação da saúde ambiental e

humana. Segundo a regulamentação vigente no país, o conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados biodinâmico, ecológico, natural, sustentável, regenerativo, biológico, agroecológico e permacultura¹⁶ (BRASIL, 1999; BRASIL, 2003).

É necessário esclarecer que o termo “orgânico” aqui utilizado deve ser produzido segundo os objetivos acima mencionados e refere-se à alimentos produzidos sem o uso de insumos artificiais tóxicos, drogas veterinárias, hormônios, antibióticos ou organismos geneticamente modificados. Dentro da produção animal, o manejo deve respeitar o comportamento natural das espécies e durante o processamento dos alimentos é proibido o uso das radiações ionizantes e aditivos químicos sintéticos (BRASIL, 1999; BRASIL, 2003).

Apesar das primeiras correntes¹⁷ da agricultura orgânica terem surgido já nas décadas de 20 e 30 do Século XX, foi no final dos anos 80 e, principalmente nos anos 90, que as organizações ligadas à produção orgânica se multiplicaram e a produção cresceu em quantidade, qualidade e diversidade. As transformações demográficas, ambientais, tecnológicas, econômicas e culturais de caráter transnacional e global desse período formaram um horizonte para uma nova reflexão sobre a forma de produzir alimentos (HOBSBAWN, 1995; DO CARMO, 1998; LEIS, 2000; KATHOUNIAN, 2001).

O movimento em favor da Agricultura Orgânica (AO) surgiu em um momento de crise para o meio ambiente e, de forma geral, para a agricultura baseada no Padrão Técnico Moderno. A publicação do livro de Rachel Carson (Primavera Silenciosa, 1964) que apontava os impactos ambientais provocados pelos agrotóxicos é considerada um marco. Depois, as conferências da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1972, 1982 e 1992, fortaleceram as evidências de que a agricultura se tornara a principal fonte difusa de poluição ambiental, colocando em risco a estabilidade da vida no planeta. Isso porque, dentro do padrão tecnológico, se evidencia uma incompatibilidade entre o crescimento econômico e a preservação

¹⁶ Para a diferenciação de cada corrente de produção orgânica ver EHLERS (1996) e KATHOUNIAN (2001). Não se ignora a diferença de formas de produção, de bases filosóficas e de propostas sócio-políticas entre esses diversos sistemas, mas esse debate foge do objeto de estudo desse trabalho.

¹⁷ Referência às seguintes correntes: 1.Agricultura Biodinâmica (Rudolf Steiner e Pfeiffer, Áustria, Alemanha, década de 20); 2.Agricultura Organo-Biológica (Hans Muller e Hans Rusch, Suíça, Áustria, década de 30); 3.Agricultura Orgânica (Albert Howard, Balfour e Rodale, Grã Bretanha, Índia, EUA, Anos 30 e 40); 4. Agricultura Natural (Mokiti Okada e Fukuoka, Japão, Anos 30) (EHLERS, 1996).

da base natural dos recursos produtivos para as gerações futuras (KATHOUNIAN, 2001; LUZZI, 2001; PRETTY, 1995).

Neste trabalho a Agricultura Orgânica se coloca primeiramente como uma alternativa produtiva ao Padrão Técnico Moderno de agricultura. Ela ainda necessita ser investigada no que tange a produtividade e o trabalho não descarta a existência de outros padrões produtivos, como “formas intermediárias” entre o PTM e a AO . Porém, considerando o objetivo desse trabalho e a amplitude das conseqüências do PTM sobre variados aspectos de qualidade de vida, a AO merece ser investigada como uma estratégia de promoção de qualidade de vida no meio rural e urbano.

No próximo item, a partir do conjunto de reflexões abordadas se pretende verificar a pertinência de se articular três noções que são o eixo dessa dissertação: qualidade de vida, agricultura orgânica e agricultura familiar.

1.4. Dimensões da qualidade de vida sob a ótica da Agricultura Orgânica

Como já explorado anteriormente, a forma de produção de alimentos com base no Padrão Técnico Moderno, aliada à industrialização, levou à grandes modificações na qualidade dos alimentos e do meio ambiente e gerou graves problemas sócio-culturais afetando, direta ou indiretamente, a saúde dos indivíduos. A seguir a AO, sob a ótica da qualidade de vida, será abordada primeiramente na dimensão da saúde humana e, posteriormente, na dimensão sócio-ambiental e cultural.

As considerações sobre a saúde humana apresentadas neste capítulo partem das premissas de que a nutrição é um dos principais fatores de promoção da saúde humana e da qualidade de vida e de que são inegáveis as repercussões do modo de produção agrícola sobre o estado geral de saúde da população.

Uma das questões centrais da AO se relaciona à produção de alimentos de qualidade e a promoção da saúde. Vários precursores da Agricultura Orgânica manifestaram sua preocupação sobre a questão. Rudolf Steiner, o fundador da agricultura biodinâmica declarou em 1924 que

(...) a agricultura se apartou dos princípios racionais. No decorrer dos últimos decênios, ocorreu no âmbito da agricultura que todos os produtos dos quais o homem realmente vive estão degenerando em escala extraordinariamente rápida (...). Quantas décadas mais serão necessárias para que os alimentos não mais sirvam para a alimentação humana? (STEINER, 2000, p.15).

Como ele, outros estudiosos da Agricultura Orgânica como Albert Howard, Rodale, Eve Balfour e William Albrecht também são citados por Garcia (2001) em seu “Manifesto Nutricional”:

(...) Segundo Albrecht (1975), “as fórmulas de adubo contendo somente N, P e K como as utilizadas universalmente pela agricultura moderna significam má nutrição, ataque por fungos e bactérias, maior incidência de ervas, perdas provocadas pela seca e perda geral da acuidade mental da população levando a doenças degenerativas e morte prematura”. (...) Rodale enfatizava a prática da compostagem como forma de revitalizar os solos e produzir alimentos de melhor qualidade. Na Inglaterra, em 1942, Lady Eve Balfour, publicava “The Living Soil” que tinha o sugestivo sub-título de “a evidência da importância para a saúde humana, da vitalidade do solo”. Sir Albert Howard (...) publicava “Farming and Gardening for Health and Disease”, em 1945, mais um clássico da Agricultura Orgânica onde se podia ver que o verdadeiro objetivo dessa nova modalidade agrícola era o de produzir alimentos que realmente nutrissem homens e animais (GARCIA, 2001, pp.1- 2).

Desde a fundação da Nutrição Científica no século XIX, a qualidade dos alimentos esteve fortemente relacionada ao enfoque analítico de valor nutricional, com base nos macronutrientes (carboidratos, proteína e lipídeos) e calorias. Os nutrientes que não produziam calorias, as vitaminas e os minerais, bem como o modo de produção dos alimentos, não eram considerados relevantes dentro dos estudos de qualidade nutricional sob o enfoque analítico calórico-quantitativo. Assim, a presença de micronutrientes e contaminantes químicos alimentares não determinava a qualidade dos alimentos. A partir do conhecimento da função dos micronutrientes e de suas inter-relações no organismo e também de substâncias não nutricionais presentes nos alimentos, os fitoquímicos, torna-se cada vez mais importante o desenvolvimento de um outro enfoque de avaliação nutricional. Esse enfoque sistêmico considera a presença dos macro e micronutrientes, de fitoquímicos, além de avaliar a biodisponibilidade dos nutrientes e os efeitos sinérgicos e antagonistas entre todas as substâncias presentes nos alimentos. O enfoque sistêmico do valor nutricional também avalia a qualidade biológica do alimento frente aos efeitos produzidos sobre a saúde do organismo humano (ausência de contaminantes químicos e biológicos, promoção de fecundidade e resistência às doenças, longevidade, etc). Nesse contexto, a produção orgânica de alimentos pode contribuir com essa discussão na medida em que provê alimentos com valor nutricional equilibrado e isentos de contaminantes químicos.

Nos estudos comparativos entre produtos da agricultura convencional¹⁸ e da Agricultura Orgânica, espera-se que os últimos apresentem maior valor nutricional, pois são produzidos a partir de um solo mais rico e equilibrado em nutrientes. Alguns desses estudos indicam que frutas, verduras e cereais orgânicos contêm mais minerais, aminoácidos, vitamina C, açúcares totais e fitoquímicos, além de maior teor de matéria seca quando comparados aos convencionais ou àqueles produzidos com a utilização de adubos de síntese química (ASAMI et al, 2003; SCHARP E AUBERT apud BONILLA, 1992; DEFFUNE; SCOFIELD; LOPES-REAL, 1993; PIAMONTE, 1996; REGANOLD, 1995; SMITH, 1993). Para os alimentos de origem animal, provenientes de animais não confinados (forma de manejo preconizada no sistema orgânico de produção animal), Dhiman (2001), Simopoulos e Salem (1992) apresentaram estudos que mostram maior teor de fitoquímicos e de vitamina A, além de um equilíbrio na relação entre os ácidos graxos ômega 3 e 6¹⁹ nas carnes, leite e ovos desses animais.

A já mencionada preocupação do homem contemporâneo com sua saúde, além das questões ambientais e sociais, direcionam hoje, pelo menos parte do sistema alimentar, para a produção de alimentos “limpos” e saudáveis, de caráter regional, com sabor e qualidade nutricional preservados, produzidos com baixo impacto ambiental e social. No modo produtivista atual, a discussão dos sistemas agrícolas sustentáveis ganha espaço e a qualidade dos alimentos é enfatizada (DO CARMO, 1996; BOWLER; ILBERY, 1988; ILBERY, 1998). Nesse quadro, a Agricultura Orgânica é vista como uma opção produtiva que prioriza a qualidade dos alimentos. A natureza altamente contestada da industrialização do sistema agroalimentar, os escândalos

¹⁸ O termo agricultura convencional aqui utilizado se refere à agricultura praticada dentro da perspectiva do Padrão Técnico Moderno.

¹⁹ Os estudos acima mencionados apontam para uma melhoria na qualidade nutricional dos alimentos orgânicos. Entretanto, é importante mencionar aspectos controversos sobre a questão do valor nutricional dos alimentos orgânicos. O recente relatório da Agência Francesa de Segurança Sanitário de Alimentos finalizado em julho de 2003 publicou dados sobre um estudo que durou oito meses e que teve por objetivo avaliar e comparar os riscos e benefícios sanitários e nutricionais dos alimentos orgânicos em relação aos alimentos da agricultura convencional. De acordo com o relatório final que analisou estudos na área pela variabilidade dos resultados dos estudos examinados não se pode concluir pela existência de diferenças marcáveis nos teores de nutrientes entre os alimentos de origem convencional e orgânica. Apenas no que se refere aos polifenóis, os estudos mostram um potencial interessante da agricultura orgânica a ser levado em conta (AGENCE FRANÇAISE DE SÈCURITÉ SANITAIRE DES ALIMENTS, 2003).

alimentares ocorridos na Europa nas duas últimas décadas (vaca louca, dioxina no frango, febre aftosa) e as discussões recentes sobre as sementes transgênicas levam ao questionamento do sistema agroalimentar dominante. Um número crescente de consumidores organizados começa a exigir mudanças que têm levado a uma expansão dos orgânicos (DO CARMO, 1998; WILKINSON, 2002).

Quando se fala em mercado, o papel do consumidor se torna muito importante. Ele é um ator social ativo nas discussões sobre AO. No caso do Brasil, as poucas pesquisas existentes sobre o perfil do consumidor orgânico²⁰ indicam a preocupação com a qualidade dos alimentos e a saúde como fator central para a busca desse tipo de produto. E segundo Ikerd (2000), o perfil dos consumidores orgânicos não está baseado somente nas preocupações com a sua saúde ou com as demandas decorrentes do modo de vida urbano. Muitos desses consumidores consideram o orgânico como uma “filosofia de vida”, diametralmente oposta àquela que embasou o Padrão Técnico Moderno. Eles buscam alimentos produzidos segundo os princípios de harmonia com a natureza, acreditam na diversidade como princípio fundamental e crêem no seu papel ativo de promover saúde social para os produtores, apoiando uma nova visão de sociedade. Essa passa a ser a condição social de existência da Agricultura Orgânica que, como em outros momentos da história, tem um suporte na realidade social vigente.

A partir das considerações já levantadas sobre a qualidade dos alimentos pode-se relacionar a Agricultura Orgânica com a promoção da saúde humana. Essa relação se estabelece primeiramente a partir da oferta de alimentos com baixa toxicidade e melhor valor nutricional, que apresentam ação preventiva em doenças carenciais e crônico-degenerativas. Sob o enfoque ampliado de saúde, é possível também relacionar a Agricultura Orgânica ao contexto ambiental de saúde que repercute diretamente em quem vive nesse ambiente e, também, ao contexto sócio-cultural da promoção de saúde e qualidade de vida.

²⁰ 1. IBOPE. Pesquisa realizada em todo o Brasil, com cerca de 2 mil entrevistados, entre 8 e 13 de maio de 1998; 2. ISER – Instituto de Estudos da Religião; 3. Pesquisa patrocinada pelo Sítio “A Boa Terra”, uma empresa agrícola que produz e comercializa hortaliças orgânicas no município de São Paulo. A pesquisa foi realizada entre novembro e dezembro de 1996, destinada a conhecer a aceitabilidade dos produtos orgânicos comercializados em São Paulo; os dados referentes a essa pesquisa e aqui utilizados foram apresentados por Paulo Tagliari da EPAGRI/SC em comunicação à Sessão Temática 4. Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar - V Simpósio Latino Americano de Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários (SCHMIDT, 2002) 5. Comercialização e consumo de produtos agroecológicos; pesquisa dos locais de venda, pesquisa do consumidor na Grande Florianópolis (KARAM; ZOLDAM, 2003).

A forma de produção de alimentos dentro do Padrão Técnico Moderno tem sido responsável pela contaminação de lençóis freáticos, rios e oceanos comprometendo a fertilidade do solo, destruindo a biodiversidade e fortificando a dependência de energia petroquímica e dos agroquímicos. Por outro lado, na Agricultura Orgânica percebe-se o ambiente como um agroecossistema e seu modelo conceitual está centrado na qualidade das águas e do solo (o solo como um organismo vivo), na saúde da planta (a planta doente gera suas pragas que são na verdade indicadores do desequilíbrio do solo e da planta), no controle biológico dessas pragas (através da manutenção da biodiversidade da flora e da fauna local), na diversificação das propriedades (priorizando diversificação das culturas), na produção animal integrada ao sistema (preconizando o bem-estar e a prevenção das doenças do animal), no rendimento ótimo em lugar do rendimento máximo e no controle do uso de fontes de energia não-renováveis no sistema produtivo (KATHOUNIAN, 2001). É importante ressaltar que de alguma forma o PTM também buscou um rendimento ótimo voltado, porém mais ao aspecto econômico.

A adoção de práticas orgânicas na produção de alimentos prevê conseqüências ambientais perceptíveis na qualidade dos alimentos, na fertilidade do solo, na qualidade de vida dos animais e seres humanos vivendo num ambiente isento de substâncias tóxicas, onde se mantenha a diversidade biológica da flora e da fauna, as águas mais limpas, o clima equilibrado e o ar menos poluído. O equilíbrio do ambiente fica, assim, irremediavelmente ligado ao conceito de saúde humana e a AO torna-se um instrumento essencial na promoção da saúde ambiental.

Como já mencionado no item 1.2, os conceitos de ecologia e meio ambiente saudável não se sustentam sem a introdução do ser humano neste ambiente. O caminho aponta uma sociedade orientada por uma “razão ecossocial”²¹ como solução para a crise na agricultura e como alternativa ao desenvolvimento rural baseado no Padrão Técnico Moderno. A redução da necessidade de mão-de-obra agrícola resultante da modernização da grande propriedade expulsou o trabalhador rural do campo. A visão produtivista do Padrão Técnico Moderno de agricultura contribuiu para desqualificar o saber agrícola tradicional desse trabalhador e torna-se importante discutir o desenvolvimento rural a partir da avaliação das repercussões sócio-culturais desse padrão produtivo. Essas repercussões direcionam para o conceito de saúde social, que interessa particularmente ao contexto deste trabalho por sua relação com a qualidade de vida.

²¹ Expressão utilizada por GORZ apud BRADENBURG, 1996, p. 120.

Discutir o potencial da Agricultura Orgânica em promover saúde social e resgate cultural exige uma reflexão sobre os vínculos entre ela e a agricultura familiar. O conceito de agricultura familiar utilizado neste trabalho remete a uma categoria genérica que a define como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1999, p.25).

A agricultura familiar será analisada como estratégia para um desenvolvimento social mais equilibrado e justo. Acredita-se que à luz da Agricultura Familiar Orgânica surge um terreno fértil para discutir as noções de saúde social, de resgate cultural e de desenvolvimento rural sustentável.

1.5. O agricultor familiar como o ator social da relação qualidade de vida e Agricultura Orgânica

O agricultor familiar foi o que mais sofreu com a política de modernização do Padrão Técnico Moderno e seu viés industrial. No Brasil, esse agricultor vem sendo historicamente desfavorecido pela timidez das políticas de apoio, consolidação e expansão da produção familiar no que diz respeito à reforma agrária, ao crédito, à pesquisa e à assistência técnica.

A população rural, formada majoritariamente por agricultores familiares, sentiu fortemente o impacto da precarização das suas condições sociais e econômicas, consequência da utilização dos recursos públicos para o fortalecimento da agricultura "dinâmica" (voltada à indústria agroalimentar internalizada) ou de exportação.

Cabe ressaltar que nos países que apresentam os melhores indicadores de desenvolvimento humano e qualidade de vida, todas as formas de agricultura familiar, e os subsídios a ela destinados, desempenharam papel estratégico ao garantir a democracia e uma transição socialmente equilibrada da economia rural para uma economia urbana industrializada, fator decisivo para o fortalecimento da agricultura (GUANZIROLI et al, 2001). Em nosso país, ao contrário, a ênfase dada às grandes propriedades agrícolas nas políticas de desenvolvimento não contribuiu para a manifestação das potencialidades da agricultura familiar, nem para sua possibilidade de se consolidar como um setor econômico produtivo da sociedade. A produção familiar foi reconhecida aqui por sua capacidade de resistência e de adaptação, muito mais do que pelo seu potencial dinamismo social, político e econômico (MULLER, 2001).

O reconhecimento de que cerca de 70% dos estabelecimentos agrícolas do país têm como base a agricultura familiar direcionou ações políticas para programas de fortalecimento da agricultura familiar. Um bom exemplo disso foi a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2000 e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996. Busca-se hoje um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável que defenda os direitos sociais do trabalhador rural num âmbito em que a agricultura familiar assuma uma posição estratégica. Muitos dos projetos apoiados pelo PRONAF vêm apostando na agricultura familiar como forma de produção sobre a qual se pode implementar o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida no meio rural (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1997 apud WANDERLEY, 1999).

Do Carmo aponta a agricultura familiar como "locus ideal da agricultura sustentável", posição que é defendida por organizações não governamentais de assessoria e apoio que trabalham com Agroecologia no Brasil. A noção de agricultura sustentável não acolhe necessariamente a proposta da AO, mas ela aproxima-se da sua dimensão enquanto estimuladora de um desenvolvimento rural sustentável (DO CARMO, 1998, p.215).

Uma parcela importante das unidades familiares, marcadas por sua lógica voltada para a reprodução da família, busca, como os agricultores orgânicos, o desenvolvimento de sistemas diversificados de produção agrícola, menor escala de produção, a economia no consumo de energia proveniente de derivados do petróleo e a preservação da flora e fauna nativas, além de privilegiar a diversidade biológica e a maior densidade de áreas verdes, contribuindo para tornar a paisagem mais humana. Assim como Gomez (1997), considera-se neste trabalho que a agricultura familiar acumula historicamente as condições de realizar a passagem para um modelo mais sustentável de agricultura e de viabilizar a noção de qualidade de vida no meio rural. Segundo esta lógica, a racionalidade econômica está subordinada aos interesses de realização do agricultor familiar nas suas variadas dimensões, incluindo a reprodução de um patrimônio sócio-cultural familiar.

A diversificação e a complexidade própria dos ecossistemas agrícolas ecologicamente equilibrados torna esses sistemas inviáveis economicamente quando operados com base na produção em larga escala, realizada pelo trabalho assalariado. A interação da pecuária com a agricultura, a rotação de culturas, o controle de pragas e doenças é mais facilmente manejável com base no trabalho familiar. A utilização da mão-de-obra familiar e o uso de insumos

produzidos internamente na propriedade viabilizam a permanência dos agricultores na atividade. Dentro dessa ótica, a agricultura familiar pode ser apresentada como uma alternativa para a viabilização econômica da Agricultura Orgânica, um dos aspectos mais objetivos da noção de qualidade de vida. (DO CARMO, 1998; GUANZIROLI et al, 2001).

Na pesquisa em que abordou a transição da agricultura convencional para a agroecológica em Santa Rosa de Lima, Muller (2003, p. 198) concluiu que “a agricultura de lógica familiar, por sua maior capacidade de cumprir com o papel da multifuncionalidade, tem demonstrado estar mais próxima ao ideário de uma agricultura sustentável”.

Em estudo recente sobre agroturismo nas Encostas da Serra Geral, Heuser (2003, p.101) identifica a Agricultura Orgânica, aliada ao agroturismo, como uma estratégia que oferece soluções originais para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares com o resgate das formas mais autênticas de relacionamento com o meio “sobretudo nas relações de trabalho, com a valorização não só daquilo que é obtido a partir desse esforço humano, mas também do próprio processo laboral”.

Na agricultura familiar o interesse econômico e os interesses pessoais e subjetivos podem realizar-se ao mesmo tempo. Pelo fato de a agricultura ser desenvolvida em campo aberto, num ambiente natural, ao utilizar-se de técnicas tradicionais de plantio e manejo de recursos naturais, como propõe a agricultura orgânica, o agricultor passa a ser movido por outras racionalidades, que não unicamente a instrumental ou a econômica (BRADENBURG, 2001).

A discussão sobre a Agricultura Orgânica se torna mais dinâmica quando inserida em abordagens que envolvem a agricultura familiar, a ecologia, as reformas de políticas para a agricultura e à comercialização de alimentos, a renovação das relações urbano-rurais, a reforma agrária e a importância dos alimentos chamados locais e regionais.

Schmidt (2001) ressalta que a melhor forma de evitar a formação simplificada de um *agriorganic-business* socialmente excludente é associar a produção orgânica com a agricultura familiar a partir da proposta de desenvolvimento sustentável. Propõe-se a criação de um modelo de desenvolvimento rural sustentável compatível com a racionalidade dos agricultores familiares, priorizando a utilização dos recursos naturais e a versatilidade do manejo dos recursos agrícolas disponíveis. Mussoi (1997) ressalta que a identidade da agricultura familiar não pode ser ameaçada pelo modelo de desenvolvimento hegemônico que a subordina à indústria e ao comércio.

O momento é importante para a consolidação do sistema familiar orgânico de produção dentro das novas necessidades ambientais, sociais e econômicas, sob a ótica da qualidade de vida. A Agricultura Familiar Orgânica merece ser fortalecida para que se configure como uma proposta que atinja a sociedade global de forma solidária e que embute nas classes dirigentes outras racionalidades éticas que se manifestem em estratégias sociais, econômicas e ambientais diferentes das atuais (DO CARMO, 1998).

As diretrizes de 1992 da Comissão Européia para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável se aproximam das propostas da AFO no que diz respeito às preocupações com o meio ambiente, bem-estar animal, gestão sustentável de recursos, qualidade e segurança alimentar, viabilidade econômica e justiça social (LAMPKIN, 2000 apud SCHMIDT, 2003).

Karam (2001) afirma que a AO, mais do que ecológica e tecnologicamente sustentável, representa, para a agricultura familiar, uma estratégia para a manutenção do modo de vida rural, da própria condição de social, uma vez que ela implica em valorização do conhecimento do agricultor, de tomadas de decisão da família, da troca/intercâmbio de trabalho, sementes e conhecimento com outros agricultores, o que significa, em última instância, uma atitude política diante das condições da vida social. A preservação desse modo de vida rural caminha com a visível e crescente discussão que foca a construção de uma nova ruralidade. Esse termo diz respeito ao meio social rural relevando as especificidades de sua construção social e de modos de vida específicos.

A visão ética da AO assumida a partir do enfoque da Agroecologia²² implica valorizar o agricultor familiar e questionar o mercado. Igualmente importante nessa discussão é a dimensão que considera o conhecimento agrícola tradicional, combinando-o com elementos da ciência agrícola. A Agricultura Orgânica, quando se propõe a respeitar e considerar os saberes agrícolas tradicionais e a racionalidade ecológica dos agricultores familiares, além de se ajustar à estratégias agrícolas mais apropriadas às complexidades do meio rural de origem, considera o

²² A Agroecologia parte do pensamento científico-agronômico, modificando-o com a prática e revelando, por um lado, o funcionamento ecológico dos processos biológicos da produção no enfoque ambiental e, por outro lado, os mecanismos de dependência sociopolítica que mantém os agricultores em uma posição de subordinação. Esses fundamentos, uma vez compreendidos, podem levar a propostas de agricultura sustentável (ALTIERI, 1998; GUZMAN et al, 2002). A Agroecologia preza por se diferenciar da AO, sendo essa considerada um sistema produtivo que trabalha com diferentes segmentos sociais e a primeira considerada como ciência, onde a agricultura familiar está no centro dos processos envolvidos dos sistemas produtivos.

resgate da cultura de origem desses agricultores e defende uma identidade cultural rural com base local. Essa visão se opõe à predominância da padronização e uniformização do mundo rural que acompanhou o fortalecimento do sistema agroalimentar do Padrão Técnico Moderno.

A Agricultura Familiar Orgânica possibilita que se questione a percepção do rural como locus do que é tradicional e atrasado, em detrimento do meio urbano valorizado positivamente como o locus do que é moderno e relacionado ao progresso. Essa perspectiva, que repercutiu também no mundo rural, implantou a idéia de que a única forma de progresso estaria vinculada à materialidade econômica, cujas conseqüências evidentes se traduziram na padronização das formas de produção, consumo e acumulação, de bem-estar e aspectos culturais que predominam no mundo urbano (KARAM, 2001).

O local do rural foi se tornando cada vez mais influenciado por realidades sociais bem distantes dele. Os meios de comunicação e o contato estreito entre o rural e o urbano influenciaram os habitantes do campo. Isso não significa que o rural não manteve o cerne de sua racionalidade e uma diversidade social e cultural própria que, segundo alguns autores, nunca foi completamente uniformizada e que tem base local. Segundo Abramovay (1996), os sistemas produtivos mais dinâmicos não emergiram de uma universalidade abstrata, mas de uma racionalidade endógena, de cooperação e troca de informações cuja base é o local.

Prevalece hoje, nas discussões da Agroecologia e da Agricultura Familiar Orgânica, a busca pela redinamização da racionalidade própria do mundo rural, contrapondo-se às discussões da uniformização urbano-rural. Contraditoriamente, o resgate do mundo rural, com suas particularidades, passou a ganhar força nas discussões a partir do modelo globalizado vigente. Como destaca Kayser (1994, p.5): “a era da uniformização imposta a título de igualdade, que produziu os seus frutos, já não existe hoje. A diversidade é uma riqueza a preservar ou a reencontrar. E não será esta diversidade o melhor trunfo da oferta cultural local?”

A ordem moderna foi baseada na ruptura das tradições, “no pensamento contrafactual voltado unicamente para o futuro” (GIDDENS, 1991, p.104). Uma nova ordem mundial exige que se considere o resgate das tradições como um meio de reconectar presente e futuro e reavaliar a necessidade de humanizar as tecnologias e considerar ações sociais e ambientais.

O resgate do conhecimento tradicional, dentro dessa perspectiva, ocupa um entre os muitos aspectos de reivindicações de conhecimento. O conhecimento tradicional pode ser equiparado ao que a ciência, como forma central de aquisição do conhecimento, privilegiou na

modernidade: “a perspectiva pós-moderna vê uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de conhecimento, na qual a ciência não tem lugar privilegiado” (LYOTARD, 1985, p.85).

O mundo rural é um espaço de expressão de culturas, latentes ou expressas, e seus traços distintos estão ligados à origem camponesa, ao contato com a natureza, à atividade manual, ao caráter artesanal e multidimensional da atividade profissional, à lógica familiar e também à opressão e ao desprezo que a classe camponesa tem sofrido ao longo dos séculos. Podemos dizer que diferenças entre o mundo urbano e rural são, sobretudo, diferenças culturais. Considerá-las pode ajudar na promoção do desenvolvimento econômico e social e, também, na promoção da qualidade de vida no campo. “Qualquer que seja a forma como se apresenta, a cultura, ao contribuir para a valorização das potencialidades coletivas e individuais e favorecer a plena realização das personalidades, é o melhor e o mais eficaz dos vetores do desenvolvimento” (KAYSER, 1996, p.5).

O agricultor familiar, antes relegado ao papel secundário no processo produtivo, reassume hoje as condições para resgatar uma nova forma de produção de alimentos de qualidade, que inserida num contexto de organização social mais justo e solidário, promova a saúde humana, a cultura local, o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida.

1.6. A qualidade de vida e o meio rural na perspectiva da Agricultura Familiar Orgânica

Antes de finalizar esse capítulo focando a articulação explícita dos eixos centrais desse trabalho, é importante ainda avaliar as implicações da qualidade de vida no meio rural na perspectiva do desenvolvimento rural.

Nos estudos de Agricultura Familiar Orgânica começa a se definir melhor a relação entre espaço rural e qualidade de vida. Entretanto as pesquisas sobre qualidade de vida se debruçam principalmente sobre o meio urbano²³. Percebem-se nesses estudos, críticas consistentes sobre a qualidade de vida nos centros urbanos, mas não se referenda o meio rural como alternativa ou possibilidade de contraposição. Ressalte-se também que as discussões sobre o desenvolvimento rural são marcadas pela visão moderna, que atribuía prioritariamente qualidade de vida do

²³ Em estudos sobre qualidade de vida nos centros urbano-industriais, Fleck et al (1999), Barbosa (1996) e Souza (1984) apontam a necessidade de se ampliar os parâmetros que interferem na qualidade de vida no meio urbano.

"homem do campo" ao seu acesso à tecnologia, ao progresso econômico e à segurança financeira, deixando de considerar as dinâmicas culturais. Para discutir qualidade de vida do agricultor familiar orgânico consideram-se, primeiramente, as relações específicas presentes no mundo rural, dentro do contexto cultural de cada comunidade. Essas relações têm base em algumas características fundamentais: a primeira é uma relação dos agricultores com a natureza. A natureza que permeia a discussão sobre a agricultura familiar orgânica não é, contudo, somente a natureza virgem, totalmente preservada, nem a natureza como simples suporte à agricultura²⁴. Trata-se de uma “natureza pluridimensional” que inclui a terra, as águas, o ar e a vida (MATHIEU, 1990 apud WANDERLEY, 2000, p.100). Ou seja, é uma noção muito próxima do conceito de agroecossistema. A preservação dos agroecossistemas, uma necessidade vista como emergencial, passou a ser conflitada com o modelo dominante de produção de alimentos e possibilitou a convergência de olhares em direção ao mundo rural. Esses olhares perceberam, então, as peculiaridades desse mundo, que passam a ser enaltecidas como qualidades positivas de uma vida melhor. A segunda é a atividade manual, combinada com o caráter artesanal e multidimensional da agricultura. A terceira característica diz respeito ao caráter especial das relações sociais do homem do campo, como a participação na vida comunitária e a solidariedade. Essa característica também é resultante de uma “cultura camponesa” que traz, de forma muito marcada, a especificidade de uma identificação local e regional. Segundo Kayser:

embora todas as sub-culturas estejam sempre impregnadas pela história e pelas tradições das localidades por onde se estendem, aquela a que se chama “camponesa” deixou por toda a parte uma forte marca. Essa cultura singular ainda resiste, mas é claramente penetrada pela cultura dominante (KAYSER, 1994, p.3).

Mesmo que se considere essa penetração pela cultura urbana dominante, o foco de interesse desse trabalho está, justamente, nas peculiaridades do mundo rural que caracterizam a qualidade de vida nesse meio. As especificidades acima mencionadas, a proximidade da natureza,

²⁴ O conceito do que é a natureza foi historicamente modificado. A separação cosmológica dos seres humanos da natureza culminou com a sua conotação moderna: um ambiente natural intocado, separado do que é humano. A partir do advento da Revolução Industrial a natureza passou a ser considerada formalmente como objeto de consumo e, por isso, denominada como recurso natural e submetida aos fins produtivos antropocentristas para promover desenvolvimento humano (GRÜN, 2000).

o caráter artesanal da agricultura e o caráter das relações humanas, embasam uma discussão fértil sobre qualidade de vida do agricultor familiar orgânico. A visão prevalecente do meio rural como um lugar atrasado, pobre e isolado geografica e culturalmente pode ser transformada a partir da valorização das características específicas desse meio. Sob a ótica da noção de qualidade de vida, o rural ganha outra dimensão. Ele passa a ser visto como um lugar preservado, de valores profundos, autêntico e rico em tradições. Nessa perspectiva, como destaca Bruno Jean, a previsão do "fim do rural" vem sendo substituída pela idéia de “revitalização do rural” (JEAN, 1997 apud WANDERLEY, 2000, p.129).

Espera-se que a tendência do campo, como categoria genérica, seja a de transformar-se em um lugar de vida e de promoção de valores sociais além de um espaço de produção agrícola ou um campo econômico (MENDRAS, 1988 apud CARNEIRO, 1997). No mesmo sentido, Martins (2001) ressalta que

o rural pode subsistir culturalmente por longo tempo fora da economia agrícola. Pode subsistir como visão de mundo, como nostalgia criativa e autodefensiva, como moralidade em ambientes moralmente degradados das grandes cidades, como criatividade e estratégia de vida (...) (MARTINS, 2001, p.32).

Recorde-se que o debate sobre o rural nos anos 80 foi profundamente marcado pela noção de ruralidade e pela problemática do meio ambiente. A “reintrodução da natureza no mundo rural” parece, de fato, importante para se repensar a ruralidade hoje (MATHIEU, 1988 apud WANDERLEY, 2000, p.100). Reintroduzir a natureza no mundo rural pode parecer redundante, pois, como já mencionado, a natureza é a base da atividade agrícola. Porém, mais uma vez, remete-se ao conceito de uma natureza pluridimensional que considere a vida.

A Agricultura Familiar Orgânica, analisada dentro da dimensão de preservação ambiental e cultural, torna-se uma estratégia para a reintrodução da natureza no meio rural e na atividade agrícola. Isso porque o sistema orgânico, ao retomar métodos de produção que respeitem os princípios naturais dos ecossistemas envolvidos e ao considerar a cultura local rural, está, de alguma forma, reaproximando os homens que vivem nesse ambiente da noção de natureza como parte da essência humana.

A relação entre a Agricultura Familiar Orgânica e a natureza pluridimensional pode ser explicitada na noção de Albrecht (1975) que aponta a agricultura como atividade biológica. Como precursor da AO ele enfatizou o componente biológico da Agricultura Orgânica e a definiu

como uma atividade biológica e não industrial. Sendo a biologia uma ciência da vida²⁵, esse conceito é essencial para se repensar a relação da Agricultura Familiar Orgânica com a natureza e a promoção de vida. E, mais do que isso, de vida com qualidade.

A cidade e o modo de vida urbano efetivaram o distanciamento do ser humano da natureza. A cidade, como o *habitat* da era moderna, aparece atualmente como palco de movimentos questionadores. A reação à profunda crise da organização, do empobrecimento e da congestão urbana tem gerado questionamentos sobre a qualidade de vida do cidadão, que passou a olhar para o meio rural como “um espaço de espaço de lazer, onde o ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são percebidos como agentes purificadores do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial urbana” (CARNEIRO, 1997, p. 55). Atribui-se a busca dos cidadãos pela natureza a essa qualidade própria do espaço rural.

Para Carneiro (1997), aumenta a procura de formas de lazer e modos alternativos de vida no meio rural por pessoas da cidade, busca que encontra sua legitimidade na expansão do pensamento ecológico dos anos 1990. O neoruralismo²⁶, o êxodo urbano dos fins de semanas, a valorização dos produtos artesanais (coloniais), o turismo rural, a procura por cidades menores com mais qualidade de vida, a valorização da cultura *country*²⁷, dos leilões, rodeios e das festas típicas do âmbito rural podem ser consideradas manifestações externas de uma tendência mundial de valorização e volta ao campo²⁸.

²⁵ Vida (do latim *vita*): 1. Atividade interna substancial por meio da qual atua o ser onde ela existe; estado de atividade imanente dos seres organizados 2. Maneira de viver no tocante ‘a fortuna ou desgraça de uma pessoa ou ‘as comodidades ou incomodidades com que vive. 3. Ocupação, emprego, profissão. 4. Alimentação, subsistência, sustento, passadio. 5. Condições para viver e durar; vitalidade. 6. Princípio de existência de força; condições de bem-estar, vigor, energia, progresso. 7. Expressão viva e animada, animação, entusiasmo. 8. Sustentáculo, apoio principal, fundamento, essência. 9. O que constitui a principal ocupação, o máximo prazer, a maior afeição de alguém. 10. União da alma com o corpo (MICHAELIS, 1998).

²⁶ Movimento de contracultura que surgiu na França, nos anos 60. Guiliani (1990 apud KARAM, 2001, p.60) define o agricultor neorural aquele que "por uma livre escolha, bem precisa e particular, decide não mais morar na cidade e não mais trabalhar em profissões urbanas, resolvendo se mudar para o campo e trabalhar na agricultura ou na criação de animais".

²⁷ A cultura *country* é percebida de maneira diferente por De Paula: como afirmadora da integração do mundo rural com o urbano, como expressão da modernização do rural (DE PAULA, 1994, apud CARNEIRO, 1997).

²⁸ No Reino Unido, o censo de 1991 revelou que a população das regiões rurais mais remotas aumentou em mais de 10% em dez anos. Na Itália, durante os anos 80, as comunidades de montanhas

Kayser (1994) vai mais longe e menciona uma irrefutável volta ao meio rural na busca do cidadão por mais qualidade. Citando o autor Ronald Blythe, no seu livro dedicado a Akenfiel, uma aldeia na Grã-Bretanha:

o cidadão (...) sempre considerou a vida urbana como uma necessidade temporária. Mais dia menos dia, encontrará uma *cottage* na verdura e os verdadeiros valores. Akenfield é bem o tipo de aldeia na qual um inglês sempre sentiu simultaneamente o direito e o dever de vir a habitá-la um dia... E a primeira necessidade do recém-chegado à aldeia é a de procurar e sentir a pulsação, identificá-la naquilo que ela é e adaptar-se a esse molde (BLYTHE apud KAYSER, 1994, p.3).

O que esse cidadão espera encontrar na sua volta à aldeia não é uma área rural abandonada ou formada por não-agricultores ou não-camponeses, sem valores e tradições preservadas. Da mesma forma ele não quer conviver com monoculturas de alta produtividade, com práticas agrícolas poluidoras e predatórias que resultem em campos desérticos e em águas poluídas. O renascimento do rural e seu reconhecimento como um espaço de vida passa, assim, por um ambiente preservado cultural e ecologicamente. Preservado primeiramente para quem nele vive. Ou seja, para que seus habitantes possam sentir sua pulsação num patrimônio ambiental em que a agricultura seja praticada com base na natureza preservada. As práticas agrícolas estarão, desta forma, inseridas na cultura local revitalizada; uma verdadeira agri-cultura.

Dentro dessa perspectiva, o meio rural tende a se configurar como um espaço de promoção de qualidade de vida para a sociedade rural e urbana. Porém, o rural só pode ganhar tal dimensão se o sistema produtivo adotado tiver a mesma percepção dessa noção. Um sistema produtivo que promova qualidade de vida deve ter como prioridade a preocupação de preservar o meio ambiente, de dignificar socialmente o agricultor, de valorizar a cultura local e o saber tradicional e de produzir alimentos saudáveis. Todos esses aspectos se inter-relacionam na discussão sobre qualidade de vida. É aqui que a Agricultura Familiar Orgânica se insere, compreendida como alternativa produtiva, como movimento social e como estratégia de

aumentaram sua população em 3% recuperando as perdas da década precedente (KAYSER, 1994). Mendras fala de uma “nova vitalidade social” e do renascimento do mundo rural francês (MENDRAS, 1984 apud WANDERLEY, 2000, p 98). Acredita-se que é preciso avaliar mais atentamente esse processo no Brasil.

desenvolvimento rural²⁹, e que pode ser também percebida como uma das estratégias de revitalização do rural, onde se vive com melhor qualidade. Talvez idílica³⁰, mas tão real quanto a necessidade de se reorientar a noção de produtividade no meio rural. -

Cabe ainda destacar que a institucionalização do conceito de “sistema de produção orgânico” apresentado na legislação brasileira é bastante amplo e considera repercussões sociais e culturais da Agricultura Orgânica (BRASIL, 1999; BRASIL, 2003). Entretanto na legislação não são realçados os aspectos da dinâmica cultural como uma potente alavanca de desenvolvimento econômico e social. Também não considera o potencial do sistema orgânico de transformar o espaço rural num espaço de promoção de vida e de incrementar a qualidade de vida dos agricultores familiares e dos cidadãos urbanos.

Concluindo, o que esse capítulo buscou sinalizar é a existência de uma articulação fértil entre a qualidade de vida e a AFO e também a relevância de se pensar a qualidade de vida como eixo central nas discussões de desenvolvimento rural e Agricultura Familiar Orgânica.

Destacou-se que o conceito ampliado de saúde remete à noção de qualidade de vida, pois trabalha com indicadores sócio-econômicos mensuráveis e com dimensões ambientais, sociais e culturais subjetivas, também presentes nas discussões sobre qualidade de vida. O estudo da qualidade de vida no meio rural direciona para uma ampla análise das repercussões sociais, ambientais e culturais do padrão produtivo desse meio, que tem influência direta sobre a qualidade de vida rural e urbana. Ou seja, para elucidar aspectos de qualidade de vida, a análise do sistema produtivo torna-se o ponto crucial. O sistema produtivo que predomina hoje no meio rural é baseado na grande propriedade tradicional, no produtivismo, na exaustão dos recursos naturais, na exclusão social do agricultor e na desqualificação de sua cultura de origem. Dentro do PTM a noção de qualidade de vida é concebida de forma muito diferente. A noção aqui proposta só pode ser considerada a partir de uma proposta que questione as repercussões negativas desse padrão.

A Agricultura Orgânica, ao se apresentar como um sistema produtivo que se opõe ao PTM, busca a auto-sustentação da propriedade agrícola, a oferta de alimentos saudáveis e a

²⁹ Ver trabalhos de ALTIERI (1988); DA SILVA (1977); DE JESUS; DE ASSIS (2002); KARAM (2001).

³⁰ A visão idílica de uma vida rural associada com uma sociedade inocente, simples e genuína onde os valores tradicionais são mais reais e as relações familiares e de amizade são mais autênticas é questionada por autores como Little, Austin, MacLaughlin, Cloke e Milbourne (apud ILBERY, 1998).

preservação da saúde ambiental e humana. Assim sendo, torna-se capaz de mobilizar relações com a noção de qualidade de vida no meio rural e urbano. Enfatiza-se ainda a racionalidade da agricultura familiar como propícia para o desenvolvimento da Agricultura Orgânica por priorizar a maximização dos benefícios sociais para o agricultor, o respeito à sua integridade cultural e por considerar a noção de rural como espaço de vida e realização. Sob essa ótica, a AO vinculada à agricultura familiar, torna-se, no meio rural, uma estratégia de promoção de valores sociais e de qualidade de vida.

Para ilustrar essas relações e enriquecer a reflexão sobre a Agricultura Familiar Orgânica como uma opção produtiva sustentável capaz de promover mudanças na qualidade de vida no meio rural, procedeu-se um estudo de caráter exploratório que será apresentado a seguir.

CAPÍTULO 2

ARTICULAÇÃO ENTRE QUALIDADE DE VIDA E AGRICULTURA FAMILIAR ORGÂNICA A PARTIR DE UMA PESQUISA EXPLORATÓRIA

Como destacado desde o início, este estudo procurou fazer a aproximação e a reflexão dos conceitos de qualidades de vida e Agricultura Familiar Orgânica. A pesquisa exploratória apresentada a seguir foi realizada com o fim de apoiar as possibilidades desta articulação.

Inicialmente este capítulo explora a metodologia e o instrumento desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde (OMS)³¹ para avaliar qualidade de vida que embasou o estudo ilustrativo. A seguir são apresentados os critérios de escolha dos agricultores, os procedimentos e o instrumento da pesquisa. Uma vez que se considera o enfoque sócio-ambiental e cultural determinante para a qualidade de vida de uma população, faz-se necessário conhecer dados da região pesquisada, bem como o histórico do processo de transição agrícola da região³² e da AGRECO, associação da qual os entrevistados fazem parte e que tem estimulado a Agricultura Familiar Orgânica. Na seqüência, são mostrados os primeiros dados do estudo de campo relacionados à caracterização dos agricultores escolhidos, descrevendo seu perfil e o da unidade familiar, as condições de moradia e de renda, o acesso a bens e serviços e a caracterização das unidades de produção. São dados materiais que sinalizam aspectos objetivos de qualidade de vida. Constatada a preponderância da etnia alemã entre os entrevistados, buscou-se conhecer estudos sobre a colonização alemã no sul do Brasil com o objetivo de relacionar a influência da cultura e da racionalidade dos colonos alemães sobre o modo de viver dos agricultores familiares pesquisados. Por fim, apresentam-se as impressões recolhidas pela pesquisa exploratória sobre a

³¹ O WHOQOL-100 é um instrumento de referência mundial da OMS para avaliação de qualidade de vida, desenvolvido dentro um projeto colaborativo multicêntrico, testado em vários países do mundo inclusive no Brasil. Neste trabalho não se utilizou o instrumento metodológico como referência única, mas ele serviu para traçar as linhas diretrizes da pesquisa exploratória de campo (WHOQOL GROUP, 1994)

³² MÜLLER (2001) disserta sobre o processo de transição agrícola de Santa Rosa de Lima com bastante profundidade.

relação entre qualidade de vida e agricultores familiares orgânicos com dados de natureza objetiva e subjetiva.

2.1. Metodologia da pesquisa exploratória

Esta é uma pesquisa do tipo qualitativo uma vez que busca justamente os elementos da subjetividade da vida social, entendidos como fenômenos e processos significativos, os quais dificilmente são captáveis em procedimentos de pesquisa quantitativa.

Pretende-se entrar no mundo das ações, dos significados, aspirações, crenças, valores, atitudes e relações dos agricultores familiares orgânicos, e daí poder extrair os elementos referentes que levem à contextualização da qualidade de vida de tais agricultores, permitindo a identificação das relações existentes entre os elementos que compõem essa situação.

A pesquisa realizada é do tipo descritiva exploratória. Nela, a amostra não é necessariamente representativa da realidade, porém esse tipo de investigação não exige a revisão da literatura, as entrevistas e o emprego de questionários semi-estruturados (CERVO; BERVIAN, 1996; TRIVINOS, 1987; RICARDSON et al, 1999).

Pelo caráter da pesquisa exploratória não se pretende que os resultados expressem situações generalizáveis. Acredita-se, porém, que este procedimento vai permitir uma melhor compreensão do tema estudado, ao mesmo tempo em que permite levantar pistas de reflexão para a análise de situações e problemas relacionados. Trabalhou-se, por isso, além das categorias³³ específicas que emergiram no decorrer do trabalho de campo, com a categoria geral de representação de saúde e qualidade de vida baseada nos conceitos de saúde³⁴ da Organização Mundial de Saúde e no instrumento WHOQOL-100. Apesar de se considerar importante a noção multicultural de qualidade de vida utilizou-se aqui o instrumento da OMS como norteador da

³³ A palavra categoria se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns entre si; a categoria geral estabelecida antes da coleta é mais abstrata e requer uma fundamentação teórica sólida enquanto as categorias formuladas a partir da coleta de dados são mais específicas e concretas (GOMES, 2003).

³⁴ A OMS definiu em 1946 o conceito de saúde como um “completo estado de bem-estar físico, mental e social e não a simples ausência de doença ou enfermidade” e qualidade de vida como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL GROUP, 1994).

pesquisa, o que não deixa de ser uma transferência de parâmetros pré-estabelecidos, como na noção transcultural de qualidade de vida.

O WHOQOL-100 foi escolhido por constituir um instrumento de referência mundial para avaliação de qualidade de vida, desenvolvido em um projeto colaborativo multicêntrico testado no Brasil, bem como em vários países do mundo. Variáveis culturais regionais, diferenças socioculturais e peculiaridades de situações específicas merecem ser estudadas no citado instrumento para que o mesmo possa ter a abrangência a que ele se propõe (FLECK et al, 1999). O WHOQOL-100 serviu, neste trabalho, para traçar as linhas diretrizes da pesquisa de campo e não foi utilizado da mesma forma que o instrumento original proposto, ou seja, um questionário estruturado, com perguntas e respostas pré-definidas pela equipe executora do estudo. O estudo em questão foi desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo como local de pesquisa a cidade de Porto Alegre.

A partir do questionário elaborado pela OMS, fez-se uma adaptação para os objetivos deste estudo. O WHOQOL-100 considera seis domínios e facetas de qualidade de vida, apresentados no quadro a seguir:

QUADRO 1. Domínios e facetas propostos à investigação de qualidade de vida pelo instrumento metodológico WHOQOL-100

DOMÍNIOS	FACETAS
I – Físico	1. Dor e desconforto; 2. Energia e fadiga; 3. Sono e repouso
II –Psicológico	4. Sentimentos positivos; 5. Pensar, aprender, memória e concentração; 6. Auto-estima; 7. Imagem corporal e aparência; 8. Sentimentos negativos
III - Nível de independência	9. Mobilidade; 10. Atividades da vida cotidiana; 11. Dependência de medicação ou de tratamentos; 12. Capacidade de trabalho
IV - Relações sociais	13. Relações pessoais; 14. Apoio social; 15. Atividade sexual
V – Ambiente	16. Segurança física e proteção; 17. Ambiente no lar; 18. Recursos financeiros; 19. Cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade; 20. Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades; 21. Participação em e oportunidades de recreação e lazer; 22. Transporte; 23. Ambiente físico: poluição, ruído, trânsito, clima;
VI - Aspectos espirituais	24. Espiritualidade / religião /crenças pessoais

Fonte: FLECK et al, 1999.

É importante avaliar que a maioria dos domínios apresentados refere-se a conceitos relacionados à percepções individuais. Neste trabalho, esses domínios foram apenas utilizados para balizar as perguntas da entrevista semi-estruturada e dar uma diretriz à pesquisa. Por exemplo, para avaliar a percepção subjetiva da saúde, o estudo da OMS pergunta “como está a

sua saúde?”. As respostas estruturadas obtidas (muito boa; boa; nem ruim, nem boa; fraca; muito ruim) foram utilizadas para facilitar um estudo multicêntrico. No presente estudo, para contemplar o caráter eminentemente qualitativo, essa categoria foi explorada perguntando-se “O que é estar saudável para você?”.

O questionário da OMS serviu como base para se construir o instrumento de coleta de dados, ou seja, uma entrevista semi-estruturada, com um roteiro contendo perguntas chaves, norteadoras do processo investigativo. A partir das perguntas chaves enunciadas no processo de pesquisa, o entrevistado discursou sobre o assunto, procurando sempre manter o foco da entrevista na idéia motivadora apresentada pela pesquisadora.

São pesquisados neste estudo seis agricultores e suas famílias, pertencentes à categoria social da agricultura familiar e praticantes do sistema de produção da Agricultura Orgânica. Residem no município de Santa Rosa de Lima, na região sudoeste do Estado de Santa Catarina, distante 120 quilômetros da capital Florianópolis, dos quais cerca de 60 quilômetros não são pavimentados. No município está localizada a sede da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral – AGRECO (ANEXO A).

A escolha dos entrevistados foi baseada no critério principal de que os mesmos deveriam estar integralmente envolvidos com a AGRECO e associados há pelo menos dois anos, participando dos processos decisórios e praticando o sistema de produção orgânico. É importante ressaltar que se tem ciência sobre os limites que este recorte apresenta e destacar que não se pretendeu, a partir dessa pequena amostra, tirar conclusões generalizáveis sobre a qualidade de vida dos agricultores familiares da AGRECO, pelo contrário, o que se quis foi ilustrar a relação entre qualidade de vida e AFO, a partir de uma situação exploratória com agricultores que não tivessem estranhamento à idéia-chave, a qualidade de vida.

A partir da escolha desses critérios, definiu-se que a primeira identificação dos futuros entrevistados resultaria da indicação de um informante qualificado - representante e/ou diretor da AGRECO. Foram identificados inicialmente quinze associados condicionados a duas situações: os que estavam há mais tempo na AGRECO e os que combinavam o critério do tempo de filiação com o envolvimento nos processos decisórios.

Como o objetivo central da pesquisa de campo era o de perceber as mudanças que ocorreram na qualidade de vida e na saúde dos agricultores, optou-se pela seleção dos seis envolvidos há mais tempo na associação e na produção orgânica. Considerou-se que investigá-

los poderia trazer "mais luz" para se perceber a relação entre a Agricultura Familiar Orgânica e qualidade de vida.

O primeiro contato com estes agricultores ocorreu em Santa Rosa de Lima, em julho de 2002, por ocasião de um encontro de merendeiras e diretoras das escolas municipais da grande Florianópolis, organizado pela Associação. Lideranças da AGRECO apresentaram a proposta da merenda escolar orgânica e esta pesquisadora proferiu uma palestra sobre saúde e alimentos orgânicos. Os agricultores da AGRECO organizaram, na oportunidade, um almoço para o grupo, que passou o dia visitando propriedades e agroindústrias locais.

A visita causou uma impressão muito positiva da experiência desta associação e esse foi o primeiro local pensado para desenvolver o estudo de campo, a partir do questionamento de como viviam esses agricultores.

A primeira comunicação formal com os agricultores pesquisados foi feita seis meses depois, por meio de uma carta (ANEXO B), enviada em janeiro de 2003. Segundo Cruz Neto (1994), a busca das informações desejadas deve estar inserida num jogo de cooperação, em que o diálogo e o esclarecimento substituam a obrigatoriedade e a coerção de participação. Assim, buscou-se nesta carta, explicitar as razões do estudo e as condições da pesquisa. A partir da carta, os agricultores assinaram um documento (ANEXO D) consentindo em participar da pesquisa. Definiu-se o mês de fevereiro de 2003 como adequado para a fase de campo, contemplando as condições dos entrevistados e da pesquisadora.

Adotou-se a observação participante como um dos procedimentos metodológicos da pesquisa. Por esta razão decidiu-se estar com as famílias cerca de seis a doze horas diárias, e, em algumas situações, pernoitar na casa de agricultores entrevistados, participando das diversas refeições com a família, convivendo com todos os membros presentes e dispostos para tal, além de se buscar interagir com a vizinhança.

Das entrevistas, todas do tipo dirigido, quatro foram realizadas com agricultores e duas, com agricultoras. Entre os casados, dois homens e duas mulheres foram ouvidos. Os dois solteiros eram do sexo masculino. Todas as entrevistas foram realizadas nas unidades de produção, com exceção de um agricultor, entrevistado após uma reunião do conselho deliberativo da AGRECO. Sua propriedade, entretanto já havia sido visitada pela pesquisadora por ocasião da primeira ida ao município, em julho de 2002.

Ainda como parte dos procedimentos da pesquisa, foram feitos contatos com outros associados da AGRECO e houve a participação em uma reunião do Conselho Deliberativo da associação realizada durante a fase de campo.

Também foram feitas entrevistas com o presidente (ANEXO C) e com outras lideranças da AGRECO. Através dessas entrevistas buscou-se obter dados relacionados ao número e perfil dos associados, conhecer as diretrizes dos projetos da associação, perceber a dinâmica da organização e conhecer a expectativa das suas lideranças para cotejá-las com a dos agricultores entrevistados. O médico do posto de saúde local foi contatado buscando-se levantar informações relativas às condições de saúde geral da população. Essas condições foram compiladas de dados utilizados no Sistema de Informação Hospitalar (SIH, 2002).

Cabe destacar ainda que, ao proceder a busca de literatura sobre a colonização alemã no Estado de Santa Catarina e no sul do Brasil, se conheceu um pouco da cultura dos antepassados dos agricultores entrevistados e a sua influência no atual modo de viver das suas famílias.

Para realizar a coleta de dados através das entrevistas, optou-se por um formulário organizado em duas partes como instrumento de pesquisa (ANEXO E). A primeira, composta por um conjunto de questões que possibilitassem fazer a caracterização do perfil sócio-econômico do entrevistado e da unidade familiar e a segunda, por um roteiro com quatro perguntas a serem respondidas livremente pelo entrevistado, visando apreender sua percepção sobre saúde e qualidade de vida.

Partindo do princípio de que cada ser humano tem sua representação sobre saúde e qualidade de vida, essas questões buscavam captar a percepção do entrevistado sobre o tema, evitando-se, ao máximo, influências por parte do pesquisador. As questões do roteiro da entrevista foram:

1. O que significa estar saudável para o(a) senhor(a) ?
2. Quais aspectos da sua saúde / qualidade de vida mudaram desde que o(a) senhor(a) começou a praticar agricultura orgânica junto a AGRECO?
3. Em que aspecto(s) sua saúde / qualidade de vida poderia(m) ser melhor(es)?
4. Se pudesse escolher onde viver, qual seria sua opção e por que?

A entrevista foi individual e confidencial³⁵. Julga-se que esta condição propiciou a manifestação de relatos íntimos que por vezes chegaram a soar como confidência³⁶. O registro dos dados foi feito por escrito no roteiro da entrevista e as respostas das perguntas livres foram gravadas e transcritas posteriormente. Utilizou-se, da mesma forma, um diário de campo para as anotações após cada uma das entrevistas.

2.2. A região pesquisada

A Associação de Agricultores Ecológicos da Encosta da Serra Geral tem sua sede no município de Santa Rosa de Lima, no sudeste do Estado de Santa Catarina, junto às encostas da Serra Geral e ao Vale do Rio Braço do Norte. A região das encostas da Serra Geral é um corredor ecológico entre o Parque Nacional de São Joaquim e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e nela estão as nascentes de rios que abastecem de água potável importantes aglomerados urbanos do litoral catarinense (SCHMIDT, 2004).

Santa Rosa de Lima integra, juntamente com outros dezesseis municípios, a microrregião de Tubarão. Apresenta baixa densidade demográfica (10,24 habitantes por km²)³⁷ e, de acordo com Schmidt (2000), a população de Santa Rosa de Lima se configura basicamente por descendentes de colonos alemães que chegaram ao local em 1905. Hoje, dentre seus dois mil habitantes, a maioria (79%) vive na área rural. A agricultura (fumo de estufa, cana-de-açúcar, arroz, milho, batata inglesa e outros produtos de subsistência), juntamente da pecuária leiteira, são as atividades econômicas mais rentáveis da região. O fumo vem sendo progressivamente substituído pela horticultura orgânica desde 1996 (MULLER, 2001). De acordo com o censo agropecuário de 1995-1996, a maioria dos estabelecimentos rurais da região de Santa Rosa de Lima é conduzida por seus proprietários e suas famílias, caracterizando uma agricultura do tipo

³⁵ Seguiram-se as normas éticas da resolução n° 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, sobre pesquisa envolvendo seres humanos (ANEXO D). Algumas normas dizem respeito à garantia de sigilo que assegure a privacidade de dados confidenciais, obtenção de consentimento livre e esclarecido dos sujeitos do estudo e orientação aos sujeitos sobre a pesquisa. (Resoluções do Conselho Nacional de Saúde. n.196, 251, 7 set 1997. Normas disponíveis em: www.cepsh.ufsc.br)

³⁶ Nas perguntas individuais pôde-se encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual dos informantes e obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos (CRUZ NETO, 1994).

³⁷ A densidade demográfica média nos municípios do Estado de Santa Catarina é de 51 habitantes por km².

familiar, com a prevalência de propriedades de até 50 hectares (69,31%). Dentre elas, 31% perfazem áreas de minifúndios de até 20 hectares (MOREIRA, 2000 apud MULLER, 2001).

O clima da região é definido como mesotérmico úmido, com temperaturas médias anuais entre 14 e 20°, verões quentes e sem estação seca no decorrer do ano. O clima ameno, os rios e cachoeiras abundantes³⁸ - a precipitação total anual varia entre 1.400 a 1.600 milímetros - os remanescentes originais da Mata Atlântica nas encostas da Serra e a presença de águas termais minerais tornam esse ambiente rural bastante especial, o que contribui muito para a qualidade estética desse ambiente (ESTADO DE SANTA CATARINA, 1991).

A derrubada da mata nativa foi freqüente desde a colonização da região, porém seu objetivo e intensidade também sofreram mudanças ao longo do tempo. No começo da colonização a retirada da mata era a condição necessária para a sobrevivência das famílias. Aos poucos esta prática passou a se constituir em uma atividade comercial, frente à abundância das florestas (MULLER, 2001). Dentro da proposta da Agricultura Orgânica, da promoção do agroturismo na região e das novas leis ambientais em vigor, a preservação das florestas e da natureza entrou para a pauta de discussões dos moradores.

O município está fora de eixos viários importantes, suas estradas são precárias e tem uma estrutura de comunicação deficitária. A qualidade da energia elétrica é baixa, bem como os serviços de telefonia e lazer (SCHMIDT; SCHMIDT; TURNES, 2003). Apesar da dificuldade de infra-estrutura do município, pesquisa recente de Jacques (2003) aponta os bons resultados das gestões que a organização dos agricultores de Santa Rosa de Lima vem fazendo junto ao poder público. Por exemplo, no que diz respeito ao aumento do número de telefones celulares fixos instalados: de 15, em 1998, para 58, em 2002. Aumentou, também, o número de estradas de acesso às agroindústrias e ocorreu uma evolução positiva da frota municipal de manutenção das estradas no ano de 2001 para 2002. O transporte coletivo que liga o município a Florianópolis não teve, todavia, sua freqüência melhorada nos últimos anos.

A qualidade do ensino público do município, considerada precária devido à falta de capacitação e atualização e baixos salários dos professores, foi afetada pela implantação dos projetos de "nucleação" das escolas e de transporte escolar. Desde 1999 ocorreu uma queda de matrícula nas escolas isoladas da região e observou-se uma tendência crescente de transferências

³⁸ O município pertence à bacia do Rio Braço do Norte, tendo como seus principais afluentes o Rio do Meio, dos Bugres, Santo Antônio e dos Índios (PIDSE, 1990 apud MULLER, 2001).

de matrículas das escolas da rede pública estadual para a municipal³⁹. Isso aconteceu sem o concomitante repasse de verbas que viabilize um ensino de qualidade nas escolas do município de Santa Rosa de Lima (SCHMIDT; SCHMIDT; TURNES, 2003; JACQUES, 2003).

A partir da descentralização dos recursos destinados à saúde e implantação do Sistema Unificado de Saúde (SUS) em 1990, transferiu-se para o município a responsabilidade do planejamento, execução e controle das ações e serviços básicos de saúde. O modelo da saúde existente no município “tem caráter curativo e não preventivo ou de educação sanitária” (SCHMIDT; SCHMIDT; TURNES, 2003, p. 297). De acordo com o médico local, que compilou dados do Centro de Saúde de Santa Rosa de Lima, todos os trabalhadores dos estabelecimentos produtores e comerciais de alimentos (produtores de agroindústrias e laticínios, bares, restaurantes e mercados) realizam o controle anual das condições de saúde através da carteira de saúde. No ano de 2002, oitenta e cinco pessoas com idade entre 11 e 60 anos, incluindo os agricultores das agroindústrias da AGRECO, realizaram o exame médico e laboratorial, tendo como resultados mais importantes treze casos de infecção urinária, onze casos de parasitoses e um caso de anemia⁴⁰.

A especialidade médica mais procurada é a medicina do trabalho, por obrigatoriedade nas atividades das agroindústrias. Quem trabalha nas agroindústrias da região submete-se a exames obrigatórios anuais. O tratamento médico clínico e dentário do município de Santa Rosa é bem conceituado entre os agricultores, mas eles próprios não freqüentam o médico com assiduidade, o que foi comprovado por Jacques (2003). Em sua pesquisa, esta autora mostra dados da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Rosa de Lima que apontam a variação do número total de consultas no posto de saúde local. Segundo esses dados, o número de consultas médicas, entre os anos 2000 e 2003, caiu em 18,76% passando de 3330 para 2705 atendimentos. O índice médio de consultas médicas em Santa Rosa de Lima baixou, assim, de 1,66 por habitante em 2001, para 1,34 no ano de 2002⁴¹. Jacques (2003, p.47) avaliou essa baixa no índice como uma possível “modificação na

³⁹ Não se discute aqui o impacto negativo sobre as mudanças culturais que se estabelecem ao retirar-se as crianças do meio rural para o meio urbano, desvalorizando ainda mais a condição do rural no município.

⁴⁰ Fonte: entrevista com o médico do Centro de Saúde a partir dos dados do SIH.

⁴¹ As orientações do Manual de Definição dos Indicadores e Parâmetros médico-hospitalares do Distrito Federal apresentam como índice satisfatório de consultas médicas por habitante, uma média de 2,4, índice considerado como parâmetro de qualidade do acesso de uma população aos serviços de saúde.

qualidade e quantidade do atendimento médico em Santa Rosa de Lima”, o que não significa que a população está mais ou menos saudável. Sob outro ponto de vista, ao contrário do que a avaliação desse índice sugere, a diminuição das consultas e um baixo índice de consultas por indivíduo/ano podem indicar uma melhoria no estado geral de saúde da população. Outras possibilidades para explicar a queda no número de atendimentos podem ser propostas, como a melhoria das condições financeiras para buscar atendimento médico fora da área municipal ou a busca de outras alternativas de tratamento. Além disso, os agentes de saúde e enfermeiros fazem visitas domiciliares anuais e esse atendimento, bastante valorizado pela comunidade, pode contribuir para baixar o índice de consultas no posto de saúde.

2.3. O processo de transição agrícola na região

O processo de colonização de Santa Rosa de Lima foi iniciado em 1905 com a chegada dos primeiros colonos alemães no local. Essas famílias eram descendentes, em sua grande maioria, da terceira e quarta gerações dos primeiros imigrantes alemães que chegaram à Santa Catarina. A partir de 1920, outras etnias, como a açoriana e a italiana, também afluíram à região, porém a imigração alemã sempre predominou. O difícil processo de colonização e estruturação inicial aconteceu por iniciativa dos próprios agricultores, sem o apoio usual do governo ou de empresas colonizadoras. A topografia acidentada, a presença de florestas densas, o isolamento geográfico e a presença indígena contribuíram para dificultar a ocupação das terras (SCHMIDT, 2000).

A agricultura era praticada por meio de cultivos seqüenciados, intercalados por períodos variáveis de pousio. A produção era obtida com o serviço de semeadura, limpeza e colheita. A presença de húmus e de cinzas provenientes da queima da vegetação, bem como o descanso da terra, garantiam a recuperação e a fertilidade dos solos. A terra era percebida como garantia de sustento da família e do patrimônio sócio-cultural, além de um fator de produção (MULLER, 2001).

As práticas culturais eram todas feitas manualmente. A policultura associada à criação de pequenos animais garantia a reprodução do grupo familiar e minimizava a carência de produtos provenientes dos mercados distantes, sendo Laguna o principal deles. Os colonos produziam

Quanto maior o índice, melhor o acesso da população a serviços de saúde, configurando-se como indicativo de qualidade de vida (FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ, 2000).

também um excedente de produção destinado à comercialização que garantia a aquisição de gêneros alimentícios e de outros utilitários não produzidos no interior das propriedades, tais como sal, roupas, querosene e instrumentos agrícolas. O "porco macau"⁴², criado solto e alimentado com restos de comida e milho, abastecia a família de carne e banha. Ele tornou-se o principal produto da agricultura colonial destinado à comercialização, constituindo a maior fonte de renda das propriedades rurais. As vacas forneciam leite e manteiga para as famílias, soro para alimentação suína e esterco para a adubação do solo. A introdução do queijo foi feita mais tarde, por influência dos colonos italianos (MULLER, 2001).

As primeiras estradas para carros surgiram em 1928 e ampliaram o comércio com outras cidades como Florianópolis e Palhoça e posteriormente Timbó, Blumenau e São Paulo. Com a abertura destas estradas, uma pequena rede de comercialização também foi se estabelecendo. Além do porco e da banha, outros produtos, antes destinados somente ao consumo familiar, foram sendo canalizados à comercialização (MULLER, 2001).

Segundo Schmidt (2000), a busca de canais de comercialização sempre foi imprescindível para os agricultores, uma vez que dependiam da venda de alguns produtos para complementar as necessidades básicas da família. Apesar da abertura de novas estradas circunvizinhas, Santa Rosa de Lima, de forma geral, não se beneficiou dessas novas vias de acesso e as opções para os agricultores venderem ou comercializarem seus produtos sempre foram escassas. Muller (2001) afirma que, mesmo diante desse quadro de isolamento comercial, a sobrevivência da família não dependia dos mercados externos porque os alimentos e os meios de produção não vinham de fora, mas eram obtidos no interior da propriedade.

Essa forma de agricultura diversificada persistiu durante um bom tempo. A lógica da organização baseada em um alto grau de auto-suficiência e na manutenção de um patrimônio sociocultural estava calcada nos princípios da campesinidade, o que garantia a subsistência e a reprodução social das famílias (WORTMANN, 1990 apud MULLER, 2001).

A partir dos anos 60, essa estabilidade começou a mudar. A entrada do óleo vegetal e da margarina no mercado leva à diminuição do preço e do valor da manteiga, da banha e do porco:

⁴² Raça de suíno "rústico ou crioulo", de pelagem escura e destinado à produção de banha. Posteriormente foi substituído, através do sistema agroindustrial, pelo suíno tipo carne, com baixa concentração de gordura (MULLER, 2001, p.64) .

(...) aí a banha também não tinha mais preço certo. A banha baixou... aí o óleo de soja entrou no meio, ahãh. Aí a banha já ficou mais pro lado. Então aí, o porco, sabe quando a banha baixou, então aí o porco também diminuiu! Daí não dava mais de fazer dinheiro como era para ser. Então, aí, muita gente parava (...) Faz uns 30, 35 anos, mais ou menos por aí... (Agricultor, 81 anos apud MULLER, 2001).

O aumento da população e a conseqüente fragmentação das terras a partir dos processos de herança, levaram a uma utilização mais intensiva do solo e ao abandono do tempo de pousio. O agricultor passou a conviver com a lenta recuperação dos solos e da fertilidade e com a conseqüente baixa produtividade das culturas. E passou então a buscar outras alternativas.

Segundo Muller (2001), com a crise do porco macau, mudanças essenciais ocorreram no modo de produzir e de viver. Foi uma fase de transição. A autora ressalta o fato de que os agricultores abandonaram progressivamente a criação do porco em escala comercial⁴³, mas não aderiram ao novo sistema de criação animal do porco em granjas, mantendo a lógica e a tradição cultural dos primeiros colonos.

No início, as alternativas encontradas para superar esta crise localizavam-se dentro das unidades familiares de produção. Culturas e produtos tradicionalmente presentes nos sistemas de produção - feijão, mandioca e leite, destinados primordialmente ao consumo familiar - passaram a ser priorizados como produtos com valor de troca, aumentando o excedente de produção para a venda. Isso não trouxe alterações significativas ao processo técnico-produtivo. O leite transformado em queijo passou a representar a principal garantia de um ingresso regular de recursos. O desmatamento na região começou a ser intensificado e a exploração comercial da madeira passou a constituir uma atividade comercial com boa fonte de renda (MULLER, 2001).

A fumicultura passou a ser uma possibilidade frente à crise que se instalava. As primeiras estufas de fumo foram construídas em Santa Rosa de Lima no final dos anos 50 e princípio dos anos 60. Contudo, somente a partir de meados dos anos 70 é que a atividade começou a se expandir de fato, atingindo seu auge, no que se refere à integração com a indústria, por volta dos anos 80. O agricultor passou a conviver com os adubos químicos e agrotóxicos, elementos “fora do domínio prático do conhecimento acumulado dos agricultores” (MULLER, 2001, p.82).

⁴³ “Embora o sistema de produção do porco Macau tenha dado indícios de sua crise por volta dos anos 60, a sua desestruturação e, por fim, sua estagnação como atividade econômica principal das propriedades e do município, foi “decretada” somente por volta dos anos 80, quando o fumo passou então a ocupar o papel central dos sistemas de produção da maior parte dos agricultores” (MULLER, 2001,p.77)

Além dos insumos externos, começou a prática da assistência técnica. Esses fatores aumentaram a dependência do agricultor de fatores externos. Mudanças ambientais ocorreram, além daquelas que diziam respeito à própria organização e dinâmica da unidade de produção familiar. Intensificou-se a necessidade de mão-de-obra, sobrecarregando a dinâmica familiar produtiva. Muller (2001) aponta a auto-exploração familiar como uma das características básicas da fumicultura, uma vez que exige o trabalho da família de forma intensa, além do uso de mão-de-obra assalariada, o que pode tornar a atividade inviável.

O plantio de fumo era uma atividade de renda garantida, diferente da insegurança financeira presente em outros plantios. No entanto, poucos agricultores gostavam do plantio de fumo. Plantavam por necessidade, garantindo a sobrevivência e adaptando-se às condições externas. Alguns agricultores resistiram ao plantio do fumo, permanecendo nos métodos tradicionais de cultivo. Segundo Muller (2001), essa permanência não foi guiada por questões de ordem econômica, mas por valores como o resguardo da saúde e cuidado de não expor a família ao trabalho exaustivo exigido pela atividade.

Após a inserção do fumo na região, o trabalho de extensão rural colaborou no sentido de difundir o uso do milho híbrido e da correção dos solos com insumos como o calcário, a uréia, além do adubo químico, já utilizado no fumo e em outras culturas. A modernização agrícola se instala na região. “Ao incorporar o milho híbrido e o pacote tecnológico em seus sistemas de produção, o agricultor passou a adquirir anualmente a semente e os outros insumos no comércio, necessitando de gastos adicionais com estes insumos, antes obtidos no interior da propriedade” (MULLER, 2001, p.101).

A chamada transição modernizadora trouxe consigo um processo de dependência econômica e tecnológica. Por outro lado, verificou-se a perda de conhecimentos tradicionais, da lógica de decisão e gestão, de estratégias e práticas tradicionais e culturais e de um modo de cultivar e de viver. Aliados aos impactos culturais, à saúde humana e ao meio ambiente, intensificaram-se outros problemas de ordem ecológica. A necessidade de grande quantidade de lenha para o aquecimento das estufas de fumo fez com que o desmatamento aumentasse, levando à perdas da biodiversidade de caráter irreversível (MULLER, 2001).

Segundo a análise de Muller (2001), os agricultores que optaram pela cultura do fumo fizeram-no devido às vantagens oferecidas por intermédio da integração agroindustrial. Com o passar do tempo, essa realidade, principalmente em se tratando do crédito agrícola e do maior

rendimento obtido com a cultura, deixou de ser vantajosa. Por outro lado, as desvantagens, como o uso dos agrotóxicos e o trabalho exaustivo, inicialmente minimizadas e bem aceitas pelos fumicultores por causa das vantagens obtidas com a cultura, passaram também a contar como elementos para questionar a atividade.

Em toda a região das Encostas da Serra Geral, na metade da década de 1990, as repercussões ambientais, sociais e sobre a qualidade de vida dos agricultores locais eram sentidas e foram reforçadas pela crise da fumicultura e pelo conseqüente processo de desertificação social em Santa Rosa de Lima (SCHMIDT, 2004).

Em 1996, no entanto, nasce a idéia de um desenvolvimento sustentável para a região. Um supermercadista natural do município lançou aos agricultores uma proposta de produção ecológica de hortifrutigranjeiros, oferecendo-lhes a condição de fornecedores únicos de sua loja de Florianópolis. Este supermercado foi pioneiro na comercialização de alimentos orgânicos na capital e naquele período não havia praticamente nenhuma concorrência. Um grupo de 12 famílias de agricultores aceitou o desafio e, já com uma primeira produção em andamento, fundou, em dezembro de 1996, a AGRECO - Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral⁴⁴. Os associados registraram os princípios, as técnicas e os procedimentos “agroecológicos”, bem como a forma de organização a ser buscada pelos “núcleos de produção” no seu regimento interno (AGRECO, 1996).

Finalizando essa abordagem histórica na produção agrícola de Santa Rosa de Lima, ressalta-se que a transição não eliminou todos os traços tradicionais característicos da campesinidade dos agricultores locais. Muller (2001), ao analisar indicadores como a presença do milho rústico (comum em mais de 80% das propriedades visitadas), a manutenção da diversificação dos cultivos, as práticas de rotação de culturas, o consórcio de espécies, o uso do esterco, a capina com enxada ou através do cultivador tracionado pelo boi, sugere que houve uma modernização parcial, seja em relação à base técnica do processo produtivo, seja em torno da organização do trabalho. Manteve-se a lógica familiar e preservou-se um sistema de valores, ordenador de um modo de vida peculiar destes agricultores e de sua “ética camponesa”.

Esses indicadores de uma modernização parcial denotam, de certa forma, a manutenção da campesinidade e do patrimônio sócio-cultural, presentes, em maior ou menor grau, entre as

⁴⁴ Mais detalhes sobre o histórico da AGRECO consultar: MÜLLER, 2001 e SCHMIDT; SCHMIDT; TURNES, 2003.

famílias. Segundo Muller (2001, p.113) esses foram alguns dos “elementos facilitadores do processo de transição rumo a ecologização da agricultura” na região e base para a implantação da AGRECO.

2.4. A AGRECO como forma de organização dos agricultores

O que se busca na AGRECO não é somente a simples conversão a um modelo tecnológico. É a conversão de pessoas a um novo processo de vida. É um aprendizado que, aos poucos, se torna cultura. Cada um faz seu papel, sem voluntarismo ou euforia (...) O que existe nas Encostas da Serra Geral é um projeto de vida que não se tira dos habitantes daquele território (Presidente da AGRECO, 2003).

No Estatuto da AGRECO (1996), o primeiro objetivo da associação expressa o desejo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus associados. A AGRECO encontrou um parceiro no Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), através de um projeto piloto de desenvolvimento local sustentável denominado “Vida Rural Sustentável”. Além de objetivar a “viabilização técnico-econômica, social, ambiental e cultural das unidades de produção familiares, a partir desta região piloto”, pelo menos dois objetivos do projeto merecem especial atenção no contexto desse trabalho, pois focam a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares: “melhorar as condições de saúde, educação, lazer e cultura da população e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares e propiciar sua permanência no meio rural” (AGRECO-SEBRAE, 2000, p.15).

Documentos anteriores deixam claro que as lideranças locais acreditavam que a conversão à Agricultura Orgânica traria mudanças nas concepções de vida e de produção dos agricultores familiares. Entre outras coisas, essas mudanças significavam que os agricultores iriam entrar na luta em defesa da vida e do meio ambiente e preservariam os rios, nascentes e matas, convivendo o mais harmoniosamente possível com a natureza (SCHMIDT, 2004). Portanto, existia a expectativa de que um “modo de vida orgânico” fosse incorporado ao sistema orgânico de produção.

O núcleo inicial de produtores da associação ampliou-se de doze para vinte famílias, envolvendo cerca de cinquenta associados em 1997 e, em 1998, a AGRECO já contava com cerca de cento e cinquenta associados, abarcando aproximadamente cinquenta famílias de agricultores. Nessa época foram realizados diversos seminários de planejamento estratégico participativo em que foi definido o papel fundamental da associação:

Melhorar a qualidade de vida dos associados em termos financeiros, de trabalho, conhecimento, experiência, saúde, cultura, lazer, possibilitando o pleno exercício de sua cidadania, através do desenvolvimento de atividades econômicas em agroecologia, agroindústria ecológica e turismo ecológico no meio rural (SCHMIDT; SCHMIDT; TURNES, 2003).

O planejamento da produção foi sempre feito a partir das possibilidades de comercialização com uma dificuldade resumida na seguinte formulação: “se não há mercado, não se pode ampliar a produção, mas se não há produção, não se consegue ampliar as possibilidades de venda” (SCHMIDT, 2004, p.5).

Nos primeiros anos de sua existência, foi se consolidando o sistema agroecológico de produção que contava com o apoio e assessoria de professores da Universidade Federal de Santa Catarina, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI/SC), do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura Familiar (CEPAGRO/SC) e do poder público local. Conjuntamente, eles buscavam alavancar um amplo processo de desenvolvimento. Para alcançar esse objetivo foi implementado o Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede, com financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O projeto propunha a agregação de valor via beneficiamento/ transformação em unidades agroindustriais associativas de pequeno porte. Foram implantadas, dentro dessa ótica, cinquenta e três agroindústrias rurais de pequeno porte na região. O projeto previa o envolvimento de forma direta de duzentos e onze famílias de agricultores, gerando quatrocentos e noventa e nove postos de trabalho na produção de matéria prima nas unidades familiares, além de criar duzentos e oito empregos nas unidades de beneficiamento e ou de transformação (SCHMIDT, 2004).

Diante dessa perspectiva, novos desafios surgiram no sentido de qualificar pessoal para assessoria e assistência técnica que orientasse tecnologias para a transformação e o beneficiamento de matéria-prima. A região da AGRECO foi então incluída como um dos pólos do Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção - DESENVOLVER - financiado pelo Programa de Tecnologias Adaptadas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PTA-CNPq). O objetivo do programa era colocar recursos humanos qualificados à disposição de iniciativas de agricultores familiares (SCHMIDT, 2004).

Os produtos da AGRECO passaram a ser comercializados em várias redes de supermercados⁴⁵, com lojas distribuídas nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. No pequeno circuito tentou-se a feira, mas esta estratégia de venda tornou-se inviável pela distância dos centros consumidores e pelas más condições das estradas. Buscou-se, por esses motivos, desenvolver outras estratégias de venda direta, para consumidores finais e para restaurantes, através das cestas (SCHMIDT, 2004). Outra estratégia foi a entrada no mercado institucional, a merenda escolar de origem orgânica. A partir da iniciativa de um grupo pastoral da Igreja Católica e das organizações populares urbanas do Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz, na região central de Florianópolis, exerceu-se uma pressão social a favor da Agricultura Orgânica para a merenda escolar nas escolas da rede pública.

A iniciativa aconteceu com a implantação de um projeto piloto iniciado nas escolas públicas municipais do Maciço Central. Em agosto de 2001, sete escolas começaram a receber a merenda orgânica oferecendo cardápios orgânicos bi-semanais a preços compatíveis com o orçamento determinado pelo Estado. No ano de 2002 o projeto se estendeu a outras escolas de Florianópolis e a outros municípios, alcançando 70 mil crianças. A AGRECO, junto com a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, abriu, desta forma, um precedente importante para o fortalecimento da agricultura orgânica no estado, “combinando a oferta de produtos de qualidade com a possibilidade de formação de um novo consumidor” (SCHMIDT, 2004, p.10). A entrega direta dos produtos orgânicos nas escolas permitiu um planejamento de produção, garantia de escoamento e uma forma de comercialização sem intermediários. O projeto contribuiu para a diversificação das propriedades orgânicas e para o fortalecimento da AGRECO e, segundo seu presidente, 70% das vendas da associação foram, no ano de 2003, destinadas à merenda escolar.

A repercussão positiva da experiência de produção e de comercialização começou a atrair para a região técnicos e agricultores interessados em conhecer e analisar os seus princípios e o funcionamento desse sistema produtivo. Consumidores foram incentivados a conhecer a região de onde provinham os alimentos que consumiam. Schmidt (2004, p. 11) menciona que “esse fluxo de novos visitantes indicou o potencial para atividades ligadas ao agroturismo”. Os agricultores familiares ligados à AGRECO, a partir das orientações de técnicos então ligados ao

⁴⁵ Redes Santa Mônica, Angeloni e Giassi, em Santa Catarina e Pão de Açúcar, Big e Carrefour no Rio Grande do Sul.

CEPAGRO e apoiados pelo Serviço Nacional do Comércio (SENAC), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pela Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia implantaram o agroturismo na região apoiados pela Accueil Paysam, uma associação francesa ⁴⁶.

Na AGRECO, comissões que descentralizam as decisões e fazem estudos prévios e análises para subsidiar as decisões foram criadas: comissões de produção e comercialização, de certificação e ética e de cultura e lazer. Um centro de formações surgiu no início de 2003 com o intuito de oferecer cursos mensais de capacitação para os agricultores, promover visitas e trocas com outras experiências produtivas similares, além de proporcionar cursos para outros agricultores do município e do estado. O centro surgiu como perspectiva para diversificar a renda dos agricultores e aperfeiçoar o movimento de agricultura familiar na suas “dimensões políticas, culturais, ambientais; todas as questões presentes para o desenvolvimento territorial, onde o agricultor seja um protagonista do seu papel social, não isolado, não substituível, junto a redes de solidariedade com consumidor, os alunos das escolas e os cidadãos” (Presidente da AGRECO, 2003).

No início de 2003, iniciou o processo de certificação da produção e das agroindústrias pela certificadora Ecocert. Atualmente cerca de cinquenta unidades produtivas e 25 agroindústrias estão nesse sistema de certificação. De acordo com o presidente da AGRECO, essa opção levou alguns agricultores a deixarem a associação, mas por outro lado fortaleceu o perfil dos associados que se definiram pela produção diferenciada de alimentos orgânicos e pela atuação em grupo.

Muller, em sua pesquisa com os agricultores da AGRECO, apontou a necessidade de um processo de adaptação na construção e consolidação de espaços de participação efetiva dos agricultores associados e, também, a necessidade de uma avaliação mais profunda, com a diretoria da AGRECO, da forma como foi conduzido o processo associativo, “para que os agricultores possam, de fato, ser os sujeitos sociais de seu próprio desenvolvimento” (MULLER, 2001, p. 199).

A comercialização (com os seus inúmeros problemas) fez aflorar as críticas e os conflitos existentes entre os associados e, principalmente, destes em relação à diretoria da AGRECO. O

⁴⁶ Accueil Paysan (Acolhida Camponesa), uma associação francesa que defende um tipo de turismo (o agroturismo) que reforce as relações de intercâmbio entre cidade-campo e agricultura familiar, sem transformar o agricultor em simples prestador de serviços de hotelaria ou restauração.

presidente da AGRECO afirma que esse processo menos participativo permeou o início da associação e aponta hoje uma nova perspectiva com agricultores mais envolvidos e conscientes do seu papel social. Eles próprios questionam a presença de sócios não participantes e são mais unidos e solidários. “Hoje enxergamos que é preciso fazer com os agricultores e não pelos agricultores” (Presidente da AGRECO, 2003).

De fato, a comercialização dos produtos orgânicos tem se mostrado o maior desafio da AGRECO e as dificuldades são sentidas por todos os associados. Ressalte-se que a comercialização é, de forma geral, uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares orgânicos no Brasil. O confronto entre o grande circuito (o de supermercados) e os circuitos curtos (o de feiras e vendas diretas) ainda é um desafio. O grande circuito impõe barreiras à entrada, como a incorporação de serviços aos produtos e uma logística eficaz. E propõe, ao mesmo tempo, contratos draconianos que aumentam a insegurança do agricultor. De um lado, impondo devoluções (a não remuneração do produto não vendido) e, de outro, usando margens altas, que visam aumentar sua lucratividade, mas que dificultam as vendas e elitizam o consumo de alimentos orgânicos. O sobre-preço justo que o alimento orgânico merece ter deve ser compreendido dentro da ótica dos benefícios ambientais e sociais que ele gera. Esse acréscimo deve ser repassado ao agricultor para permitir que ele se consolide na produção. De outra forma, tende a se fortalecer o *agriorganic business*. Recorde-se que, ao mesmo tempo, o supermercado permite que o consumidor urbano e adepto do *one stop shopping* "descubra" o produto orgânico. Ele retira, desta maneira, o alimento orgânico de um mercado mais restrito, o de lojas e feiras de produtos naturais (SCHMIDT, 2001).

As vendas diretas e as feiras são propostas eficazes para o fortalecimento de associações de agricultores familiares orgânicas. Há que se considerar, contudo, os empecilhos para que alguns agricultores participem desse circuito como a distância dos centros consumidores, as más condições das estradas e a exigência, tanto de habilidade para o comércio quanto do tempo disponível do agricultor para a venda. É importante ter em conta o fato de que esse circuito é voltado para um consumidor já sensibilizado para a compra de alimentos orgânicos, dificultando a ampliação do número de envolvidos. Por outro lado, se fortalece um circuito capaz de afinar relações com o público, sensibilizando-o ainda mais para a proposta da agricultura orgânica e

sustentável. A ausência de intermediação permite, também, uma maior apropriação pelos agricultores dos resultados, em termos de renda, de seu trabalho (SCHMIDT, 2004).

Segundo o presidente da AGRECO, a concepção de comercialização dos produtos nessa associação está bastante imbricada desde a sua fundação. É certo que substituir a idéia inicial de produzir somente “verduras” ou folhosa” orgânicas, cuja comercialização era garantida pela parceria com o supermercado e pela falta de concorrência, por uma proposta de formação de agroindústrias e de diversificação de produtos com valor agregado ajudou a descapitalizar os agricultores. Essa transição foi, contudo, considerada necessária pela dificuldade logística de manter a entrega crescente de verduras respeitando a cadeia de frio⁴⁷ exigida pelos supermercados. Essa mudança foi percebida por alguns agricultores como “incompetência da AGRECO em manter os contratos de venda”, o que os levou a desistir da proposta.

Existe, até hoje, uma discussão sobre as vantagens e desvantagens da implantação das agroindústrias na AGRECO. Ao mesmo tempo em que agregam valor ao produto orgânico e permitem que associação se molde ao perfil das exigências do grande circuito, elas tornam mais cara e mais especializada a produção. Cria-se, assim, uma tensão em torno da viabilização e do aprofundamento do processo de "agroindustrialização". Muitas agroindústrias trabalham atualmente com capacidade ociosa e os agricultores parecem inseguros para aumentar a produção, já que temem a falta de demanda ou de espaço de comercialização. Além desse impasse, os custos de implantação dessas agroindústrias, que continuam sendo pagos pelos agricultores, tornam os posicionamentos quanto à comercialização ainda mais complexos. Alguns agricultores, por exemplo, afirmam estar pagando, hoje, as “prestações das agroindústrias” com a “renda da aposentadoria”.

Na merenda escolar, as verduras também ocupam um lugar não-privilegiado. No início, os pedidos de produtos eram feitos com base em um cardápio proposto pela nutricionista da Secretaria da Educação do Estado e incluíam as verduras ou folhosas. As diretoras das escolas pressionavam em sentido contrário, alegando que, nas refeições, o produto não era consumido pelas crianças. Ao mesmo tempo, esse programa, que no ano de 2002 apresentou-se como uma âncora no sentido de garantir o escoamento de produção para os agricultores, sofreu, no início de 2003, as conseqüências da troca de governo. Como resultado das últimas eleições (que

⁴⁷ A cadeia de frio inclui a colheita de madrugada em horário de baixa temperatura, a refrigeração imediata em câmara fria e posterior transporte em caminhão refrigerado.

significaram uma alternância de partidos políticos no poder), as lideranças das escolas da rede pública foram substituídas. Isso implicou em todo um trabalho de sensibilização das novas diretoras para a aquisição de alimentos orgânicos. O mais grave, no entanto, foi o não reconhecimento, por elas, de débitos que as escolas tinham com a associação, referentes à compra de merenda escolar do ano de 2002. Em alguns casos, estas dívidas ainda não foram quitadas. Com o passar dos meses e novos sinais dados pela Secretaria da Educação, as lideranças da AGRECO acreditam que a situação tende a se estabilizar e a merenda escolar continuará a representar um canal importante para as vendas da associação.

Nesse mesmo tempo, os agricultores que produziam produtos “não perecíveis” (categoria que designa produtos como o açúcar, as conservas, o doce de frutas ou os embutidos de origem animal) reagiram mais positivamente e se encontram em melhores condições de comercialização. Nessa linha de produtos regionais ou “coloniais” e orgânicos, a AGRECO é pioneira na produção e estima-se um faturamento de dois milhões de reais para o ano de 2003 (Presidente da AGRECO). Percebe-se, desta forma, que o agricultor que conseguiu diversificar sua produção e abandonar o cultivo único de hortaliças teve melhores chances de retorno financeiro.

Além da diversificação produtiva, a diversificação de atividades também é uma tendência que contribui para garantir a sobrevivência da agricultura familiar no Brasil. No caso da AGRECO, o agroturismo e as atividades de formação (o agricultor como formador) cumprem o papel de oferecer perspectivas que garantam um novo modelo de produção calcado na autonomia local, na diversificação e no associativismo.

Com relação ao associativismo e a possibilidade de organização, acredita-se que os colonos alemães sentiam prazer em agrupar-se e o meio rural propiciava esses encontros (SEYFERTH, 1994). Schmidt (2004) percebe essa tendência entre os agricultores descendentes de alemães, mas ressalta que, gradativamente cada propriedade individualizou seu processo produtivo e sua busca pela segurança econômica. O incentivo ao processo associativo dos agricultores da AGRECO foi uma forma de resgatar a tendência a se associar, fortalecer a proposta da agricultura orgânica, criar estabilidade, cultivar a confiança e a consciência dos direitos de seus membros. Compactua-se com o pressuposto do trabalho de Heuser (2003, p.111) de que “a qualidade de vida dos habitantes do planeta está diretamente relacionada à qualidade das interações humanas no ambiente social e natural”. O autor, que pesquisou o impacto do agroturismo na qualidade de vida dos agricultores de Santa Rosa de Lima, enfatiza as atividades

da Associação e a força do coletivo para legitimar a existência do poder da união de idéias e ações. Aí o papel da AGRECO, promovendo a inclusão social através do associativismo e dos processos de gestão participativa, bem como a promoção da consciência política, merece ser destacado.

Outras associações também se fortaleceram no município. O número de associados na Cooperativa de Crédito Rural (CrediColônia)⁴⁸ cresceu 76% – de duzentos e cinquenta sócios, em 2001, para quatrocentos e quarenta sócios, em 2002 e seiscentos sócios em 2003. O número de filiados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais passou de quinhentos e três filiados em 2001 para quinhentos e setenta e oito em 2003 (JACQUES, 2003). As causas desse aumento na participação em outras entidades associativas, crescente desde 1998, precisam ser pesquisadas. Além da AGRECO, programas do Governo do Estado, como o Banco da Terra e o Programa de Reflorestamento, também estimulam o associativismo na região.

Segundo o presidente da AGRECO, a associação passa por um novo momento: “um momento de retomada com mais consciência da problemática que se vive”. A comercialização de hortaliças voltou a parecer viável. Inúmeros agricultores do estado, que responderam individualmente ao incentivo dado por distribuidores para produzir hortaliças orgânicas, não conseguiram viabilizar suas propriedades e manter a produção. Neste quadro, supermercadistas têm voltado a procurar a AGRECO, oferecendo contratos mais vantajosos para os agricultores e incluindo a possibilidade da comercialização de novos produtos como carnes e conservas. Destaque-se que a produção animal de origem orgânica e certificada tem se consolidado na AGRECO, criando um modelo de produção e indicando uma nova tendência.

Questionado sobre o que é necessário para a estabilização da AGRECO, o presidente mencionou o papel central do Estado e das políticas públicas. Segundo ele, a análise do que vem ocorrendo no município torna isso mais nítido. As exigências de melhor qualidade de ensino, de melhores serviços de saúde, de infra-estrutura e de melhoria nos serviços de fornecimento de energia elétrica são o resultado desse processo associativo. Como consequência, a população de Santa Rosa de Lima está aumentando e os indicadores de qualidade de vida do município são melhores que os dos municípios vizinhos. Nessa ótica, o poder público interage, ao se sentir pressionado pela população:

⁴⁸ A área de abrangência dessa cooperativa são os municípios de Santa Rosa de Lima, Anitápolis e Rio Fortuna.

A perspectiva de mudanças, do processo de desenvolvimento na região, se criou a partir de pequenos eventos, teóricos e concretos. Isso é o resultado da interação de vários protagonistas do meio urbano e rural. O agricultor, o habitante da cidade, o consumidor, o turista, todos fazendo desenvolvimento territorial, como perspectiva de políticas públicas (Presidente da AGRECO, 2003).

A partir da apresentação do perfil da AGRECO percebe-se a importância do papel desta associação para a promoção do associativismo, com repercussões na forma de organização social dos agricultores. A seguir, será feita a caracterização do grupo pesquisado, buscando conhecer as condições de vida dos entrevistados e dados materiais que sinalizem sua qualidade de vida.

2.5. A caracterização do grupo pesquisado

Os dados apresentados a seguir referem-se aos seis agricultores e famílias entrevistados para esta pesquisa exploratória. O que se mostra são as características sociais e econômicas dos entrevistados e da unidade familiar que se constituem em aspectos materiais ou objetivos de qualidade de vida.

Os agricultores e membros da família são oriundos da região de Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna e Anitápolis. A origem étnica predominante dos agricultores entrevistados é alemã; somente um dos entrevistados tem a mãe descendente de índios brasileiros.

O grupo de pesquisados tem idade média de 35 anos (o mais novo com 28 anos e o mais velho com 44), sendo quatro casados e apenas dois solteiros. Foram entrevistados quatro agricultores e duas agricultoras.

Quanto à escolaridade do grupo, quatro produtores cursaram o ensino fundamental incompleto; um completou o ensino fundamental e o outro está finalizando o ensino médio.

QUADRO 2. Perfil dos entrevistados segundo o sexo, faixa etária, estado civil e escolaridade

Entrevistado	Sexo		Faixa etária (anos)			Estado civil		Escolaridade		
	M	F	- 30	30 a 40	+ 40	Casado	Solteiro	Fund. incomp	Médio comp	Médio incomp
1		X		X		X		X		
2		X		X		X				X
3	X			X		X		X		
4	X				X	X		X		

5	X			X			X		X	
6	X		X				X	X		

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2003.

As famílias dos agricultores são pequenas, com dois a três filhos de idade variada (3 a 21 anos) sendo que dois dos entrevistados são solteiros e vivem com os pais (QUADRO 3). Três agricultores convivem com os pais na mesma casa e um deles mora na casa ao lado da sogra. Os pais têm idade variando entre 68 e 72 anos.

A população observada foi a família desses agricultores (filhos, pais e sogros), além de vizinhos e outros agricultores contatados durante o trabalho de campo.

QUADRO 3. Caracterização da unidade familiar segundo os membros residentes, o número de filhos e a idades dos filhos

Entrevistado	Membros residentes				Número de filhos			Idade dos filhos (anos)			
	casal	filhos	Pai/mãe	Irmãos	0	2	3	Até 4	5 a 10	11 a 20	+ 20
1	X	X	-	-	-	X	-			X	
2	X	X	-	-	-	X	-	X	X		
3	X	X	X	-	-	X	-	X	X		
4	X	X	-	-	-	-	X		X	X	X
5	-	-	X	X	X	-	-	-	-	-	-
6	-	-	X	-	X	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2003.

Ocorre uma variação de renda entre os agricultores pesquisados. Três dos entrevistados que se dedicam exclusivamente à produção orgânica estão entre os de menor renda líquida: variando de um a três salários mínimos (QUADRO 4). Um deles complementa a renda com a aposentadoria do pai, que vive na casa. Para os outros três que, além da produção orgânica, se dedicam à atividades diversas como o trabalho administrativo na AGRECO, produção artesanal de licores, produção convencional de leite e granja de ovos caipira, a renda gira em torno 7,5 salários mínimos (QUADRO 4).

No que se refere às condições de moradia, pode-se considerar que todos vivem em boas condições: casas grandes, simples, mobiliadas e com jardins bem cuidados. As águas provêm de fonte e todos os produtores entrevistados têm fossa séptica e fonte de energia elétrica. Os agricultores entrevistados usam o fogão a gás juntamente com o fogão a lenha, mantendo a

tradição. Todas as famílias visitadas têm equipamentos como geladeira, *freezer*, batedeira, liquidificador, televisão e rádio e duas delas possuem telefone em casa. A televisão, que permanece ligada durante grande parte do dia, é a fonte principal de informação e notícias externas entre os produtores.

QUADRO 4. Caracterização do perfil sócio-econômico da unidade familiar segundo a renda mensal, as condições da moradia e acesso a bens e serviços.

Entrevistado	Renda mensal (salário mínimo)		Condições de moradia			Acesso a bens e serviços		
	De 1-3	Acima de 3	Boa	Razoável	Ruim	Equipamentos *	Veículo	Telefone
1		X	X			X	2	X
2		X	X			X	1	X
3		X	X			X	1	
4		X	X			X	1	
5	X		X			X	2	
6	X		X			X	1	

*Equipamentos: fogão à gás; fogão à lenha; geladeira; freezer; batedeira/liquidificador; televisão; rádio; aparelho de som.

Veículo: 1-carro; 2-motocicleta.

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2003

A média de tempo de envolvimento dos entrevistados na produção orgânica gira em torno de três a cinco anos (quatro produtores) sendo que um deles está na AGRECO há apenas dois anos e outro está desde o início da fundação da associação, em 1996 (QUADRO 5).

Todos os entrevistados são responsáveis ou co-responsáveis pelas unidades de produção. As unidades de produção orgânica dos agricultores pesquisados variam bastante. Entre o grupo pesquisado se encontram agricultores vinculados à produção de cana-de-açúcar, de doce e xarope de frutas, de mel e de suínos e ao processamento de verduras, de melado e açúcar mascavo e de embutidos (QUADRO 5).

Os entrevistados, pela própria escolha do perfil, participam das atividades AGRECO com bastante constância - o que não é uma regra geral entre todos os associados. Vínculos com outras associações também são relatados entre três dos seis entrevistados. Entre elas podem ser citadas a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (AAAC), a Cooperativa de Crédito Rural, o Sindicato Rural, além de um clube de lazer.

QUADRO 5. Caracterização da unidade de produção, segundo o tempo na produção orgânica, a renda proveniente da agricultura orgânica e de outras fontes.

Entrevistado	Tempo na produção orgânica (anos)			Unidade de produção orgânica					Outras fontes de renda*
	2 a 3	3 a 5	+ 5	Produção de cana, melado e açúcar	Produção de mel	Produção e Processamento de verduras	Produção de doces e xarope de frutas	Produção de suínos	
1		X		X					1,3
2			X		X				5
3		X		X					4
4		X				X			2
5	X							X	
6		X		X			X		

* Outras fontes: 1-produção de ovos caipira; 2-produção leiteira convencional; 3-produção de licores artesanais; 4-aposentadoria; 5-cargo administrativo na AGRECO.

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2003.

A reutilização do lixo orgânico é uma prática comum entre os entrevistados e está dentro da visão da agricultura sustentável e diversificada. O lixo orgânico é a base da alimentação animal; restos de vísceras e culturas são também utilizados para alimentar as criações e o esterco animal é a base do composto utilizado na agricultura. O lixo reciclável é queimado ou guardado para posterior recolhimento pela prefeitura. Eles mencionam ter herdado essas práticas de reciclagem de lixo orgânico de seus pais e avós e agora, com o sistema orgânico de produção, isso se torna importante novamente. O conceito de reciclagem/reutilização está embutido na forma de produção familiar orgânica e também na visão do colono alemão, que imigrou e conheceu as dificuldades de iniciar sua vida no novo país. A vida cotidiana era dura e frugal e a racionalidade do colono alemão era, arquetipicamente, a de evitar o desperdício e reaproveitar tudo que fosse possível (SEYFERTH, 1974):

Você vê, até a banha de porco frita a gente guardava pro sabão. A gente tinha que economizar tudo, era pobre. E aproveitava. Por isso não tinha tanto lixo por aí no tempo que eu era mocinha (sogra de agricultora, 70 anos).

As condições de vida dos agricultores estudados podem ser resumidas da seguinte forma: baixo sedentarismo, pouco fumo, sono regular e ritmo de vida mais tranquilo. Apesar do ritmo de vida equilibrado, o fator estresse não é inexistente e pode ser relacionado à fatores climáticos que interferem na produção agrícola e à insegurança financeira.

Os agricultores entrevistados se sentem seguros na região; não há relatos de roubos, assaltos ou violência. A insegurança nas grandes cidades se configura hoje como uma das principais queixas sobre qualidade de vida no meio urbano. O medo de assaltos, da violência do trânsito e da agressão física influencia no estado de saúde mental, nos quadros de depressão e estresse, e por isso o conceito de segurança física e proteção é percebido como parâmetro de qualidade de vida, segundo a Organização Mundial da Saúde (WHOQOL, 1994; WHO, 2000).

O trabalho nas propriedades observadas é exercido apenas pelos membros da família. O ritmo da propriedade e a divisão de trabalhos designam o ritmo de vida familiar. As colônias alemãs catarinenses, típicas do século XIX, tinham na família a base nuclear da propriedade (SEYFERTH, 1974).

Relações familiares sólidas e estáveis foram observadas entre as famílias entrevistadas, configurando-se como um indicador de qualidade de vida no que se refere à segurança financeira e emocional dos agricultores. Dentre os seis entrevistados, cinco vivem com os pais (média em torno de 65 anos) ou na casa ao lado. É comum o filho mais novo cuidar da propriedade paterna e dos pais idosos:

Eu moro com o mais novo na minha terra, mas ficamos sempre próximos de todos. O mais velho mora aqui pertinho, numa terra que eu dei pra ele e agora tô vendendo a terra mais distante pra deixar pras filhas, que moram mais longe (sogro de agricultor, 72 anos).

Eu vivo aqui do lado do filho mais novo, mas meu filho solteiro ainda quer morar comigo (sogra de agricultora, 70 anos).

Em Santa Rosa de Lima, as estradas não são pavimentadas e o transporte é bastante precário o que faz com que todos os entrevistados busquem meio de transporte próprio (moto ou carro). Para a maioria deles, entretanto, isso não pareceu configurar um problema. Somente um

dos entrevistados apontou o problema das estradas como “muito sério” e que influencia na sua mobilidade:

Para poder sair a qualquer hora tem que ter um bom carro, com ônibus não dá pra contar (agricultor, 28 anos).

Os agricultores familiares levam uma vida árdua. Trabalham uma média de 8 a 12 horas por dia. Essas horas são intercaladas com momentos de descanso, refeições - sempre junto à família - e atividades domésticas variadas. Somente o entrevistado que trabalha na área animal tem dedicação de 17 horas por dia, exclusivamente na atividade produtiva. Sente-se sobrecarregado no momento e considera que “assim não pode continuar” (agricultor, 38 anos).

A atividade principal de lazer durante a semana é a televisão, à noite. A prática de trabalhos manuais (tricô, crochê, cestaria, marcenaria, etc) é incomum entre a amostra observada.

O projeto de desenvolvimento "Vida Rural Sustentável" (AGRECO-SEBRAE, 2000) apoiou a formação de agroindústrias. A agroindustrialização esteve presente primeiramente na época da colonização, quando os colonos produziam em grande parte para a subsistência. As indústrias caseiras (*Hausindustrie*) já faziam parte das atividades do colono alemão pelas condições de isolamento da área colonial dos centros de troca, compra e venda. A indústria caseira era destinada à transformação da produção agrícola, para consumo próprio e venda:

Os colonos não produziam somente para o consumo da família, mas também para a obtenção de um excedente de produção destinado à comercialização. Isto porque a própria sobrevivência dos agricultores dependia da existência de produtos para a comercialização a fim de que pudessem realizar a compra de gêneros alimentícios e de outros utilitários que não eram produzidos no interior das propriedades, tais como sal, roupas, querosene e instrumentos agrícolas (MULLER, 2001, p.63).

Hoje, na produção agroecológica, a agroindustrialização representa uma possibilidade de agregação de valor ao produto agropecuário de origem orgânica e incentiva a independência do agricultor.

Segundo MULLER (2001, p.63.) “o essencial para atender às necessidades básicas da família era obtido no interior da propriedade. Desta forma, a policultura foi, desde o início, adotada como estratégia central para garantir a reprodução do grupo familiar”. A produção para o autoconsumo fortaleceu-se devido ao isolamento geográfico dessa comunidade. Assim sendo priorizava-se a diversificação da produção para atender as necessidades básicas da família em

termos de alimentação, para aumentar as opções de comercialização, além de prevenir possíveis riscos de perdas de produção ou de renda frente às adversidades climáticas e econômicas. A estabilidade econômica estava vinculada à diversificação na propriedade.

A capacidade de diversificação, que garantiu a continuidade da reprodução social do grupo familiar, passou a ser percebida também como um bom negócio dentro da produção orgânica:

A gente tem uma visão mais clara que pode aumentar muito mais a produção diversificada. Se diversificar a renda vai ser melhor. Antes meio quase que a gente não enxergava isso (agricultor, 38 anos).

Todos os agricultores entrevistados têm produção de policultura para autoconsumo, com base em hábitos alimentares herdados de seus antepassados alemães, ajustados à realidade local: leite e derivados (nata, ricota), arroz, feijão, verduras (repolho, batata inglesa couve) e frutas (laranja e banana), ovos e pequenos animais, embutidos, banha de porco, pão de milho, rosca de polvilho e a erva-mate na forma de chimarrão. O açúcar, os doces de fruta e a farinha de trigo - introduzida posteriormente na dieta são a base dos bolos,ucas e doces, ingeridos com bastante frequência.

Os alimentos adquiridos fora da área de produção local são o açúcar, a farinha de trigo, o café, o óleo de soja, o arroz branco, a farinha de milho e o sal. O restante é produzido na propriedade ou comprado de agricultores vizinhos.

Os entrevistados relataram a reintrodução na dieta de alguns alimentos cuja produção foi incentivada dentro da ótica da produção orgânica: o açúcar mascavo, o melado e o morango. O incentivo da produção de carne de porco dentro do sistema orgânico, o porco criado livremente, também é recente e foi mencionada pelos entrevistados.

A produção de banha e carne de porco perdeu espaço a partir das mudanças no hábito alimentar do consumidor urbano. O incentivo dado pela área da saúde ao consumo de óleo de soja e margarina (com o objetivo de prevenir doenças cardíacas⁴⁹) influenciou a organização

⁴⁹ A hipótese levantada pelo pesquisador Ansel Keys, nos anos 50, de que a ingestão de gordura animal está diretamente ligada ao aumento de doenças coronarianas deve ser revista considerando-se a qualidade total da dieta bem como o sedentarismo, o fumo e o estresse. O grande incentivo da área da saúde para consumo de óleos vegetais veio a partir do crescimento da indústria de óleos; a alta produtividade de grãos cultivados para a ração animal encaminhou pesquisas para o desenvolvimento de óleos vegetais (AZEVEDO, 2003).

produtiva na região de Santa Rosa de Lima que tinha no porco macau a base de sua economia, levando os agricultores a desistir da criação de porcos para o mercado externo.

Porém, essa prática não modificou o hábito do agricultor local de ingerir a carne suína e a banha como fonte de gordura e proteína animal. O hábito de consumo de margarina foi relatado somente na família de agricultores que já viveu na cidade e o óleo de soja é utilizado “eventualmente” entre as famílias entrevistadas:

Eu não tenho nem dúvida que banha é melhor que óleo de soja cheio de agrotóxico, lá do Paraná. E agora o povo gosta e vê que óleo é que não é bom" (pai de agricultor, 75 anos).

A dieta se configura hoje como um dos aspectos centrais de prevenção de doenças e longevidade. Avaliar a dieta de uma comunidade, como um dos aspectos de seu modo de viver, pode fornecer dados acerca das condições de saúde e qualidade de vida dessa população.

Sabe -se que os povos mais longevos e mais saudáveis como os novos guineanos, os Mayas, os habitantes do Vale dos Hunza e de Vilcabamba no Equador tinham em comum a ingestão de alimentos locais, frescos ou pouco processados, provenientes do seu meio e de sua própria cultura alimentar (PRICE, 2000).

No Brasil, atualmente, podemos relacionar a população de descendentes de imigrantes que povoam a Serra Gaúcha com os povos acima mencionados. A taxa de longevidade dos colonos da região compreendida entre a serra e o Vale de Taquari é mais alta do que no resto do país. Este fato é atribuído ao seu padrão de qualidade de vida que tem a alimentação como ponto alto. Seus habitantes vivem da agricultura e da produção local de alimentos processados (embutidos, queijos, vinho). Alimentam-se basicamente de carne de porco e frango caipira, verduras e frutas cultivadas localmente, polenta e leite integral, queijos e nata, além do consumo regular do vinho da região. Apresentam baixo índice de doenças cardiovasculares e estresse. Permanecem lúcidos, movimentam-se e trabalham até idade avançada e envolvem-se em atividades sociais, jogos de bocha, danças e atividades religiosas. A relação familiar é bastante valorizada e os colonos sentem-se seguros na região em que vivem (MORIOGUCHI et al, 2000; CARMELLO, 2002).

O resgate de um modo de viver do agricultor familiar orgânico, com base nas suas raízes culturais, reverbera dentro desses estudos de povos saudáveis e aponta uma relação entre AFO e qualidade de vida.

O item que se segue é uma análise sobre a relação entre a qualidade de vida e agricultores familiares orgânicos. Busca-se identificar, através de uma pesquisa exploratória, os elementos que podem ser articulados para analisar essa relação, tornando relevantes aspectos reconhecidamente utilizados para tal fim, incluindo as dimensões de saúde, sociais, ambientais e culturais.

2.6. Relação entre qualidade de vida e agricultores familiares orgânicos de Santa Rosa de Lima

Para analisar a relação entre qualidade de vida e agricultores familiares orgânicos, os temas desenvolvidos no primeiro capítulo (itens 1.1 e 1.2) foram relacionados com a realidade local dos agricultores estudados. Os aspectos sócio-ambientais, culturais e de saúde humana relacionados a AFO e as categorias do estudo de qualidade de vida da OMS (QUADRO 1) foram a base para se conhecer o que é qualidade de vida para os agricultores familiares orgânicos.

Dentro do conceito de qualidade de vida focado especificamente na saúde (item 2.6.1) consideraram-se diferentes aspectos indicadores de natureza mais objetiva: relatos de queixas, dores e doenças mais comuns, os tipos de tratamento médico-dentário, a dieta dos agricultores, sua mobilidade, capacidade de trabalho e atividade cerebral, o uso do fumo e de álcool e a qualidade do sono.

O item 2.6.2 contempla os aspectos ambientais, sociais e culturais da qualidade de vida. Com relação aos aspectos ambientais, a pesquisa não teve por objetivo avaliar os impactos da Agricultura Orgânica sobre a natureza através de indicadores ambientais. Considerou-se no presente estudo o conceito de ambiente ampliado que abrange os bens ambientais necessários à vida⁵⁰. Na caracterização dos aspectos sociais o estudo não se ateve somente a indicadores objetivos mensuráveis, mas também pesquisou valores sociais não-materiais com base no conceito de saúde ambiental da Organização Mundial da Saúde⁵¹. Nessa perspectiva observaram-se múltiplos aspectos sócio-ambientais como a percepção corporal do agricultor e suas condições de auto-estima, a segurança física e proteção, o ambiente no lar, os recursos financeiros, a disponibilidade e a qualidade com cuidados de saúde, as atividades sociais, as oportunidades de

⁵⁰ Ver GALTUNG, 1979; MONTES & LEFF, 1986 apud BARBOSA, 1996.

recreação, de lazer e de aquisição de novas informações e habilidades, a qualidade do transporte, a satisfação no trabalho, as atividades religiosas, além da qualidade do ambiente físico propriamente dito.

Os aspectos culturais que definem saúde e qualidade de vida foram percebidos como fios que se entremeiam na vida dos agricultores. O resgate do modo de viver do “colono alemão” foi especialmente percebido na lógica familiar dos agricultores pesquisados, mas manifesta-se também nas práticas produtivas, na dieta, no aproveitamento e reciclagem do lixo, entre outros. A racionalidade agrícola do “colono alemão” parece ter encontrado ressonância dentro do sistema orgânico de produção.

O estudo, que a princípio pretendia trabalhar com o estado de saúde dos agricultores, tomou o rumo da qualidade de vida. Na primeira pergunta feita a eles: “o que é ser saudável para você?”. Os entrevistados responderam que ter saúde é muito mais do que a simples ausência de doença e apontaram o conceito de qualidade de vida que abarca os múltiplos aspectos que envolvem o fato de ser saudável:

Ter saúde, em primeiro lugar é estar contente onde você está e onde você vive. E que a gente possa fazer tudo o que quer fazer; que nada atrapalha. Se a gente pode fazer tudo o que quer, então tá bom (agricultor, 38 anos).

Eu acho saúde é também, como é que vou dizer...é ter saúde física, mas também saúde mental, saúde né?...Eu acho que é trabalhar num ambiente que você se sente bem, que você gosta de estar nesse lugar e com um produto saudável, sem químico. É ter a família e resgatar a cultura, tudo pra mim é saúde (agricultora, 38 anos).

Saúde mesmo? Eu acho que saudável é ter saúde boa, se eu não tô doente pra mim já tá bom. Mas pra viver bem precisa de qualidade de vida boa. Precisa de todas...O dinheiro, lazer pra diversão, tem que ter trabalho que esteja e dê pra sobreviver...Faz parte também. Porque se eu não tenho, eu desanimo e fico até doente. Vem uma depressão porque eu não tenho trabalho que me dê condições de viver na propriedade. Isso faz parte da saúde também (agricultor, 44 anos)

A saúde é a coisa mais importante na vida do ser humano (...). Saúde no nível pessoal é ser feliz (agricultor, 28 anos).

⁵¹ “A parte da saúde pública que se ocupa das formas de vida, das substâncias e das condições em torno do homem que podem exercer alguma influência sob a sua saúde e bem estar” (WHO,1999).

2.6.1. Qualidade de vida e agricultores familiares orgânicos: aspectos de saúde humana

A pergunta feita aos entrevistados “você se acha saudável” mostrou-se muito geral e todos responderam que se acham saudáveis. Percebeu-se, numa primeira impressão, um grupo de agricultores que não se queixa e não se sente doente. Relaciona-se essa condição a uma situação de satisfação desses agricultores.

As queixas freqüentes sobre o estado de saúde podem estar relacionadas a uma desadaptação social ao ambiente onde se vive. Barbosa (1996) tenta decifrar os significados que estão por trás das queixas freqüentes e aparentemente difusas. A realização dos propósitos de vida se torna uma condição essencial para se sentir saudável, independentemente de aspectos pontuais como, por exemplo, a segurança financeira ou a falta de doença. Essa autora aponta a freqüência com que isso ocorre nos processos migratórios do campo para a cidade, quando o agricultor vai em busca de trabalho: “as idas constantes ao serviço de saúde representam uma esperança de, ao depositar nas mãos dos profissionais de saúde que os acolhem suas dificuldades cotidianas, poderem minimizá-las ou resolvê-las” (BARBOSA, 1996, p.252).

Houve relatos subseqüentes de determinadas condições clínicas, ou situações de dores agudas ou de incapacidade física que não implicam necessariamente em pouca saúde para os agricultores. Uma condição satisfatória de saúde depende largamente da aceitação do paciente da sua condição física e da sua relação entre expectativa e experiência da doença (CARR; BARRY; ROBINSON, 2001). No último ano todos relataram “estar bem”, apesar de algumas queixas como dores de dente e nas costas. Entretanto, os entrevistados disseram ter tido dores de cabeça e mal-estar constantes na época em que trabalhavam com a produção de fumo:

Antes eu trabalhava com fumo...Trabalhar comum é terrível, né. A gente passava mal, assim...E enjoava do fumo, dava muita dor de cabeça. Hoje a gente não sente mais nada disso (agricultora, 32 anos)

Não dá quase pra explicar, mas é totalmente diferente como a gente se sente. A gente tava naquele fumo; era aquela poeira, era no outro dia; tipo passava a mão na boca tava amargando. Hoje não, não se sente mais isso. Tinha um cheiro. Tudo era diferente (agricultora, 38 anos)

Casos de doenças "dos nervos" foram relatados pelos entrevistados, mas na época da pesquisa nenhum deles apresentava sintomas de depressão. O fator climático e a insegurança financeira se configuram para o agricultor como fatores de estresse e preocupação.

Os entrevistados, de forma geral, relatam se sentir otimistas e os pensamentos mais pessimistas têm causas no trabalho, na preocupação com a segurança financeira e com o futuro da comercialização de seus produtos junto à AGRECO.

Me acho alegre e só fico triste quando a gente quer fazer algo e não dá certo, no trabalho, por exemplo (agricultor, 38 anos).

Pra ser melhor tinha que estar vendendo os produtos (agricultor, 44 anos).

Se o trabalho dá certo é a melhor coisa que tem. Se der rendimento pode pagar alguém pra me ajudar. Aí posso ter uma vida mais saudável (agricultor, 38 anos).

Segundo os agricultores e moradores locais, o uso de calmantes e antidepressivos é comum na região. Três dos agricultores entrevistados utilizavam antidepressivos constantemente, na época da cultura do fumo. Os agricultores relatam que há cerca de um ano deixaram de tomar esses medicamentos:

Eu tomei antidepressivo a vida toda. Já ouvi falar que podia ser por causa do fumo. Parei faz um ano (agricultora, 32 anos).

A dieta macrobiótica ajudou e eu agora parei com o Lorax. Mas tomei muitos anos (agricultora, 38 anos).

Ah, eu achava que era do fumo. Aquele cheiro forte, aquela fumaça branca, só podia dar dor de cabeça e aí eu tomava calmante (agricultor, 44 anos).

Estudos da Universidade de Pelotas, da Universidade de Santa Cruz do Sul, da Universidade de Campinas (UNICAMP) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro demonstram que os agrotóxicos utilizados indiscriminadamente na cultura do tabaco causam intoxicações e distúrbios neurocomportamentais, entre eles, a depressão, que podem levar até o suicídio nos membros das unidades familiares de produção (ETGES et al, 2000 ; FALK et al. 1996; FARIA et al, 1999).

As visitas ao dentista são bastante regulares. Cinco entre os entrevistados visitaram o dentista no último ano, por causa de dor de dentes aguda.

Dor de dente tem muito. A gente, as crianças. Mas o dentista é bom (agricultor, 38 anos).

Segundo Jacques (2003), a procura por consultas odontológicas é crescente, desde 1998 e aumentou 40% de 2001 para 2002. Muitos dos agricultores observados, na faixa etária de 30 anos, já tem dentes de ouro e, entre as crianças pequenas, foram observadas cáries e dentes de leite já lesados. Um dos aspectos observados a ser relacionado com a incidência de cáries é, além da higiene bucal incorreta, uma dieta rica em alimentos açucarados: doces, bolos, cucas caseiras, ingeridos com bastante frequência entre os produtores:

(...) doce, bolo ou açúcar sempre tem na mesa de colono. Todo dia, no café da manhã, no lanche e no jantar (esposa de agricultor, 37 anos).

Os dois produtores que buscaram tratamento natural, fitoterapia prescrita por uma curandeira da região⁵² e dieta macrobiótica indicada por um médico de Porto Alegre, receberam orientação externa: “alguém indicou e deu certo” (agricultora, 38 anos).

O vínculo com as terapias naturistas, como a Homeopatia e Fitoterapia, condizentes com os métodos naturais de cura e prevenção de doenças, utilizados no sistema orgânico de produção, não se estreitou a partir do manejo orgânico dos animais. Também não existem médicos homeopatas, nem programas de fitoterapia nos postos de saúde da região, o que poderia ser um impulso importante para a mudança de comportamento entre os agricultores. A adoção dessas práticas terapêuticas por parte dos agricultores pode estimular a identificação com uma forma de curar mais saudável, com menos efeitos iatrogênicos e em sintonia com a abordagem preventiva e curativa da Agricultura Orgânica. A maioria não busca essas práticas, mas acredita nos resultados e ainda corrobora o conceito de prevenir doenças através de uma alimentação saudável⁵³:

⁵² A "Índia" é uma curandeira sensitiva, famosa na região. Vive em Rio Fortuna e a ela são atribuídos poderes de diagnóstico com a simples presença da pessoa e seu tratamento consiste em dieta com frutas e verduras além de fitoterápicos.

⁵³ As primeiras formas tradicionais de medicina, a Medicina Tradicional Chinesa e a Medicina Aiuurvédica têm na alimentação saudável e equilibrada a base de seus conceitos de promoção de saúde e prevenção de doenças. A OMS desenvolve um programa de Medicina Tradicional incentivando essas práticas médicas como alternativa sustentável e como ferramenta para proporcionar acesso a atendimento de saúde de qualidade em países em desenvolvimento. Ver : <http://www.who.int/medicines/organization/trm/medad-trm.jpg> Acesso 2 jan 2004.

Ah funciona pro animal e pra nós também. Mas o que manda (na saúde) é a alimentação. Se for bem alimentado, fica difícil pegar doença (agricultor, 38 anos, parênteses da autora).

O tratamento natural é perfeito, mas hoje a própria alimentação tá fazendo isso (agricultor, 28 anos).

Saudável a gente é. Não tem poluição, comendo sem agrotóxicos isso é saudável (agricultor, 38 anos)

De forma geral a dieta dos agricultores entrevistados pode ser considerada boa com respeito à origem dos alimentos. A ingestão de alimentos frescos e naturais, pouco processados industrialmente (com exceção dos óleos e cereais, sal e açúcar refinados), adaptados à cultura local e produzidos sem a utilização de contaminantes, configura um novo padrão de qualidade que vem sendo discutido, com base na origem local orgânica e nos alimentos “limpos” e frescos (AZEVEDO, 2003; FALLON, 1999).

Ao avaliar quantitativamente a dieta das famílias dos agricultores entrevistados, constata-se que o conteúdo de fibras provenientes de cereais integrais é relativamente baixo na dieta. Porém a utilização de arroz e farinha de trigo refinada é complementada pelo consumo de outras fontes alimentares de fibra: feijão, farinha de milho, alguns vegetais, como o repolho e couve e frutas da época. A baixa ingestão de frutas frescas e saladas cruas pode gerar a carência de algumas vitaminas, minerais e fitoquímicos.

O consumo de proteína animal é equilibrado, com fontes variadas de ovos, leite e carnes de porco e frango. A ingestão de gordura à base de banha de porco é adequado à região, sendo a banha uma gordura natural e de boa origem, consumida nessa região montanhosa de clima semitemperado e ajustada às referências culturais dos agricultores. Dentro de uma dieta equilibrada em fibras, associada ao baixo sedentarismo, pouco uso do fumo e baixo nível de estresse, a banha não se apresenta como agravante das doenças cardiovasculares. Entre os entrevistados não houve casos de doenças cardiovasculares ou disfunções afins como obesidade, hipertensão e diabetes⁵⁴.

⁵⁴ Seguindo as tendências nacionais, no ano de 2002, os dados do SIH apontam as doenças cardiovasculares como a segunda principal causa de hospitalização no município (Médico de Santa Rosa de Lima, 2003). Com base nesses dados, o contexto de saúde cardiovascular encontrado entre os agricultores avaliados não pode ser estendido aos habitantes de Santa Rosa de Lima.

O maior desequilíbrio quantitativo alimentar verificado foi no consumo de açúcar e farinha de trigo refinados. O consumo excessivo desses alimentos pode ser uma das causas do alto índice de cáries e de doenças chamadas “reumáticas” (artrose, reumatismo e osteoporose) verificado entre a população observada.

Os produtores entrevistados relatam boa mobilidade, capacidade de trabalho e independência. São ainda jovens, com média de idade de 35 anos, mas foram comuns relatos de dores nas costas e artrose entre a população observada e entre alguns dos entrevistados. Isso é atribuído ao carregamento de peso e à posição vertical por horas seguidas, próprias do tipo de atividade agrícola. As doenças reumáticas, em geral, também podem ter origem genética e alimentar. A osteoporose, artrose e alguns tipos de artrite são associados a uma dieta rica em alimentos refinados e açúcar (PAGE, 1999).

Os produtores relataram, em geral, boa atividade cerebral e facilidade para aprender e reter novos conhecimentos. Três dos entrevistados dizem ter uma “memória fraca, tem que anotar as coisas” (agricultor, 44 anos).

Entre a população idosa também se percebeu boa mobilidade e disposição para o trabalho. Com a média de idade de 70 anos, eles continuam realizando serviços na propriedade, ajudando os filhos e netos:

Vou mancando, mas vou fazendo tudo que preciso fazer. Ficar parado é que mata (pai de agricultor, 72 anos).

Tenho dor nas costas, mas faço um pouco de tudo por aqui. Ajudo, devagar agora (mãe de agricultor, 64 anos).

Minha mãe (68 anos) é que faz tudo na casa. Se bobear ela faz mais que a gente (agricultor, 38 anos, parênteses da autora).

Acredita-se que as atividades profissionais menos sedentárias propiciam maior mobilidade ao longo do tempo. A falta de exercícios físicos, a utilização prioritária de carros e outros meios de transporte motorizados e as atividades sedentárias, comuns nos centros urbanos estão relacionados à problemas de mobilidade diagnosticados em faixas etárias cada vez mais jovens (USDHHS, 2000).

Segundo os entrevistados, o uso do fumo (tabaco) é raro entre eles. Da mesma forma, não houve nenhum relato de consumo regular de álcool entre os agricultores casados; apenas dois deles, solteiros, relatam uma ingestão regular nos fins de semana.

Uns bebem por aí, né. Mas não é bem visto a cachaçada aqui não (pai de agricultor, 72 anos).

Entretanto, segundo entrevista com o médico do município a taxa de alcoolismo é alta entre a população. Ele menciona um estudo ainda não publicado realizado na escola da região de Santa Rosa de Lima, que verificou que as crianças começam a ingerir as primeiras doses de álcool ao redor de nove ou dez anos de idade.

De acordo com o presidente da AGRECO, o consumo de álcool sempre fez parte das festas e situações sociais dos colonos alemães, como um “ingrediente indispensável”. Ele ressalta ainda que, como em outras populações rurais onde o consumo do álcool é desequilibrado, a falta de perspectiva social e a descaracterização da identidade do agricultor colaboraram para o aumento do consumo, que saiu do âmbito da “bebedeira social” para o alcoolismo. A aceleração da infância e a exposição precoce de crianças ao mundo adulto podem contribuir para o consumo de álcool na infância, porém a maior incidência é verificada entre os jovens como busca de afirmação e segurança. Segundo o presidente da AGRECO, o consumo de álcool entre os moradores de Santa Rosa de Lima não é alarmante, tampouco se diferencia de outras populações rurais.

Os entrevistados relataram sono regular e ininterrupto, com uma média de sete horas por noite. Os agricultores acordam entre 5h30 e 6h30 e dormem pouco depois das 21h30. A intensa atividade física do dia contribui para um sono profundo à noite.

Insônia? Quem trabalha pesado não tem isso não (agricultor, 38 anos).

Caio na cama, à noite, que nem vejo mais nada. Cansaço mesmo (agricultor, 38 anos).

Um ritmo regular entre sono e vigília é associado a uma vida saudável e é uma condição essencial de saúde. A imensa atividade catabólica durante a vigília acarreta o retorno incisivo à inconsciência do sono que, muito além de uma simples situação de repouso, é uma ativa fase curativa do organismo. Paracelso (1493-1541), no século XVI, falava do sono como o nosso “médico interior” (BÜHLER, 1987, p.6).

Se observados em conjunto, os dados pesquisados (relato de dores, uso de medicamentos, frequência de tratamento, qualidade da dieta, mobilidade, atividade cerebral, sedentarismo, uso

de fumo e álcool e ritmo de sono e vigília) podem caracterizar o estado de saúde dos agricultores, o que não seria possível se os mesmos fossem estudados isoladamente. Porém, somente estes indicadores não determinam a qualidade de vida dos agricultores pesquisados. No estudo, a qualidade de vida dos agricultores foi percebida para além dos limites das condições de saúde e integridade física, partindo da premissa que a noção de qualidade de vida está intimamente relacionada à expectativas individuais e tem suporte em dimensões subjetivas que serão exploradas no item 2.6.2. Serão relacionados os aspectos sócio-ambientais e culturais de saúde, considerando o entrelaçamento e a amplitude de seus domínios.

2.6.2. Qualidade de vida e agricultores familiares orgânicos: aspectos sociais, ambientais e culturais

Com o objetivo de avaliar o sentimento de “inferioridade secular do camponês”, o primeiro conceito subjetivo observado foi o de auto-estima (KAYSER, 1987 apud WANDERLEY, 2000, p.114). Perguntou-se aos agricultores: “se vocês pudessem mudar algo no seu corpo ou no seu jeito de ser, o que desejariam?”. Com relação à sua percepção corporal, física, demonstraram uma relação de aceitação de seu corpo e pouca vontade de mudar algo em si mesmos:

Não precisa mudar nada. A gente nasceu assim, a gente deveria ficar assim. Não tem que mudar. Nem modo de ser, nada (agricultor, 38 anos).

Ah, tá bom assim né? (agricultor, 38 anos).

Nunca pensei nisso não (agricultor, 44 anos).

Entre os entrevistados somente as mulheres relataram querer mudar algo no corpo. Uma agricultora mencionou o desejo de “ser loira” e a outra, a única agricultora que já viveu na cidade, fora do ambiente rural, deseja “um corpo melhor, sem barriga”.

Com relação à mudanças no modo de ser, quatro relatam que gostariam de se expressar melhor e superar a timidez. Essas respostas tiveram um tom confidencial e foi um momento tocante da entrevista:

(...) falar melhor as coisas; (agente) sabe como é, mas não consegue explicar certinho; isso teria que mudar. Queria mesmo era falar como (Fulano) que se expressa tão bem (agricultor, 38 anos, parênteses da autora).

Eu queria saber conversar mais, ser mais alegre (agricultora, 38 anos).

Eu queria ser mais falante (agricultora, 32 anos).

Eu queria ter mais coragem pra falar (agricultor, 44 anos).

No âmbito das relações sociais ocorre um processo recente na região atribuído principalmente ao desenvolvimento da Agricultura Orgânica e do agroturismo. Os agricultores têm sido alvo de inúmeras pesquisas acadêmicas⁵⁵, de entrevistas com jornalistas, de técnicos da área de agricultura e turismo, todos atraídos pela implantação dos novos sistemas produtivos na região. Além disso, há o contato direto com turistas, que passaram a visitar a região.

Tais contatos parecem incitar a exposição, o desejo de melhorar suas formas de expressão e de manifestação de suas necessidades:

Quando eu vi eu tava lá na frente e tive que falar pra um monte de gente. E falei! Foi bom (marido de agricultora, 38 anos).

O que mudou na qualidade de vida desses agricultores foi o fato de eles terem se tornado pessoas dispostas a fazer intervenção, como qualquer cidadão integrado ao processo social. O agricultor participando do processo. Quando ele questiona o que está havendo, critica os processos, ele está se comprometendo com um novo processo; fazendo a parte dele no seu compromisso de querer melhorar de vida (Presidente da AGRECO).

Para Paulo Freire, o diálogo e a possibilidade da expressão são exigências existenciais e “existir humanamente é pronunciar o mundo” (FREIRE, 1987, p.24). A possibilidade de expressar seus desejos de “falar melhor as coisas, saber conversar, ser mais falante e ter mais coragem” (agricultor, 38 anos) indica uma mudança de consciência do papel do agricultor familiar na sociedade e na sua auto-estima. Percebe-se que o agricultor, ao se sentir valorizado, cultiva em si mais confiança e é estimulado a interagir no seu meio. Esse relato explícito foi

⁵⁵ Entre elas: ANDRADE (2003); GUZZATTI (2003); HEUSER (2003); JACQUES (2003); MULLER (2001); LUZZI (2001); SALES (2001).

encontrado no trabalho de Heuser (2002) que pesquisou qualidade de vida e agroturismo entre agricultores da AGRECO:

Eu vejo que as pessoas estão valorizando isso que eu estou fazendo, que eu estou certo, elas passam confiança pra gente, aumentam a nossa auto-estima. Às vezes um professor da universidade, um doutor, até mesmo outros agricultores que chegam e dizem que isso é bom, que a comida é gostosa, é saudável, que isso aqui é que é qualidade de vida, faz com que a gente se sinta até orgulhoso. Resumindo em poucas palavras, isso dá confiança, auto-estima, tu tens a certeza de que isso que tu estás fazendo está certo. Pra mim o que marca mais é isso (agricultor apud HEUSER, 2002, p.101).

Verhelst (1994) dissertou sobre a auto-estima, sugerindo o cultivo dessa qualidade como uma forma de estímulo à ação e a interação do ser humano com o seu meio:

Antes de tudo, procura a auto-estima das próprias pessoas. A auto-estima é a condição *sine qua non* de qualquer forma de realização, quer seja pessoal ou coletiva. Sem um mínimo de consciência do próprio valor e das suas capacidades, sem uma confiança serena nos seus próprios recursos e meios, o indivíduo mantém-se inerte e sem voz, no sentido figurado ou mesmo, por vezes, no sentido literal. Paulo Freire analisou esta "cultura do silêncio" que caracteriza as sociedades dependentes e emudecidas. Este silêncio e esta apatia resultam nomeadamente da perda de auto-estima enquanto sociedade. Se receber incessantemente a mensagem de que é atrasada, ignorante, incapaz, não-competitiva, preguiçosa, marginal, sub-desenvolvida, arcaica, etc., a população acabará por interiorizar esta mensagem e comportar-se em conformidade com esta imagem negativa. Pelo contrário, a afirmação do seu valor e do seu potencial propicia a criatividade e a ação (VERHELST, 1994, p.1).

Desenvolver a auto-estima e a aceitação de si próprio são formas de expressar a satisfação com o meio em que se vive. Condições de desemprego, insegurança afetiva ou financeira, medo de violência, temores em relação à saúde e incredibilidade na esfera política podem gerar em uma pessoa uma espécie de crescente instabilidade emocional que vai do sentimento de pessimismo até a apatia e abulia⁵⁶, onde se alcança o mais baixo nível de auto-estima (BARBOSA, 1996).

O meio social da comunidade estudada é bastante acolhedor. Eles se sentem apoiados pela família e também pelos amigos e vizinhos próximos. O espírito familiar e social, a noção de família, o sentimento dos deveres de cada indivíduo, o respeito aos mais velhos e a segurança

⁵⁶ Abulia é uma alteração patológica que se caracteriza pela diminuição ou supressão da vontade em seu sentido mais amplo (BARBOSA, 1996, p. 199).

afetiva que mantinham as comunidades teuto-brasileiras observadas por Roche (1969), também constituem a base da racionalidade camponesa no que diz respeito à lógica familiar. A fusão nas comunidades locais, como a família e grupos de família da mesma vila são uma tendência das colônias alemãs (ROCHE, 1969). Essa tendência, bem como a relação próxima e afetuosa com a família, filhos e irmãos, e também com os pais idosos, aparece com frequência entre os entrevistados e a população observada. Foi muito comovente perceber a relação de respeito com os mais velhos e a proximidade entre os membros da mesma família:

Sozinho a gente não se sente aqui, não. Tem muita família pra ajudar e pra contar (agricultor, 28 anos)

Tem muito parente por aqui. Morar com a mãe é bom... a gente não precisa de cuidar dela, ela é lúcida. Ela é que cuida da gente. Mas, quando precisar, eu cuido dela, ué! (agricultor, 38 anos).

Eu nem sei sabia que existe isso (asilo para idosos) e nem o que era é isso. Só na cidade mesmo... (esposa de agricultor, 37 anos, nosso parênteses).

O apoio de amigos e de familiares determina uma dimensão importante de qualidade de vida que diz respeito à segurança afetiva. O ser humano é um ser social e vivenciar essa condição determina sua motivação para realizar coisas, trabalhar, dividir seu espaço e crescer, a partir das referências de trocas afetivas.

Os pesquisados relataram que gostam de viver onde estão e que não mudariam para outro lugar. "Nunca pensei nisso", afirmou um agricultor de 44 anos. "Gosto de ficar aqui, não sou escravo", disse outro de 38 anos. Optar por onde se quer viver e viver com quem se gosta são fatores que determinam uma condição de satisfação, base de um viver saudável.

Entre os filhos adolescentes dos agricultores pesquisados, também é visível a boa relação com o lugar e com a família. Quatro deles, interrogados sobre o desejo de viver em outro lugar, responderam gostar muito da região. Eles relataram que têm a intenção de sair para estudar na capital, para fazer faculdade, cursos de computação ou aperfeiçoamento e de voltar para trabalhar nas agroindústrias e nas propriedades dos pais. O estudo de Jacques (2003) menciona a valorização do espaço rural de Santa Rosa de Lima por parte dos jovens locais como tendência oposta ao êxodo rural de jovens, observado em várias regiões do país. Neste sentido, indica que os projetos desenvolvidos pela AGRECO "favorecem a reprodução social camponesa" e apontam uma futura revitalização do rural por parte desses jovens (JACQUES, 2003, p.49). Projetos

desenvolvidos nessa perspectiva apostam no surgimento de um novo contexto de qualidade de vida no meio rural.

O presidente da AGRECO, nascido na região, também observou essa tendência entre os jovens:

Enquanto filho de agricultor, eu percebo um sentido de retomada. Como filho de agricultor, eu tenho recordações muito positivas da infância em Santa Rosa de Lima, de meus pais agricultores que, mesmo com dificuldades financeiras, garantiam para seus filhos uma condição de vida segura. Segurança na vida... Relação e uma vivência rica com a natureza. Então, ver esses agricultores oferecer isso a seus filhos, eu vejo como uma retomada significativa na qualidade de vida. Porque esses filhos querem voltar ou ficar por perto, na medida em que a perspectiva de vida melhorou. Essa ambição boa de querer mais é regra hoje; os filhos querem estudar. Filhas de agricultores das Encostas da Serra que trabalham como doméstica na capital, mas que fazem junto o cursinho pré-vestibular e conseguem passar na Universidade Federal. Acredita que é possível. Os agricultores acreditam que são diferentes, mas que não precisam ser tão desiguais (Presidente da AGRECO, 2003).

Foi observado o fato de os agricultores de ambos os sexos dividirem responsabilidades comuns no trabalho na propriedade. Um dos objetivos do projeto de agroturismo para os agricultores familiares da AGRECO, além de estimular a Agricultura Orgânica, era o de gerar trabalho e renda para as mulheres nas propriedades. Segundo Heuser (2003), as mulheres encarregam-se hoje da maior parte das atividades de agroturismo. Isso gera, além de maior renda e participação feminina na associação, uma sobrecarga de afazeres, uma vez que as mulheres também são responsáveis pelos serviços domésticos e pelo bem-estar da família. Jacques (2003) observou esse fato na sua pesquisa com agricultoras orgânicas e apontou a oportunidade de formas igualitárias de trabalho e opções de atuação fora do ambiente doméstico como tendências urbanas que se estabelecem no meio rural.

Somente uma das agricultoras continua estudando e se preocupa em obter novos conhecimentos dentro do sistema de ensino municipal. A preocupação dos agricultores com sua formação é percebida pela grande participação no Centro de Formação. Trinta associados estão envolvidos nas atividades desse centro e quatro dos agricultores entrevistados participam delas.

Quando questionados sobre oportunidades de adquirir novas informações, dois agricultores percebem o contato com a AGRECO e com o agroturismo como uma oportunidade para aprender coisas novas e conhecer pessoas:

A gente sempre plantava pra comer. Então a agricultura orgânica só tirou o agrotóxico. Mas o que mudou muito foi com o resto... Isso deu uma mudança de vida grande. Só com a agricultura orgânica e o agroturismo vinha novos conhecimentos, outras pessoas. Antes a gente passava o mês inteiro e não via uma pessoa diferente se não saía da sua casa. Hoje não, (a gente) vê, recebe as pessoas e conhece outras regiões, como elas vivem falando. Fala como é aqui e elas falam como é que é lá. É tipo uma escola (agricultora, 38 anos).

Mudou que a gente tem uma perspectiva de vida. Antes a gente não tinha. A gente plantava fumo, por plantar. Empurrava com a barriga. (...) a gente tá como que na faculdade. Tem horas que dá medo, (tem horas) que a gente acredita mais, tem horas que acredita menos (agricultor, 28 anos, parênteses da autora).

Para todos os agricultores, o fator renda não se configurou como aspecto positivo de permanência no sistema orgânico de produção. Todos demonstram insatisfação e muita preocupação com a forma de comercialização de seus produtos:

No sistema de venda que tá agora... A gente não tá recebendo. O problema tá na comercialização... (agricultor, 38 anos)

A venda dos produtos podia ser mais (agricultora, 38 anos)

Se a gente conseguir vender mais, o resto tá tudo bem (agricultora, 32 anos)

Pode melhorar na questão financeira, vendas, uma condição boa, alguma outra coisa que tá faltando, um computador. Ter um plano de saúde formado pela própria associação. A gente sempre quer mais (agricultor, 28 anos).

Olha trabalho tem... No momento devia ter uma renda mais garantida, mais fixa. Que a gente soubesse que vai dar... Do trabalho eu não me queixo, eu não me importo de trabalhar (agricultor, 44 anos)

Pra melhorar?...Primeiro lugar administrar a coisa um pouco melhor, aproveitando os recursos naturais que dá prá aproveitar e depois disso vem quase por si o resto (agricultor, 28 anos).

Chamou atenção a distância que eles mantêm da associação quando referem-se às questões de comercialização. Todos se referem a AGRECO como um terceiro e nunca falam “nós” ou “nós da AGRECO”: Apesar do objetivo desse trabalho não ser o de avaliar a relação dos agricultores com a AGRECO, pode-se dizer que essa relação não parece estável e a dinâmica da mudança de vida por que passaram os agricultores, desde o início do processo associativo, ainda não é totalmente compreendida por todos. Em muitos momentos das entrevistas, a AGRECO foi mencionada como entidade externa, não incorporada à vida dos agricultores. Os agricultores

usufruem certas mudanças ocorridas em suas vidas a partir da associação com a AGRECO, mas se colocam como externos ao processo, prontos a “largar o barco se ele afundar” (agricultor, 38 anos).

(...) O grande problema da Agreco é a comercialização. As barreiras que estão no meio. Nós deixamos pela Agreco. Se eles não venderem, não colocarem na merenda, a gente vai colocar noutro lugar. Eu não queria sair fora da Agreco (...) (agricultor, 38 anos).

Com certeza uma renda adequada contribui para a segurança financeira, para a auto-estima e para a melhoria da qualidade de vida do agricultor familiar. Para avaliar as dificuldades econômicas por que passam os agricultores familiares orgânicos pesquisados é importante remeter à dinâmica da associação apresentada anteriormente.

As noções de que a Agricultura Orgânica não é percebida somente como sistema produtivo e que o aspecto financeiro não é o maior motivo de permanência na atividade já foram verificadas em pesquisa sobre o perfil dos agricultores orgânicos em Santa Catarina (OLTRAMARI; ZOLDAN; ALTMANN, 2002). Essa constatação pode levar ao reconhecimento da Agricultura Orgânica como promotora de desenvolvimento rural, a partir das premissas que remetem ao resgate cultural e dos valores locais. Nesse prisma, a AO torna-se um instrumento de promoção de qualidade de vida.

Considere-se que, de forma geral, o meio rural é, hoje, associado a uma melhor qualidade de vida, especialmente pelos habitantes das cidades. Esse fato contribuiu para valorizar as tradições e a cultura do homem do campo. Essa valorização é, também, uma oportunidade para o agricultor familiar reforçar sua identidade e redescobrir sua própria cultura de origem, que foi parcialmente descaracterizada durante o processo de transição agrícola⁵⁷ que se estabeleceu na região:

(...) Eu... a família aprendeu muito depois que começou (com AO e o agroturismo). Sentiu-se até melhor... recebe as pessoas, elas gostam do que a gente faz. Antes eu fazia lasanha, quando vinha turista. Agora, faço *gemüse* (prato a base de repolho ou couve e batatas cozidas) com carne de porco e o povo adora. E eu pensei: nossa, eles gostam do que é nosso jeito (agricultora, 38 anos, parênteses da autora).

⁵⁷ Ver pesquisa de MULLER(2001) sobre o processo de transição agrícola de Santa Rosa de Lima.

A prática da Agricultura Orgânica e o contato com a associação parecem ter trazido à consciência a importância do papel do agricultor, que repercute na sua auto-estima e na descoberta do seu lugar na sociedade:

Se um agricultor deixa a roça é um problema: mais um desempregado na cidade. Mas se um agricultor orgânico deixa a roça, tem dois problemas: mais um desempregado e outro problema para todos, porque se deixou de cuidar da natureza, do ambiente, das águas (agricultor, 38 anos).

Além do enfoque de valorização da identidade do agricultor familiar, a Agricultura Orgânica se estabelece como proposta de desenvolvimento sustentável, não somente com bases produtivistas ou de retorno financeiro, mas considerando seu potencial em promover mudanças na qualidade de vida do agricultor familiar:

O serviço não é mais tão pesado... Não mudou muita coisa... A mentalidade mudou. A gente tem mais consciência que se usa agrotóxico tá prejudicando a si e aos outros e que tem que preservar a natureza.(...) (agricultor, 38 anos,).

Eu me sinto seguro. Não é que se pode dizer tal dia eu tenho tanto dinheiro pra tal coisa... Isso não! Mas eu acho que dá pra viver melhor agora, (agricultor, 38 anos).

Não melhorou muito em questão de dinheiro, mas a qualidade de vida, o trabalho e o conhecimento, isso mudou bastante. (...). Isso é uma forma... não de dinheiro. Podia ser melhor de dinheiro. Mas a gente tem que olhar esse lado, não só financeiro (agricultora, 38 anos).

Mudou que a gente tem uma perspectiva de vida. Antes, a gente não tinha. A gente plantava fumo... Por plantar. Empurrava com a barriga... (agricultor, 28 anos).

Muller (2001) corrobora essa visão quando disserta sobre a adoção da Agricultura Orgânica como propulsora da qualidade de vida que supera a racionalidade meramente produtivista da agricultura:

Neste sentido, é de fundamental importância para o agricultor familiar a possibilidade de poder construir um "ambiente saudável", em relação ao lugar que optou para trabalhar, mas também para viver. Assim, pode-se dizer que a prática agroecológica, de certa forma pode fazer juntar "o útil ao agradável", contribuindo para a realização do agricultor familiar não somente na esfera produtiva e econômica, mas também enquanto sujeito "social e cultural", mediante a possibilidade de resgatar ou mesmo de reproduzir os atributos de sua "campesinidade", enfim, de seu "modo de vida".(...) Essas representações

também ultrapassam a realização econômica como a principal dimensão da produção agroecológica (MULLER, 2001, p.188-189).

Como visto, todos os agricultores pesquisados trabalharam no passado com a fumicultura. A maioria buscou outra atividade antes da produção orgânica. Ou seja, a opção pela AO não substituiu imediatamente a fumicultura, com exceção de um dos entrevistados que saiu diretamente do cultivo de fumo para a produção orgânica. Ficou claro que esse cultivo não dava nenhum prazer aos agricultores e não fazia parte de sua cultura agrícola:

(...) Antes eu trabalhava com fumo...Trabalhar comum é terrível, né? A gente passava mal, assim e enjoava do fumo, dava muita dor de cabeça. Hoje a gente não sente mais nada disso. A gente conhece coisas diferentes, mais pessoas. Quando eu trabalhava com fumo, eu detestava trabalhar na roça. Hoje não. Hoje eu gosto (agricultora, 32 anos).

(...) ver a porca solta, que cria os filhos sem dor... Sozinha... Produção orgânica é mais barata e eu fico mais satisfeito, com menos trabalho (...) Nunca gostei de usar agrotóxico... Gostei desse lado orgânico. Nunca gostei do porco preso dentro da granja. O porco é estressado, sem poder caminhar. É até mais prático o orgânico. É um jeito fácil de fazer dinheiro, o orgânico. Porque produzir na propriedade não precisa fazer grande quantidade (agricultor, 38 anos).

O trabalho hoje é mais tranquilo. Não mexer com veneno e ser um trabalho bom, um trabalho limpo, assim... Que o fumo é bastante sujo! Primeiro usava veneno em pó; depois veio o líquido que não contamina tanto e prejudica menos. E a gente gosta assim (agricultor, 44 anos).

Muller (2001) questiona o que levou grande parte dos agricultores de Santa Rosa de Lima a desistir do cultivo do fumo e concluiu que “além das implicações e prejuízos à saúde, do trabalho exaustivo e do fato do fumo não se prestar ao consumo humano, nem animal, não era uma atividade que, segundo os entrevistados, *se fazia com gosto...*”. Sua pesquisa apontou a opção pelo sistema orgânico de produção como uma alternativa que mobilizou os agricultores familiares. Essa opção foi tomada não somente a partir de valores de ordem econômica, mas primordialmente por valores fundamentais como o resguardo da saúde e a busca de uma atividade mais gratificante e prazerosa (MULLER, 2001, p.111).

Ter um trabalho dignifica a vida de um cidadão e fazer o que se gosta e ter a liberdade para tal é um dos grandes desafios a serem alcançados na promoção da qualidade de vida. Ben Okri, escritor nigeriano, disserta sobre esse desafio:

O problema de nosso mundo não é só que há muitas pessoas despreparadas ideologicamente, nosso problema é que há muitas pessoas inadequadas para seus trabalhos. Elas não seguem sua verdadeira natureza (...). Muitas pessoas estão em atividades que não condizem com sua natureza. Essa não é a melhor forma para elas contribuírem com esse mundo. Quando você está em conflito com sua vocação, você adquire uma visão distorcida do mundo. E quando doa, sua contribuição acaba distorcida também. (...) (OKRI, 2003, p. 20 -22).

A insatisfação no trabalho e a infelicidade geral são fatores considerados na etiologia de doenças (WAITZKIN, 1980). Os agricultores entrevistados expressaram sua satisfação em trabalhar e viver desse trabalho, relacionando essa condição a uma situação de saúde e qualidade de vida, já apresentada anteriormente. Muller (2001), relata a satisfação dos agricultores ao deixar a fumicultura e passar à produção agroecológica. Essa transição permitiu o resgate de uma forma de trabalhar com mais prazer e satisfação, com conseqüências na auto-estima e bem-estar do agricultor.

Para alguns agricultores, ser saudável depende do tempo dedicado ao lazer e isso se configurou como uma necessidade, especialmente entre os dois agricultores solteiros.

Tem que ter lazer, ter o horário de serviço e também o de descanso. Hoje isso não é possível, então não é saudável (...) A gente tá trabalhando mais... 16, 18 horas por dia... Agora, com o frigorífico, sem poder pagar empregado, tem que cuidar da propriedade também... As duas atividades... A gente tenta pra ver se melhora, mas tá mais difícil. Pelo menos, no outro serviço chegava sábado e domingo não tava trabalhando direto (agricultor, 38 anos)

Ah só dá pra ter qualidade de vida se tiver conforto, um bom carro pra sair e passear (...) (agricultor, 28anos).

Percebe-se que as necessidades e a noção de qualidade de vida ligada ao lazer dependem da faixa etária e do estado civil.

Nos fins de semana, quatro entre os entrevistados relatam apenas o dia de domingo como livre e a principal atividade de lazer são as visitas familiares. Dois entrevistados solteiros relatam que a partir de sábado à tarde, durante o domingo e pelo menos uma noite na semana freqüentam festas e jogos de futebol no “Clube da Quinta”. Nenhum agricultor entrevistado tira férias anuais:

Tem dias que dá [pra descansar], mas a gente sai pouco...Visita parente. Mas férias, nunca tirei férias. Sai de manhã, volta à noite (agricultor, 38 anos, parênteses da autora)

Lazer é com família, na casa de irmãos, cunhados... (esposa de agricultor, 44 anos).

A religião dominante dos entrevistados é o Catolicismo. A participação em missas dominicais é ocasional, uma a três vezes no mês. Somente um dos entrevistados relatou participação fora das missas, em encontros de casais promovidos pela igreja. Eles continuam a freqüentar a igreja porque nela se casaram e/ou foram batizados ou porque seus pais assim o faziam. A grande maioria não reza todo dia, mas acha importante o vínculo com a instituição católica como uma forma de preservar relações sociais e de manter a tradição familiar:

(...) não vou todo domingo, sou meio relaxado... 40% a gente vai... Também parece que influencia um pouco, a religião é difícil de explicar, mas ajuda um pouco. Rezar todo dia, isso não. No certo, deveria... Mas se não fazendo coisa mal – mal pro outro – já é alguma coisa (agricultor, 38 anos).

São eles (os pais) que levam a gente pra igreja. Religiões todos devem ter e devem ficar naquela que foram batizados. Com devoção, é bom rezar. Se for pra pensar besteira, então vou pra outro lugar, saio da igreja (agricultor, 38 anos).

Já vem da família. Os avós já eram. Os pais já eram. Pra mim, religião é tudo igual (agricultor, 28 anos).

Jacques (2003) verificou em seu estudo uma influência maior das atividades pastorais católicas nas festas, reuniões e atividades de grupos de agricultores do município. A autora questiona se esta relação pode ser estendida à organização dos agricultores em geral e se ela não se constituiu “a base a partir da qual as atividades da AGRECO foram iniciadas” (JACQUES, 2003, p.51). A igreja, nesse contexto, estimula as relações sociais.

O domínio de “espiritualidade e crenças pessoal” considerado pela OMS no contexto da qualidade de vida não foi amplamente explorado nesse trabalho. É possível relacionar esse domínio com a AO a partir da faceta de “filosofia de vida”. Pesquisas de Oltramari; Zoldan; Altmann (2002) e Karam; Zoldan (2003) apontam essa faceta como fator de comprometimento com a Agricultura Orgânica. O termo em si, filosofia de vida, é amplo e não foi explorado nas pesquisas mencionadas, mas pode ser relevante à medida que se sabe que algumas correntes da AO, como a Natural de Mokiti Okada e a Biodinâmica de Rudolf Steiner⁵⁸, têm como base de

⁵⁸ A agricultura natural, segundo Okada, não é uma ciência como a agronomia, mas é uma ciência espiritual que tem como ponto central todos os seres vivos e como finalidade primeira, purificar e revitalizar o meio ambiente deste planeta. O alimento produzido pela agricultura natural é portador de “energia espiritual” e por isto deve ser privilegiado pelos consumidores (FUNDAÇÃO MOKITI OKADA, 1998). A filosofia antroposófica de Steiner sugere que a prática da agricultura biodinâmica é uma forma de desenvolvimento de cognição espiritual através da revitalização da terra, da produção de alimentos de qualidade que nutram corpo e espírito e do desenvolvimento de uma nova forma de relacionamento com o próximo e com o ambiente. Para Steiner (2000), manter o ambiente saudável, através da ação humana, é

suas relações produtivas propostas espirituais e religiosas baseadas na aproximação do ser humano com a natureza, promovendo, dessa forma, a autoconsciência e crescimento espiritual do agricultor orgânico.

Na articulação entre qualidade de vida e questões ambientais, percebe-se que as preocupações com o ambiente estão presentes entre os agricultores. A consciência da importância de preservar a natureza é expressa de muitas formas:

Eu tenho uma picada de mata virgem que é meu xodó. Vale que nem ouro pra mim. Aqui a gente quer preservar a natureza. Precisa ver meu irmão, no Paraná. Só campo de soja, sem árvores, sem rio limpo. Não dá pra ficar como lá. Uma judiação (pai de agricultor, 72 anos).

Agora os rios são pequenos, estão diminuindo. Já foram mais bonitos, mas com a agricultura sem veneno pode melhorar. Você acha que a falta de chuva é por causa dos venenos? (sogra de agricultora, 70 anos).

[O veneno] não fica só na lavoura. Na chuva que vem a tarde, vai tudo pro rio. O vizinho dizia que sentia, à noite, o cheiro do veneno na cachoeira. E era um rio grande... Agora melhorou. E a gente não quer mais isso (agricultor, 44 anos, parênteses da autora).

A natureza no mundo rural está para o campo assim como o ambiente arquitetônico está para o meio urbano. A natureza preservada eleva a qualidade estética deste meio ambiente tornando-o uma paisagem, e assim, uma parte integrante da cultura (KAYSER, 1994). A partir dessa constatação, avaliar o ambiente externo permite tecer considerações sobre a cultura e a forma de viver de quem o habita. Barbosa (1996) aponta a complexidade da relação entre qualidade de vida e ambiente alterado, e levanta aspectos objetivos que comprometem diretamente as condições de saúde dos seres humanos nos meios urbano e rural: poluição do ar, qualidade da água, uso de agrotóxicos, derrubada das florestas, entre outros. A preocupação com esses aspectos demonstra o senso de responsabilidade desses agricultores com a saúde individual e coletiva.

contribuir para manter o ser humano saudável, permitindo que se mantenha a terra como local de evolução espiritual até que o homem alcance estados superiores de consciência. Sob essa ótica, a prática da agricultura orgânica torna-se instrumento da revitalização do conceito de consciência espiritual e da religiosidade do ser humano ao preconizar práticas de cuidados e respeito à natureza e ao planeta, além de uma relação mais saudável e dignificante com todas as formas de vida.

Ainda dentro da noção de cuidado ambiental percebe-se que os agricultores cuidam de seus jardins, dos arredores e da higienização da casa, dos utensílios e da comida. Vestem-se com simplicidade e se preocupam com sua aparência e com a higiene pessoal e de seus filhos:

Hoje são importantes as questões de higiene e de embelezamento do local onde vivem. Os agricultores se vestem melhor. (...) São vários aspectos que demonstram que os agricultores se apropriaram do processo (Presidente da AGRECO).

Com o agroturismo, a gente tem que estar com a casa, e a gente mesmo, em ordem. Pra não passar vergonha quando chega o hóspede (esposa de agricultor, 38 anos).

Esse cuidado expressa preocupação com “os de fora” e os insere como atores importantes no processo de apreensão do território. Pensar o resgate da identidade e do território rural implica repensar as relações urbano-rurais, que necessitam ser renovadas. Os atores urbanos tornam-se “fios condutores” desse processo, atuam como agentes cooperadores da revitalização do meio rural, valorizam os agricultores e os estimulam a travar novos contatos e encontrar outras realidades:

Quando as pessoas elogiam nosso trabalho, nossa casa, nossa comida, nos sentimos muito valorizados. Eu acho que essas pessoas que vêm são muito importantes porque vai valorizando o lugar, o lugar vai indo para a frente. Eles vêm vindo e incentivando também, pois eles também incentivam a gente. A gente recebe mesmo de coração, fazemos o que podemos para agradá-los (agricultor apud HEUSER, 2002, p.103).

Ah, aqui vem gente do Canadá, da França... e a gente fica pensando, quando que esse povo vinha aqui antes? Aí abrem oportunidades pra gente ir, pros nossos filhos conhecerem outros lugares. Isso mudou muito de uns tempos pra cá. Antes não vinha ninguém de fora. A gente conhecia todo mundo. Agora passa gente por aqui e nem sei quem é. Vou pra Florianópolis e conheço um monte de gente lá. Minha filha já tem onde ficar pra estudar no cursinho. Isso é bem bom (agricultora, 38 anos).

Meu irmão me falou que era loucura abrir pousada na casa e receber gente estranha, de fora. Eu disse pra ele: quem vem é às vezes melhor do que quem mora aqui. E a gente conhece tanta coisa nova, de outros lugares... Eu gosto de conversar com os turistas. Até agora só veio gente boa (pai de agricultor, 72 anos).

O estudo exploratório ajudou a estreitar a relação entre qualidade de vida e Agricultura Familiar Orgânica proposta nesse estudo. As práticas alimentares, de rotação de culturas, de

reciclagem do lixo, de policultura à criação animal, de associativismo, entre outras, herdadas dos seus antepassados alemães⁵⁹ foram valorizadas dentro da ótica do sistema orgânico de produção oportunizando a valorização de manifestações culturais tradicionais e o cultivo da consciência ambiental e social dos agricultores familiares. A promoção da qualidade de vida no que diz respeito à obtenção de renda satisfatória e equilíbrio econômico apresenta-se ainda como uma faceta de qualidade de vida a ser conquistada. Também a compreensão mais plena do processo associativo e do papel do agricultor nesse contexto apresenta-se como um desafio dentro da proposta.

As facetas mais subjetivas não foram relacionadas pelos agricultores como aspectos de qualidade de vida. Entretanto, elas foram nesse estudo, percebidas como tais e valorizadas como aspectos determinantes de uma vida com qualidade. Entre elas está a convivência dos agricultores dentro de um contexto de segurança afetiva, com base em relações sociais e familiares sólidas e estáveis. Também o fato de estarem atualmente vinculados a um trabalho mais prazeroso e reconhecido socialmente, pode apontar um aspecto importante da relação qualidade de vida e AFO. Por fim, a capacidade de expressar seus desejos que quebra a cultura do silêncio secular imposta aos excluídos socialmente e sinaliza uma mudança na auto-estima e no papel desse agricultor familiar na sociedade.

A pesquisa evidenciou a prática da AFO como uma estratégia na promoção da qualidade de vida no meio rural e sinalizou a complexidade da relação entre qualidade de vida e Agricultura Familiar Orgânica.

O estudo exploratório apontou a importância de considerar a inter-relação dos aspectos objetivos e subjetivos nos estudos de qualidade de vida de uma população. Essas inter-relações são dificilmente percebidas quando se avalia qualidade de vida por meio de índices e indicadores. A pesquisa qualitativa interdisciplinar aparece como um instrumento efetivo para explorar a complexidade das relações encontradas no contexto de pesquisa em qualidade de vida no mundo rural.

⁵⁹ A pesquisa de Muller (2001) enfoca, em diversos momentos, como o agricultor da região de Santa Rosa de Lima abandonou muitas vezes sua tradição cultural, mas não modificou sua racionalidade de “colono alemão”. O agricultor desistiu de algumas práticas por imposição do mercado, mas não perdeu sua “lógica de organização baseada em um alto grau de auto-suficiência e na manutenção de um patrimônio sócio-cultural, calcada nos princípios da *campesinidade*, citando o termo utilizado por Wortmann” (WORTMANN,1990 apud MULLER, 2001 p.15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho sinalizou a relação existente entre qualidade de vida e Agricultura Familiar Orgânica. O ponto de partida para discutir qualidade de vida foi a saúde. Estudos mais recentes sobre saúde, à luz de uma perspectiva sócio-ambiental e cultural, ampliam sensivelmente seu conceito e o direcionam para a noção de qualidade de vida. Esta noção, ainda em construção, é extremamente complexa e rica em dimensões subjetivas e que devem ser compreendidas dentro de uma percepção interdisciplinar e multicultural. Considerou-se nesse trabalho, que a avaliação da qualidade de vida de uma comunidade é determinada pelas suas diferenças culturais, étnicas, sociais, geográficas e etárias e que a noção do que é uma vida de qualidade varia de indivíduo para indivíduo, de acordo com suas vivências e percepções. Barbosa (1996) resume bem essa noção ao mencionar que a qualidade de vida está relacionada com a satisfação e acesso a bens básicos (educação, transporte, emprego, alimentação, saneamento ambientalmente adequado e serviço de saúde), a bens fundamentais para complementação da vida dos indivíduos (cultura, lazer e relações afetivas com a natureza e com o trabalho) e a bens ético-políticos (participação política, envolvimento nas causas coletivas, participação na gestão local da vida e cidadania).

Analisando-se o meio rural sob a ótica da agricultura, percebeu-se que o padrão produtivo vinculado a ela determina mudanças significativas na qualidade de vida dos habitantes desse meio. Avaliaram-se, nesse trabalho, as repercussões sócio-ambientais, culturais e sobre a saúde humana do Padrão Técnico Moderno de produção de alimentos e da Agricultura Familiar Orgânica. O PTM, com base no estímulo à modernização da grande propriedade tradicional, apoiou a redução da demanda relativa de mão-de-obra agrícola, inflacionou o preço da terra e

expulsou agricultores da fronteira agrícola, contribuindo para agravar as desigualdades sociais no meio rural. No plano ambiental, a abordagem produtivista desse padrão ignorou a diversidade local e interveio no meio ambiente, gerando conseqüências desastrosas sobre a biodiversidade e qualidade dos alimentos, do ar e das águas. Essas conseqüências repercutem sobre a saúde humana devido à contaminação dos alimentos e do ambiente. Considera-se também que a incidência de algumas doenças concentra-se especialmente entre a população socialmente vulnerável e excluída, a qual o Padrão Técnico Moderno de agricultura contribuiu significativamente para formar. Na dimensão cultural, o Padrão Técnico Moderno levou a uma mudança no sistema agroalimentar, voltada para o contexto urbano-industrial, próprio da modernidade. Dessa forma ele contribuiu para a uniformização dos modos de vida rural e urbano, desqualificando os saberes agrícolas tradicionais e minando a importância da manutenção da racionalidade e da identidade cultural do agricultor. Diante da análise das repercussões do Padrão Técnico Moderno nas diferentes dimensões, percebe-se a importância de se considerar o padrão produtivo como um agente determinante das condições de saúde e qualidade de vida do planeta.

A Agricultura Orgânica, ao se apresentar como um sistema produtivo que objetiva a auto-sustentação da propriedade agrícola, a oferta de alimentos saudáveis e a preservação da saúde ambiental e humana, questiona as repercussões negativas do Padrão Técnico Moderno de produção e torna-se capaz de mobilizar relações com a promoção de qualidade de vida. O trabalho enfatizou ainda a racionalidade da agricultura familiar como propícia para o desenvolvimento da Agricultura Orgânica por priorizar a maximização dos benefícios sociais para o agricultor e o respeito à sua integridade cultural. A partir dessa relação, a AO vinculada à agricultura familiar, torna-se, no meio rural, uma ferramenta de promoção de valores sociais e qualidade de vida.

Sob a ótica da AFO o meio rural pode ser revitalizado, transformando-se num lugar melhor para viver, com sua cultura e sua natureza preservadas. As discussões sobre o desenvolvimento rural são marcadas pela visão moderna, que atribui prioritariamente a qualidade de vida do agricultor ao seu acesso à tecnologia, ao progresso econômico e à segurança financeira, sem considerar as dinâmicas culturais. Percebeu-se que, além desses aspectos, para se discutir a qualidade de vida do agricultor é preciso considerar as peculiaridades do mundo rural, dentro do contexto cultural de cada comunidade. Algumas dessas peculiaridades, como a proximidade da natureza, o caráter artesanal da agricultura e o caráter das relações humanas,

embasam uma discussão fértil sobre qualidade de vida no meio rural e sobre a inserção da agricultura familiar no contexto de produção orgânica de alimentos. A necessidade emergencial de preservar o meio ambiente entra em conflito com o modelo de produção de alimentos dominante. Por outro lado, essa necessidade possibilita a convergência de olhares em direção ao mundo rural. Esses olhares perceberam, então, que as peculiaridades desse mundo passam a ser vistas como aspectos positivos de qualidade de vida. Por fim, a tendência de se perceber a agricultura como atividade biológica e não industrial (ALBRECHT, 1975) vincula a agricultura com a biologia, uma ciência da vida. Esse vínculo é essencial para se repensar a relação da Agricultura Familiar Orgânica com a promoção de vida com qualidade.

Dentro da perspectiva da AFO, o meio rural tende a se configurar como um espaço de promoção de qualidade de vida. Assumir essa premissa, além de ser uma opção mais viável ambiental e socialmente falando, pode trazer mudanças de consciência individual e coletiva para quem vive no campo ou na cidade. O rural só pode ganhar a dimensão de um espaço de promoção da qualidade de vida se o sistema produtivo adotado nesse espaço for condizente com essa noção. Um sistema produtivo que promove qualidade de vida deve ter, como prioridade, a preocupação de preservar o meio ambiente, de dignificar socialmente o agricultor, de valorizar a cultura local e o saber tradicional e de produzir alimentos saudáveis. Todos esses aspectos se inter-relacionam nas discussões de qualidade de vida e é nessa perspectiva que a Agricultura Familiar Orgânica se insere. A AFO compreendida como alternativa produtiva, como movimento social e como estratégia de desenvolvimento rural⁶⁰ pode ser também percebida como uma das estratégias de revitalização do rural com repercussões importantes sobre a qualidade de vida no meio urbano.

O instrumento metodológico da Organização Mundial da Saúde direcionou o estudo de campo exploratório com os agricultores familiares orgânicos da região de Santa Rosa de Lima, associados a AGRECO. Considerou-se também no estudo de campo a percepção individual dos agricultores sobre qualidade de vida, a partir de variáveis culturais regionais e peculiaridades do meio rural.

As articulações conceituais construídas no primeiro capítulo foram ilustradas no estudo exploratório. Entre elas, verificou-se que a percepção do significado de qualidade de vida varia

⁶⁰ Ver trabalhos de ALTIERI (1988); DA SILVA (1977); DE JESUS; DE ASSIS (2002); KARAM (2001).

para cada indivíduo e é baseada não somente em indicadores mensuráveis, mas também em aspectos subjetivos, intrinsecamente ligados à cultura de origem. Estudos futuros sobre qualidade de vida no campo necessitam considerar as especificidades individuais e focar a dinâmica cultural de cada comunidade rural.

Avaliou-se também que estudos interdisciplinares mais profundos e de longo prazo, que salientem a saúde do agricultor familiar e suas condições ambientais e sociais, poderão contribuir para ampliar a relação entre qualidade de vida e Agricultura Familiar Orgânica. O estudo de campo sinalizou que a qualidade de vida é um dos elementos essenciais na relação do agricultor familiar com a Agricultura Orgânica.

Também é necessário investigar o papel do ator urbano no fortalecimento da AFO e no desenvolvimento rural sustentável. No estudo de campo observou-se que esses atores, sejam eles pesquisadores, agroturistas, consumidores ou visitantes, atuam como propulsores das relações sociais da comunidade. Eles cooperam para o desenvolvimento rural na medida em que valorizam o trabalho dos agricultores, consomem seus produtos, estimulam-nos a travar contatos e a conhecer realidades externas. Estes fatores têm conseqüências perceptíveis na auto-estima dos agricultores. Assinala-se ainda a importância de pesquisas que caracterizem melhor esses atores sociais e ações de capacitação desse atores, tornando-os mais conscientes do seu papel de agentes de revitalização do meio rural.

Outro importante aspecto ilustrado no estudo de campo é o papel do associativismo na promoção de qualidade de vida dos agricultores. A compreensão mais plena do processo associativo e do papel do agricultor nesse processo ainda aparece como um desafio dentro da proposta de AFO, porém o estudo permitiu ressaltar a importância da relação estabelecida entre a organização social e a qualidade de vida, uma vez que o associativismo levou os agricultores não somente a um maior engajamento com a proposta da Agricultura Orgânica, mas também ajudou a promover a auto-estima e as ações coletivas. Matos (1998, p.3) aproxima as noções de qualidade de vida no campo e democracia quando declara que “quanto mais aprimorada a democracia, mais ampla é a noção de qualidade de vida, o grau de bem-estar da sociedade e de igual acesso a bens materiais e culturais”. No contexto de uma associação a organização social assume o papel da democracia, considerada como um fator determinante na qualidade de vida dos agricultores familiares. Cabe ainda destacar a afirmação de Minayo, Harts e Buss (2000, p.16) que sugerem que “a questão da qualidade de vida diz respeito ao padrão que a própria sociedade

define e se mobiliza para conquistar, de forma consciente ou inconsciente, e ao conjunto de políticas públicas e sociais que norteiam o desenvolvimento humano (...)”.

Espera-se que esse trabalho contribua para redimensionar a compreensão sobre o sistema familiar orgânico e a qualidade de vida sob a ótica do desenvolvimento rural, estimulando a mobilização dos agricultores familiares e direcionando políticas públicas que qualifiquem e dignifiquem a Agricultura Familiar Orgânica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Comentário ao texto: A irrelevância prática da agricultura familiar para o emprego agrícola. In: WORKSHOP TEÓRICO: ECONOMIA POLÍTICA DA AGRICULTURA Campinas, 1996. **Anais...** Campinas: FEA/USP-IE/Unicamp, 1996.

AGENCE FRANÇAISE DE SÈCURITÉ SANITAIRE DES ALIMENTS. Rapport sur l'évaluation nutritionnelle et sanitaire des aliments issus de l'agriculture biologique. França, 2003. Disponível em : http://www.afssa.fr/dossiers/index.asp?id_dossier=4267. Acesso em: 4 ago 2003.

AGRECO - Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral. **Estatuto Social**. Santa Rosa de Lima, 27 de dezembro de 1996. 8 p. Mimeografado.

AGRECO-SEBRAE - Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral- Serviço Brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas. **Projeto Vida Rural Sustentável**. Florianópolis, julho de 2000. 79 p. Mimeografado.

ALBRECHT, W.A. **The Albrecht Paper** - Soil Fertility and Animal Health. Kansas: Missouri, 1975. 192p.

ALLEYNE, G.A.O. **Health and the quality of life**. Rev Panam Salud Publica/PanAm/Public Health, n.9,v.1, 2001.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRS, 1998.

ANDRADE, A. P. C. **Diagnóstico de variedades locais e as razões subjacentes à prática da conservação**. Estudo de caso nos municípios de Anitápolis-SC e Santa Rosa de Lima-SC. Florianópolis, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.

ASAMI, D. K et al. Comparison of the Total Phenolic and Ascorbic Acid Content of Freeze-Dried and Air-Dried Marion berry, Strawberry, and Corn Grown Using Conventional, Organic, and Sustainable Agricultural Practices. **J. Agric. Food Chem.**, v.51, n. 5, p. 1237 -1241, 2003.

AZEVEDO, E. **Alimentos Orgânicos: ampliando conceitos de saúde humana, ambiental e social.** Florianópolis: Editora Insular, 2003.

BARBOSA, S.R.C.S. **Qualidade de Vida e suas Metáforas.** Uma reflexão sócio-ambiental. Campinas, 1996.303f.Tese (Doutorado em Sociologia).Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

BARATA, R.C.B. **A Historicidade do Conceito de Causa.** In: Textos de Apoio, Epidemiologia I. Rio de Janeiro: Ed. ABRASCO, 1985.

BONILLA, J.A. **Fundamentos da agricultura ecológica –Sobrevivência e Qualidade de Vida.** São Paulo: Nobel, 1992.

BOWLER, I; ILBERY, B. From agricultural productivism to post-productivism. In: ILBERY, B. **The Geography of Rural Change.** United Kingdom: Longman, 1998.

BRASIL. Instrução Normativa N. 007 de 17 de maio de 1999. Estabelece normas para produção de produtos orgânicos vegetais e animais. Diário Oficial da União, Brasília, n. 94, Seção 1, p. 11-19, mai. 1999.

BRASIL. Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânicas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, n.250, Seção 1,p.8, dez 2003.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável.** Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

BUARQUE, C. Qualidade de Vida: a modernização da utopia. **Lua Nova** Revista de Cultura e Política, São Paulo n. 31, p.1-22, 1993.

BÜHLER, W. **Antroposofia e Medicina: ampliação da arte de curar.** São Paulo: Associação Beneficente Tobias, 1987.

CANGUILHEM, G. **O Normal e o Patológico.** 4^o ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

CARMELLO, C. Serra da Longa Vida. **Revista Terra,** São Paulo, v.4, n.120, p.58-65, abr. 2002.

CARNEIRO, M.J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XXXV.,Natal, 1997. **Anais...** Natal: SOBER, 1997. p.53-66.

CARR, A.A; BARRY, G; ROBINSON, P. Is Quality of life determined by expectations or experience? **BMJ**, v.322, p.1240-1243, mai. 2001.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 4º ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHIARA et al. Ácidos Graxos trans: doenças cardiovasculares e saúde materno-infantil. **Rev. Nutrição**, Campinas, v.15, n.3, p.341-349, set. 2002.

COLBORN, T; DUMANOSKI, D; MYERS. J. **O Futuro Roubado**. Porto Alegre:L&PM, 1997.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C.S (org). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade.Petrópolis: Vozes, 1994. p.51-66.

CUTOLO, L. A. **Estilo de pensamento em educação médica**: um Estudo do Currículo do Curso de Graduação em Medicina da UFSC, Florianópolis, 2001.238f. Tese (Doutorado em Educação) - Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

DAHLBERG, K.A. Democratizing society and food systems: or how do we transform modern structures of power? In: **Agriculture and Human Values**, n. 18, p.135-151, 2001.

DA MATTA, R. **Explorações**.Ensaio de Sociologia Interpretativa.Rio de Janeiro: Ed.Rocco, 1986.

DA SILVA, J.G. Agricultura Sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social.In: ALMEIDA, J; NAVARRO, Z. (org) **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva de desenvolvimento rural sustentável.Porto Alegre: Ed UFRGS, 1977.p. 106-127.

_____ Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, v.15, n.43, p.37-50, 2001.

DE JESUS, E.L; DE ASSIS, R.L. Agricultura Orgânica: economicidade, ideologias e realidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XL.Passo Fundo, 2002.**Anais....**Passo Fundo, 2002.

DEFFUNE, G; SCOFIELD, H. C; LOPES-REAL, J. M. Influences of Bio-Dynamic and Organic Treatments in Income and Quality of wheat and potatoes: The Way For Applied Allelopathy. **Journal of theImperial College**. Wye: University of London, 1993.

DHIMAN, T. CLA in Confinement Meat and Milk Production fall far short of Direct Grazing. **The Stockman Grass Farmer**, v.58, n.2, p.14-16, 2001.

DO CARMO, M. S. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A.D.D.; BRANDENBURG, A (org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. UFPR, 1998, p. 215-238.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. Atlas Escolar de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991.

ETGES, V et al. **Impacto da Cultura do Tabaco no Ecossistema e na Saúde Humana na Região de Santa Cruz do Sul**. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2000. Disponível em : <http://www.galileu.globo.com/edic/133/agro2.doc>. Acesso em: 30 mai 2003

FALK, J.V et al. **Suicídio e Doença Mental em Venâncio Aires** – Conseqüências do uso de Agrotóxicos Organofosforados. Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1996. Disponível em : <http://www.galileu.globo.com/edic/133/agro2.doc>. Acesso em: 30 mai 2003.

FALLON, S; ENIG, M. **Nourishing Traditions**, Washington: New Trends Publishing, 1999.

FARIA N. et al. Estudo transversal sobre saúde mental de agricultores da Serra Gaúcha (Brasil). **Rev. Saúde Pública**, v.33, n.4,p. 391-400,1999. Disponível em: www.fsp.usp.br/rsp. Acesso em: 30 mai 2003.

FLECK, M.P.A *et al.* Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). **Rev Bras Psiquiatr**, .v.21, n.1, p.19-27, 1999.

FOX-RUSHBY, J; PARKER, M. Culture and the measurement of health-related quality of life. **Rev Europ Psychol Appliquée**,v.45, p.257-263, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO MOKITI OKADA. **Sempre Feliz**. São Paulo: Fundação M. Okada, 1998.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ. Manual de Definição dos Indicadores e Parâmetros Médicos - Hospitalares do Distrito Federal. Brasília, 2000. Disponível em : www.fiocruz.gov.br/arquvodenoticias Acesso em : 17 julh 2003.

GARCIA, J.L.M. **O seqüestro da Agricultura Orgânica ou Manifesto Nutricional**. 4p. [ca. 2001]. (Mimeografado).

GEERTZ, C. **A interpretação da Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1978.

GIDDENS, A. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GOMES, R. A Análise de dados em Pesquisa Qualitativa. In: Maria Cecília Minayo (org). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

GOMEZ, W. H. Desenvolvimento sustentável, agricultura e capitalismo. In: FERMIANO, D (org) **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade**. Santa Cruz do Sul: Ed UNISC, 1997. p. 95-116.

GRANDO, M. **Intoxicações Humanas por Agrotóxicos em Santa Catarina**. Um perfil dos casos registrados no Centro de Informações Toxicológicas, Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em Tecnologia dos Alimentos) – Pós - Graduação CETD/UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina.

GRÜN, M. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. Campinas: Papyrus, 1996.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUATARARI, F. **As três ecologias**. São Paulo: Papyrus, 1990.

GUZZATTI, T.C. **O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural; sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas Encostas da Serra Geral Catarinense**, 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC.

GUZMAN, E.S. et al. **Entre la agro ecología como movimiento social y la agricultura orgánica como negocio: el caso de las asociación andaluzas de productores-consumidores**. Disponível em: www.emater.tche.br. Acesso em: 2 dez 2002.

HEUSER, D.M.D. **Repercussões do Agroturismo na Qualidade de Vida de Núcleos Familiares Receptores de Santa Rosa de Lima (SC)**. Um Processo Criativo e Solidário, 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.

HOBSBAWN, E. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HO, M-W et al. Gene Technology and gene ecology of infectious diseases. In: **Microbial Ecology in Health and Disease**, Stockholm, v.10, n.1, p.33-59, 1998.

IKERD, J. Specialized systems and the economic stakes. In: **L àgriculture biologique : face à son développement**. Paris: Ed.INRA, 2000.

ILBERY, B. Dimensions of Rural Change. In: **The Geography of Rural Change**. United Kingdom: Longman, 1998.

JACQUES, R.G. **Avaliação de Impactos Sociais de um projeto de desenvolvimento sustentável: o caso de Santa Rosa de Lima**. Itajaí, 2003. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação em Ciências Sociais) - Centro de Educação Superior em Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais, Universidade de Vale do Itajaí.

KATHOUNIAN, C.A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Editora Agroecológica, 2001.

KARAM, K.F. **Agricultura orgânica: estratégia para uma nova ruralidade**. Curitiba, 2001.232f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Paraná.

KARAM, K.F; ZOLDAN, P. **Comercialização e Consumo de produtos agroecológicos**; pesquisa dos locais de venda, pesquisa do consumidor.Região da Grande Florianópolis.Relatório final.Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003.51p.

KAYSER, B. A Cultura: uma alavanca para o desenvolvimento local. Cultura e Desenvolvimento Rural. **Leader Magazine** n..8, inverno 1994.

KESAVAN, P.C; SWAMINATHAN, M.S. Cytotoxic and mutagenic effects of irradiated substrates and food material. **Radiation Botany** v. 11, p.253-281, 1971

KILCAST, D. Effect of radiation on vitamins. **Food Chemistry**; v.49, p.157-164, 1994.

LAMARCHE, H (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional-uma realidade multiforme**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

LEADERER, J. **Nutrição e Câncer**. São Paulo: Manole, 1991.

LEIS, H.R. Ambientalismo e relações internacionais no Rio-92. **Lua Nova** Revista de Cultura e Política, São Paulo n. 31, p.30-38, 1993.

LUZZI, N. **A Associação dos agricultores ecológicos das Encostas da Serra Geral: análise de uma experiência agroecológica**. Rio de Janeiro, 2001. Dissertação (Mestrado) - CPDA/ICHS, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LYOTARD, J. **The Post Modern Condition**. Minneapolis:University of Minneapolis Press,1985.

MARTINS, J de S. **A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República**. São Paulo: Hucitec,1986

_____. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Avançados**, v. 15, n.43, p. 30-35, 2001.

MATOS, A. As formas modernas do atraso. **Folha de São Paulo**, Primeiro Caderno, 27 set, p.3,1998.

MICHAELIS: **Moderno dicionário da língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MINAYO, M.C.S; HARTZ, Z.M.A; BUSS, P.M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva**. V.5,n.1, p.7-18,2000.

MORIGUCHI, E.H et al. Octogenários de Veranópolis: as condições psicológicas, sociais e de saúde geral de um grupo representativo de idosos com mais de 80 anos residentes na comunidade. **Revista AMRIGS**, Porto Alegre, v.44, n.1, p.25-29, 2000..

MULLER, J. M. **Do tradicional ao agroecológico**: as veredas das transições (o caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima, SC). Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.

MUSSOI, E.M. Agricultura Familiar... Agricultura Insuficiente? **Boletim do CEPAGRO**. Florianópolis, n. 11, mar / abr.1997.

OKRI, B. Pensem por si mesmos.**Revista Ode**, São Paulo, v.1, p.20-24, fev. 2003.

OLTRAMARI, A.C; ZOLDAN,P; ALTMANN, R. **Agricultura Orgânica em Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2002.56p.

PAGE, M. **Degeneration and Regeneration**. San Diego: Price-Pottenger Nutrition Foundation, 1999.

PANETTA, J; BARROS, V; XAVIER, A. **Posição do Consumidor Brasileiro ante a diversidade de tipos de leite disponíveis no mercado**. Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal, USP, 1995. Mimeografado.

PATRÍCIO, Z.M..Qualidade de vida do ser humano na perspectiva de novos paradigmas: possibilidades éticas e estéticas nas interações ser humano-natureza-cotidiano-sociedade. In: PATRÍCIO, Z. M; CASAGRANDE, J. L. e MARIZIA, F. **Qualidade de vida do trabalhador**: uma abordagem qualitativa do ser humano através dos novos paradigmas. Florianópolis: Ed. do Autor, 1999.

PENNA, A; HOFFMANN, F. **Efeito do Processamento sobre a qualidade do leite pasteurizado e longa vida**. Depto de Engenharia e tecnologia de alimentos,UNESP, 1999. Mimeografado.

PIAMONTE, R. **Rendimento, Qualidade e Conservação Pós-Colheita de Cenoura (*Daucus Carol.*) sob Adubações Mineral, Orgânica e Biodinâmica**, Botucatu, 1996. mimeo.Dissertação (Mestrado em Ciências Agrônomicas).PGCA, Agrônomicas, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho.

PRETTY, J. **Regenerating Agriculture**. Policies and practices for sustainability and self-reliance. London: Earthscan, 1995.

PRICE, W. **Nutrition and physical degeneration**. 6th ed. San Diego (CA): Price Pottenger Nutrition Foundation, 2000.

REGANOLD, J. P. Soil quality and profitability of biodynamic and conventional farming systems: a review. **American Journal of Alternative Agriculture**. Washington State University. Washington, v.10, n.1, p. 36-45, 1995.

RICHARDSON, R. J et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3^o ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROSEN, G. **Uma História da Saúde Pública**. São Paulo/Rio de Janeiro: co-edição Hucitec / Unesp/ Abrasco, 1994.

SALES, M.N.G. **Construção participativa de um referencial sócio-técnico para a criação agroecológica de galinhas (*Gallus Domesticus*)**, Florianópolis, SC. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.

SEYFERTH, G. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1974.

SIMOPOULOS, A. P; SALEM, N. Omega-6 and Omega-3 fatty acids in eggs. **Am J Clin Nutr**, v.55, p.411-414, 1992.

SCHILTER, B. Avaliação e manejo do perigo dos pesticidas tóxicos na produção de *baby food* e no desenvolvimento de novos produtos. In: SEMINÁRIO NESTLÉ NUTRITION, 44., Vevey, Suíça, 1998. **Anais...** 1998.p.38-41.

SCHMIDT, W. **A municipalização do ensino fundamental em dois pequenos municípios rurais de Santa Catarina: Anitápolis e Santa Rosa de Lima (1987 a 1995)**. História e Filosofia da Educação (Tese de Doutorado). São Paulo: Pontífice Universidade Católica de São Paulo, 2000.

SCHMIDT, V.D.B. O papel do consumidor como agente promotor da Agricultura Orgânica. CCA/UFSC, Florianópolis, 6p. 2002.(Trabalho não publicado).

SCHMIDT, W. Agricultura Orgânica: entre a ética e o mercado. **Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.1, 2001.

_____. Conversão à agricultura orgânica e multifuncionalidade; o caso das Encostas da Serra Geral (SC). In: CARNEIRO, M.J. E MALUF, R. **Para além da produção; Multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro, MAUAD, 2003. p.44-59.

_____ A construção social de um território; a ação da Agreco nas Encostas da Serra Geral. In Braga, C.L. et al. **A mobilização dos territórios para o desenvolvimento**: novas dinâmicas de inclusão. Brasília: Sebrae, [ca. 2004]. No prelo.

SCHMIDT, W; SCHMIDT, W; TURNES, V.A. Desenvolvimento local em espaços rurais: a construção de um território nas Encostas da Serra Geral, em Santa Catarina. In: PAULILI, M. I; SCHMIDT, W. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**, Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

SEYFERTH, G. **A colonização alemã no Vale do Itajaí - Mirim**: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Editora Movimento, 1974.

SFEZ, L. **A Saúde Perfeita**. São Paulo: Ed Loyola e Unimarco, 1996.

SHANIN, T. **La clase incómoda, sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo** (Rusia 1910-1925). Alianza Editorial: Oxford, 1972.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO HOSPITALAR (SIH). Autorização de Internação Hospitalar (AIH) para o município de Santa Rosa de Lima. Relatório do DATADSUS, Secretaria Municipal da Saúde de Santa Rosa de Lima, 2002.

SMITH, B. Organic foods vs. supermarket foods: Element levels. **Journal of Applied Nutrition**, v 4, p. 35-39, 1993.

SOUZA, A. **Qualidade de vida urbana**. Série Debates Urbanos. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

STEINER, R. **Fundamentos da Agricultura Biodinâmica**: vida nova para a terra. São Paulo: Editora Antroposófica, 2000.

TRITSCH, G.L. Food Irradiation. **Nutrition**, v. 16, p. 698-70, 2000.

TRIVINOS, A.N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNITED STATES DEPARTMENT OF HEALTH AND HUMAN SERVICES (USDHHS), 2000. Healthy People 2010. (2nd ed). Washington DC:US Government, Printing Office. In: **Revista Ciencias de la Actividad Física**. Valparaíso: Universidad de Playa Ancha de Ciencias de la Educación, 1993.

VASSILIEF, I. Resíduos de agrotóxicos e piretróides nos alimentos e sua relação com doenças no homem. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO AGROPECUÁRIA ECOLÓGICA E SAÚDE HUMANA. 2000., Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro; UFF, 2000. Disponível em disquete.

VERHEST, T. As funções sociais da cultura. Cultura e Desenvolvimento Rural. **Leader Magazine** n..8, inverno 1994.

WAITZKIN, H. **Uma Visão Marxista Sobre Atendimento Médico**. São Paulo: Editora Avante, 1980.

WALKER, R. Avaliação dos níveis aceitáveis de ingestão. In: SEMINÁRIO NESTLÉ NUTRITION, 44. Vevey, Suíça, 1998. **Anais...** 1998.p.21-23.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. **Agricultura familiar; realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EdUPF, 1999. p..23-56.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedades e Agricultura**, Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, n.15, p. 87-146, 2000.

WORLD HEALTH ORGANIZATION –WHO. **Public Health impact of pesticides used in agriculture**. Geneve, 1990. Disponível em :

http://www.who.int/environmental_information/Information_resources/on_line_general.htm

Acesso em: 5 julh 2003.

_____. **Environmental Health Indicators: framework and methodology**, Geneva, 1999. Disponível em:

http://www.who.int/environmental_information/Information_resources/on_line_general.htm

Acesso em: 5 julh 2003.

_____. **WHOQOL: measuring quality of life**. Introducing the WHOQOL instruments, 2000. Disponível em : <http://www.who.int/msa/mnh/mhp/ql.htm>. Acesso:6 mai. 2003.

WHOQOL GROUP. The development of the World Health Organization quality of life assessment instrument (the WHOQOL). In: ORLEY, J; KUYKEN, W. **Quality of life assessment: international perspectives**. Heigelberg: Springer Verlag; 1994. p 41-60.

WILKINSON, J. **O futuro do sistema alimentar**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

_____. Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos *clusters* a montante. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n.18,147-174, 2002.

WOLF, O. **Afinal, o que comemos?** , São Paulo: Editora Antroposófica, 2000.

ZAMBERLAM, J. Dos genomas aos átomos - a imensidão do mínimo – Tecnologia Atômica: tecnologias que convergem para a nano escala. Resenha da Publicação “**De los genomas a los átomos - A Inmensidad de lo Mínimo – Tecnologia Atômica: tecnologias que convergen em la nano escala**”. ETC GROUP, Canadá, 2003.

ANEXO B : CARTA PARA AGRICULTORES

Prezado Agricultor, agricultora da AGRECO

Meu nome é Elaine, tenho 38 anos, vivo em Florianópolis. Eu sou nutricionista, trabalho com saúde e alimentação. Trabalho com o Feijão na Universidade e com a Agreco junto as merendeiras no projeto de merenda escolar orgânica. Já fiz uma visita a Santa Rosa numa reunião de merendeiras e conheci algumas pessoas que aí trabalham.

Estou fazendo uma pesquisa na universidade para conhecer melhor a vida e as condições de saúde do agricultor orgânico da Agreco. Muitas pesquisas estão sendo feitas aí, pois, como vocês sabem, a Agreco é um modelo importante de associação de produtores ecológicos. Já existem trabalhos sobre o Agroturismo, sobre a criação de aves, sobre as cestas, entre outros.

Na verdade, meu interesse principal é passar uma manhã ou uma tarde juntos e conhecer de perto a realidade de vocês, conversar, conhecer seus filhos e seu trabalho.

Espero poder conhecer e contatar seis famílias e que vocês tenham algum tempo e disposição para esse encontro.

Se vocês aceitarem e não for um incômodo para ninguém gostaria de pousar na casa de alguns de vocês, pois assim poderemos nos conhecer melhor e isso facilitaria também meu trabalho aí. Posso ajudar no que for preciso e espero que vocês não se preocupem em mudar nada da sua rotina por minha causa.

Gostaria de deixar claro que somente será publicado o que vocês permitirem, e seus nomes não vão aparecer no trabalho.

Tenho disponibilidade de estar aí entre os dias 30 de janeiro a 7 de fevereiro.

Sem mais, agradeço desde já a atenção. Estarei esperando suas respostas pelo Adilson e me despeço cordialmente,

Elaine de Azevedo

ANEXO C : QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA DO PRESIDENTE DA AGRECO

- 1.Quantos associados existem hoje na associação?
- 2.Quais supermercados a AGRECO já vendeu no início?
- 3.Como é a situação hoje da AGRECO frente à comercialização ? Sobram produtos?
- 4.Que tipo de produtos os supermercados querem?
- 5.Aumentou a demanda por produtos orgânicos de origem animal?
- 6.Como está atualmente a demanda por produtos da AGRECO?
- 7.Como o senhor vê a satisfação dos agricultores com a AGRECO?
- 8.Foi percebido durante o trabalho uma certa distância entre o agricultor e a AGRECO. Muitas vezes o próprio agricultor se refere a “eles da AGRECO” e raramente diz “, nós da AGRECO”.
Como as lideranças sentem isso?
9. Com a mudança de governo como está a merenda escolar atualmente, quantas escolas são servidas, as vendas, etc?
- 10.Houveram contratos do governo passado não cumpridos no pagamento da merenda?
- 11.Em que sentido o objetivo inicial da associação “melhorar a qualidade de vida” vem sendo trabalhado?
- 12.Na sua percepção o que mudou na qualidade de vida desses agricultores?
- 13.Como funciona a comissão de cultura e lazer e o curso de aperfeiçoamento dos agricultores ?

ANEXO D

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é Elaine de Azevedo e estou desenvolvendo a pesquisa “Qualidade de vida e Agricultura Familiar Orgânica” com o objetivo de conhecer o impacto da agricultura orgânica na qualidade de vida dos agricultores familiares. Este estudo é necessário para a realização do meu mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina e serão realizados procedimentos de entrevista e visita às propriedades, com pernoite em casas de alguns entrevistados que se disponibilizem a me receber. A pesquisa não traz riscos e espero que traga benefícios positivos para definição das necessidades dos agricultores envolvidos com a agricultura orgânica. Se você tiver alguma dúvida em relação ao estudo ou não quiser mais fazer parte do mesmo, pode entrar em contato pelo telefone 48-2345469 em Florianópolis. Se você estiver de acordo em participar, posso garantir que as informações fornecidas serão confidenciais (ou material coletado) e só serão utilizados neste trabalho.

Assinaturas:

Pesquisador principal: Elaine de Azevedo

Eu, (nome completo) , fui esclarecido sobre a pesquisa (título) e concordo que meus dados sejam utilizados na realização da mesma.

(local e data)

Assinatura: _____ RG: _____

ANEXO E
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - Programa de Mestrado em Agroecossistemas
Pesquisa em Agricultura Orgânica ,Saúde e Qualidade de Vida do Agricultor Familiar

I - IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO/ LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

1-Nome entrevistado	2-Endereço:	3-Membro Associado AGRECO) Outras ()
4.Data		7- Questionário n.:

II) INDICADORES ECONÔMICOS

Renda Familiar : Até 1 salário mínimo () de 2 a 3 () Acima de 3 ()

Renda familiar proveniente :

Agropecuária/ Agroindústria Orgânica () Venda de trabalhos manuais produzidos junto com a agropecuária () Aposentadoria de algum membro da família () Trabalho seu / ou de algum membro fora da propriedade () Qual ?.....

III- INDICADORES SÓCIO-CULTURAIS

1 - IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA

NOME	Identificação (1)	Sexo (2)	Idade	Local de nascimento			Estado Civil (3)	Escolaridade								Origem Étnica (4)		
				Cidade	Est.	País		s/ escol.	1º Grau		2º Grau		3º Grau					
									Até 4ª	5ª a 8ª	I	C	I	C	I		C	

Códigos:(1) 1-marido/pai; 2-esposa/mãe; 3- filho(a); 4-genro/nora; 5-neto(a); 7- outros;
(2) M – masculino; F- feminino
(3) SO- solteiro; C- casado; V- viúvo; AM-amigado; SE- separado
(4) C-caboclo; I-italiano; A-alemão; PO-polonês; PR-português, E-espanhol, U-ucraino; N-negro; O-outro

2. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

Moradia (1)	Água (2)	Esgoto (3)	Lixo Org. (4)	Lixo Comum (4)	Energia (5)	Equipamentos (6)	Veículos (7)	Informações gerais Principais fontes (8)

(1) 1-boa; 2-razoável; 3-ruim

(2) 1-rede pública; 2-poço; 3-fonte; 5-outro

(3) 1- fossa séptica; 2-fossa negra; 5- outro

(4) 1- recicla; 2-queima; 3-joga em terreno/rio; 4-enterra; 5-coleta pública; 6-outro

(5) 1- elétrica; 2-bateria; 3-querosene; 4-vela; 5-outro

(6) 1-fogão a gás; 2-fogão a lenha; 3-geladeira; 4-freezer; 5-batedeira/liquidificador; 6-televisão; 7-rádio; 8-aparelho de som; 9-computador;10-telefone; 11-outros

(7) 1-carro de passeio; 2-veículo de transporte de mercadorias; 3-bicicleta; 4-carroça; 5- cavalo, 6-outros

(8) 1- rádio; 2-televisão; 3-jornal; 4-igreja ; 5-outros.

3. ASPECTOS DE QUALIDADE DE VIDA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL PERGUNTAS NORTEADORAS

1.O que significa estar saudável para o sr/sra ?

2. Quais aspectos da sua saúde / qualidade de vida mudaram desde que o sr/sra começou a praticar agricultura orgânica junto a AGRECO ?

3. Em que aspecto(s) sua saúde /qualidade de vida poderia(m) ser melhor ?

4. O sr/sra gosta de viver aqui ?

() sim () Não.

Se não, onde gostaria de viver e porque ?

Domínio I : Domínio Físico

Nos últimos seis meses :

1. Sente algum tipo de dor e desconforto ?

2. Qual é a sua disposição para o trabalho (energia e fadiga)?

3. Tipos de doenças mais comuns

Doenças respiratórias (asma, gripes, pneumonia, rinites) ()

Doenças cardiovasculares (pressão alta, lipidemias) ()

Doenças não transmissíveis (diabetes, câncer, aids) ()

Doenças mentais(dor de cabeça, depressão, psicoses,neuroses) ()

4. Faz uso de medicamentos constante?

Sim () Qual (is)?.....

Não ()

5. Quantas vezes buscaram auxílio terapêutico : 1, 2, 3, 4.....

Médico () Farmacêutico () Benzedeira () Curandeiro () Outros..... ()

6. Especialidade médica mais procurada :

Clínica geral () Gastrologia () Ginecologia () Psiquiatria () Cardiologia () Homeopatia () Outras ()

7 Alguma internação hospitalar ou cirurgia ?

Nenhuma () De 1 a 2 () De 2 a 3 () Mais de 3 vezes ()

8. Faz uso de algum tratamento "natural":

Ervas medicinais () Hidroterapia () Medicamentos homeopáticos () Massagem () Outras ()

9. Dor de dente/ visita a dentista ?

Nenhuma () De 1 a 2 () De 2 a 3 () Mais de 3 vezes ()

10. Alcoolismo ? sim ()(quantos?) não ()

11. Fumante ? sim()(quantos?) não ()

12. Dorme bem ? sim() não ()

13. Quantas horas de sono/dia ? 2-4 h. () 4-6 h. () 6-8h. () mais ()

14. Alimentação :

De forma geral , quais alimentos são mais consumidos e qual a origem :

Leite :

Fresco da propriedade() Fresco (AGRECO) () Fresco de Origem Convencional () Pasteurizado(saquinho) ()

Longa Vida () Desidratado (em pó) ()

Pão :

Pão trigo branco ou milho caseiro () Pão integral , milho ou centeio (AGRECO) () Pão de trigo comprado ()

Doce ou Geléia

Caseira () AGRECO () Industrializada ()

Frutas

Convencionais compradas fora () Da propriedade () AGRECO ()

Verduras Convencionais compradas fora () Da propriedade () AGRECO ()

Conservas(milho, pepino,etc)

Caseiras () Compradas () AGRECO ()

Açúcar

Branco, refinado comprado () AGRECO refinado () AGRECO mascavo ()

Queijo

Industrializados () Caseiro () AGRECO ()

logurte

Industrializados () Caseiro () AGRECO ()

Manteiga

Industrializados () Caseiro () AGRECO ()

Nata

Industrializados () Caseiro () AGRECO ()

Ovos

Da propriedade () Granja comprados fora () AGRECO ()

Carnes de frango, suíno

Da propriedade () Compradas fora () AGRECO ()

Carne de boi

Da propriedade Comprada fora () AGRECO ()

Arroz

Da propriedade Refinado () Agreco Refinado () Da propriedade Integral () Agreco Integral Orgânico ()

Farinha de Trigo

Da propriedade Refinado () Agreco Refinado () Da propriedade Integral () Agreco Integral Orgânico ()

Farinha de Milho

Da propriedade () Comprada () AGRECO ()

Feijão

Da propriedade () Comprado fora () Orgânico AGRECO ()

Bolachas

Industrializadas () Caseiras () AGRECO ()

Embutidos(salsichas, presunto, mortadela, toucinho)

Caseiros () Industrializados () AGRECO ()

Tipo de gordura para cozinhar

Óleo vegetal industrializado () Banha de porco ()

Outros produtos consumidos :

Refrigerantes : sim () não () raramente ()

Refresco em pó artificial sim : () não () raramente ()

Sucos de frutas frescas : sim () não () raramente ()

Sucos de frutas industrializados : sim () não () raramente ()

Bebida alcólicas (pinga, cerveja, vinho) : sim () não () raramente ()

Enlatados(milho, ervilha, creme de leite, leite condensado) :sim () não () raramente ()

Flocos de cereais (tipo Kellogs) sim () não () raramente ()

Salgadinhos (amendoim, batata frita, chips) sim () não () raramente ()

Alimentos congelados prontos (pizza, tortas, verduras, hamburguers) sim () não () raramente ()

Balas, chocolates sim () não () raramente ()

Bolachas recheadas sim () não () raramente ()

Domínio II : Domínio Psicológico

1. Tem pensamentos positivos / negativos ? Qdo o sr/sra está parado que tipo de pensamentos lhe vem a cabeça ?
2. Como está sua memória e capacidade de aprendizado ?
3. Como o sr/sra se vê ? Alegre ou triste ?
4. Como as outras pessoas o/a vêem ?
5. Se aparecesse um gênio, o que mudaria no seu corpo e jeito de ser?)

Domínio III : Nível de Independência

1. Tem boa mobilidade ?
- 2.. Realiza bem as atividades a vida cotidiana, sem necessidade de ajuda externa constante ?

Domínio IV: Relações Sociais**Participação comunitária**

1. Participa de alguma associações ou instituição (sindicato, produtores, moradores, etc)?
Não () Sim()(qual(is)?)
2. Relaciona-se bem com amigos e parentes ?
3. Tem amigos e parentes que pode contar em caso de necessidade ?
4. ??????????Como é a vida afetiva no lar / relação familiar ?

Domínio V: Ambiente

1. Sente-se seguro aqui ?
2. Sente-se seguro financeiramente ?

3. Acesso a serviço de saúde :

	Local			Qualidade do serviço		
	Comunidade	Sede do município	Outra cidade	boa	razoável	ruim
ESCOLA						
MÉDICO						
DENTISTA						
TRANSPORTE						

Lazer

4. Qual é o dia de descanso da família?

5. A família tira férias anuais?

6. Em qual período do ano?

7. Saem todos ou alguém fica ?

8. Atividades de lazer :

Esportivas (futebol, jogos bocha, etc) : sim () não ()

() 1 ou mais vezes /sem () 1-2 vezes /mês () raramente ()

Sociais (festas, bailes, feiras) : sim () não ()

1 ou mais vezes /semana () 1 – 2 vezes /mês () 1 vez/ano ()

Televisão : sim () não ()

1-2 horas/dia () 2-4 horas/dia () Mais de 4 h/dia ()

Leitura :

sim () não () raramente ()

Artesanato/Trabalho manual (tear ,tricô, crochê, cestaria, outros)

sim () não () raramente ()

Outras formas de lazer ()(especificar) Frequência :.....

9. Como é o ambiente ao redor ?(poluição, ruído, trânsito, clima)OBSERVAÇÃO

Domínio VI: Aspectos espirituais, religião, crenças pessoais

1. Segue alguma religião/crença ? não () sim ().....(Qual?)
2. Frequência 1 ou mais vezes / semana () somente datas festivas ()
3. Porque faz parte desta religião ?
4. Faz orações diariamente ?

IV) Observações gerais (Informações adicionais do entrevistado)